



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

Ensaio sobre a descolonialidade do saber - o uso do termo "caboclo" pelas Ciências Ambientais

TAINAH RIBEIRO REIS GODOY

MANAUS

2017

TAINAH RIBEIRO REIS GODOY

Ensaio sobre a descolonialidade do saber - o uso do termo "caboclo" pelas Ciências Ambientais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Linha de pesquisa: Dinâmicas socioambientais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tatiana Schor

MANAUS

2017

TAINAH RIBEIRO REIS GODOY

**Ensaio sobre a descolonialidade do saber - o uso
do termo "caboclo" pelas Ciências Ambientais**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGCASA,
COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

BANCA EXAMINADORA

DRA. TATIANA SCHOR

PRESIDENTE

DRA. MARILENE CORRÊA

MEMBRO TITULAR

DR. CARLOS AUGUSTO

MEMBRO SUPLENTE

DR. MANOEL DE JESUS MASULO

MEMBRO TITULAR

Dedico

À minha mãe, e minha avó,
mulheres que me ensinaram a ser quem sou.

Ao meu filho.

Agradecimentos

Agradeço aos comunitários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus que me possibilitaram outro olhar sobre a Amazônia e suas gentes. Nossa convivência foi um tempo de intenso aprendizado que me deu a semente para produzir essa dissertação.

Agradeço ao meu companheiro Lucas que foi a base forte que me sustentou durante todo este mestrado, me apoiando e me motivando. Também foi um dos responsáveis pela mudança mais bem-vinda durante este processo, nosso querido filho Arumã.

Agradeço à minha mãe Wilma, pelo apoio desde os primeiros dias até o último suspiro desta dissertação. Me ajudando com seu talento de jornalista e com seus conselhos de Mãe. Muito obrigada!

Agradeço à minha orientadora, Tatiana Schor, pela compreensão e intenso apoio durante as mudanças bruscas que aconteceram no decorrer do mestrado, sei que suas intenções iniciais eram outras, mas espero ter correspondido às suas expectativas.

Agradeço à família manauara pela acolhida e pelos laços fortes que se firmaram durante nossa estadia juntos e que duram até hoje.

Agradeço à FAPEAM pela bolsa que fez possível esse mestrado.

Enfim agradeço a todas as entidades da floresta e das águas que me receberam em seus braços e me abriram os olhos para uma vida mais plena e preenchida pela família e pela natureza.

*“Toda vez que dou um passo o mundo
saí do lugar*

*Nem vou gastar meu juízo querendo o
mundo explicar”*

Trecho de canção de Mestre Siba e a Fuloresta do Samba

RESUMO

O presente ensaio é uma proposta de reflexão motivada pela vivência da autora como pesquisadora e extensionista no Estado do Amazonas. A relação entre cientista e pesquisados é um dos pontos-chaves deste estudo, abordada pela perspectiva da descolonialidade do saber. Como esta relação engendra e reproduz estigmas sociais, como o caso da identidade cabocla. Qual o papel das Ciências Ambientais em cancelar esse comportamento e ao mesmo tempo poder ser considerada a resposta para sanar tal reprodução de uma hierarquia social fundamentada em relações precárias desenvolvidas desde a colonização do Brasil? É também tema deste ensaio a conformação da ciência enquanto instituição no país e sua origem notadamente eurocêntrica, e como tal herança ainda move o fazer ciência atualmente, especificadamente nas Ciências Ambientais, foco deste trabalho. De forma a investigar tais questões foi feita uma pesquisa bibliométrica nos artigos relacionados aos “caboclos” da Amazônia relacionados às Ciências Ambientais. Esta pesquisa foi fundamentada em artigo de Brondizio (et al 2016), que relacionou as mudanças climáticas e as alterações no âmbito social a partir da análise da produção científica acerca deste assunto. A presente pesquisa se baseou na plataforma Periódicos Capes que é de acesso gratuito, fornecido pelo Governo Brasileiro, a todas as instituições de ensino superior. Foi analisado um total de 44 artigos de autores de diversas nacionalidades e instituições. A partir desta análise foi possível tecer relações entre a produção científica nacional e internacional; as empresas responsáveis pela divulgação deste material; a importância do trabalho de campo; a relação entre pesquisador e sujeito da pesquisa; o histórico das Ciências Ambientais e a sustentabilidade; a cultura popular e as possibilidades de uma ciência mais inclusiva e diversa.

PALAVRAS-CHAVE: descolonialidade do saber; identidade cabocla; Ciências Ambientais.

ABSTRACT

The present essay is a reflection proposal motivated by the experience lived by the author as a researcher and extensionist at the Amazonas State. The relation between scientist and his research object is one of the key points of this study, viewed by the perspective of the “decoloniality of knowledge, how this relationship engenders and reproduces the social stigmas, as the caboclo identity. What is the role of Environmental Sciences in channelling this behavior and at the same time be the answer to remedy such reproduction of a social hierarchy founded on precarious relations developed since a Brazil colonization? It is also the theme of this essay or the conformation of science as an institution in this country presenting Eurocentric origin and how such inheritance still influence how we make science now a days, specifically in Environmental Sciences, focus of this work. In order to investigate such questions a bibliometric research was developed in articles related to the "caboclos" of the Amazon based on Environmental Sciences. This research was grounded on the article by Brondizio (et al 2016), which relates climate change and the social context through the analysis of scientific production. This research was based on the Periódicos Capes platform, which is provided by the Brazilian Government, to all institutions of higher education in Brazil. A total of 44 papers written by authors of different nationalities and institutions were analyzed. Through this research was possible to stablish a relationship with national and international publications; scientific publishers; the importance of fieldwork; the relationship between researcher and research subject; the historic of Environmental Sciences and sustainability; the Brazilian popular culture and the possibilities of a more inclusive and diverse science.

KEY-WORDS: decoloniality; environmental sciences; caboclo identity.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Recorte da planilha utilizada para organizar os dados coletados.....**29**
- Figura 2.** Gráfico I - Distribuição dos países de origem das revistas de publicação dos artigos analisados, Gráfico II - Distribuição dos países de origem dos autores dos artigos analisados.....**30**
- Figura 3.** Gráfico da representatividade dos autores nas referências bibliográficas.....**57**
- Figura 4.** Gráfico dos anos de publicação dos artigos analisados.....**58**
- Figura 5.** Tabela referente ao ano de publicação das referências utilizadas nos artigos analisados.....**58**
- Figura 6.** Recorte do diagrama explicativo sobre as definições do termo caboclo.....**67**
- Figura 7.** Distribuição dos artigos analisados nas subáreas do conhecimento.....**80**
- Figura 8.** Palavras-chave extraídas das linhas de pesquisa/atuação dos Programas da Área, em 2012 - FONTE: CAPES, 2013.....**83**
- Figura 9.** Mapa da distribuição do acesso ao portal de periódicos Capes por Estado. Fonte: www.periodicos.capes.gov.br.....**92**
- Figura 10.** Os oito circuitos comerciais predominantes entre os anos de 1250 e 1350. Fonte: Mignolo, 2005 apud Porto-Gonçalves 2012, p.21.....**99**
- Figura 11.** América e o oceano Atlântico são incorporados ao imaginário de mundo europeu, pela primeira vez na história, uma visão global do que seria o planeta torna-se disponível. Fonte: Mignolo, 2005 apud Porto-Gonçalves, 2012, p. 22.....**99**

Sumário

Ensaaiando sobre o tema.....	12
1. A figura do “caboclo” nas Ciências Ambientais: a (des)construção do saber e a invenção da Amazônia	15
O habitante do território amazônico.....	18
O uso do termo “caboclo” nas Ciências Ambientais: traços da colonialidade do saber	22
Metodologia de análise dos artigos no contexto das Ciências Ambientais	25
Quem fala e de onde falam sobre a Amazônia?	29
Colonialismo e Colonialidade	32
O local pelo local - Os intelectuais brasileiros amazônidas	38
Eurocentrismo, Colonialidade do Saber e do Poder.....	47
A colonialidade do saber e o oligopólio das editoras científicas.....	51
Produzir conhecimento a partir do “outro”	53
O vício das referências	55
Definir ou não o caboclo	59
Indefinidos.....	66
A colonização do pensamento.....	67
O papel da ciência na legitimação do colonialismo	70
Multidisciplinaridade	78
O contexto das Ciências Ambientais.....	80
Ciências Ambientais, sustentabilidade e colonialidade do saber	84
Teoria e trabalho de campo - Onde são feitas as pesquisas?.....	87
O controle pela formação do território.....	91
A invenção das fronteiras – nomear para controlar.....	95
2. O Direito à Ciência: a descolonialidade do saber como caminho para uma nova práxis das Ciências Ambientais.....	101
Ciência como ideologia.....	104
A maioria – transformada em minoria sem voz	107

A pesquisa participante – pesquisa-ação	110
Autodenominação	112
A tradição oral.....	116
3. Ensaioando a ilustração.....	118
Para (não) concluir	121
Referências Bibliográficas	124
Apêndices.....	131

Ensaio sobre o tema

A proposta de ensaio que apresentamos a seguir é um trabalho que surgiu após minha vivência em meio a gentes, terras, prédios, florestas e águas no seio do Amazonas. Inquietações surgiram durante o período em que só me restava observar, questionar e anotar – uma genuína pesquisadora inserida em realidade que não a sua. Quem eram aqueles que eu pesquisava? A pesquisa que eu fazia iria realmente fazer algum sentido pra eles? O que motiva o pesquisador? Será que eles tinham consciência de que no meio científico que me criara eles eram os *caboclos da Amazônia*, da forma como descrevem diversos autores? Entidade científica dotada de diversas características sistematicamente e exaustivamente expostas e discutidas. Ou eles são aquilo que eles são, sem se preocupar com denominações, ou se preocupam e negam as identidades que lhes são conferidas? E por que eles e não nós?

Como fazer tantas perguntas abstratas para um povo cuja realidade é deveras concreta? Conseguiria ultrapassar a barreira da linguagem? Senão, a quem devo recorrer? A literatura me mostrará? Quem pode me dizer quem são eles? Quem são “nós”?

Percebi que minhas perguntas só seriam respondidas por mim mesma, mas afinal sob qual ponto de vista eu gostaria de entender quem são os “caboclos”? O meu? O deles? O “nosso”?

Se eu via uma separação entre “eles” e “nós”, decidi que entender quem era o “nós” seria ponto-chave para entender o “eles”. Se eu estava ali exercendo a função de pesquisadora, subentende-se que a minha presença denota a representação da ciência naquele espaço. Portanto o nós é a ciência e o pesquisador que a personifica, que possibilita o encontro d’eles com o conhecimento científico. Será que esta relação pressupõe um embate, separando ambos os lados de forma contrárias e rivais? Ou este contato pode acontecer de maneira a permitir trocas iguais? O que rege a maneira como essa relação acontecerá?

Se eu era a personificação da ciência quem eram “eles”, o que “caboclo” afinal quer dizer, essa denominação tão ampla, mas ao mesmo tempo tão restrigente. Caboclo a gente encontra no terreiro de umbanda e candomblé, na literatura sobre o Sul, o

Sudeste, encontramos quando falamos de religião, agricultura, regiões, cultura, povos tradicionais. Será que o caboclo da Bahia é o mesmo do Amazonas? Será que o caboclo do Amazonas é o mesmo da Amazônia? É possível uma identidade fazer jus a tanta diversidade? Quem criou essa identidade afinal? Quem me separou deles, antes que eu mesma pudesse fazer essa separação (ou não)?

A ciência é uma instituição moderna, que vem sendo construída há séculos desde a disseminação da racionalidade moderna como forma legítima de interpretar o mundo. Pressupõe métodos e padrões replicáveis que mediam e regulamentam a forma do pesquisador ser e estudar o mundo. Primeira questão respondida: “o que rege a maneira como essa relação acontecerá?”, são esses padrões científicos que regem as relações entre pesquisador e pesquisados. A ciência é constituída de diversas áreas do conhecimento, disciplinas, segmentos, ciências diversas, qual padrão seria o responsável pela mediação entre a minha relação com o “caboclo” da Amazônia (Amazonas)?

Fazendo parte do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia eu só podia crer que as Ciências Ambientais eram quem me dariam o ritmo daquela relação.

Como as Ciências Ambientais se relacionam com o mundo fora dos limites acadêmicos? Sob qual perspectiva deve-se relacionar o pesquisador com o seu “objeto” de pesquisa, seja ele humano ou não-humano? Como as Ciências Ambientais se relacionam com o sujeito que atua no território, que faz possível a “sustentabilidade”, que produz territorialidades que se interpenetram com as da própria ciência? Quem são os sujeitos que tornam reais as relações? Como as Ciências Ambientais estabelecem as regras do jogo? Existem outras forças, temporalidades e instituições por detrás da constituição dessas regras? Se existem, quais são, e como conseguem hoje mediar o “nós” e o “eles”?

Para responder a todos esses questionamentos organizamos este trabalho na forma de ensaio, que se mostrou ser o mais adequado para expressão da posição da autora possibilitando a conversa com trabalhos de outros autores em uma discussão do tema sem buscar a sua exaustão com base em uma pesquisa referencial. Essa pesquisa foi fundamentada em uma investigação bibliométrica dos artigos indexados na plataforma Periódicos Capes que mencionavam no assunto ou no título o termo

“caboclo”. Estes artigos foram analisados sob a perspectiva da descolonialidade do saber, buscando compreender os processos que levaram os autores a iniciar e manter o uso deste termo que já é reconhecidamente pejorativo e insuficiente para representar a diversidade da população Amazônica.

A descolonialidade do saber foi trabalhada a partir das obras de expoentes dessa teoria, Walter D. Mignolo, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Edgar Landier, Aníbal Quijano e Boaventura de Souza Santos. Tal episteme nos possibilitou outro olhar sobre a construção de identidades e territórios na Amazônia, nos abriu portas para o entendimento do mundo amazônico a partir de uma racionalidade múltipla e diversa, de forma a abarcar a diversidade de saberes de suas populações, conduzindo à necessidade da compreensão holística da região e suas gentes.

As questões que acima são respondidas à medida que o ensaio se desenvolve, para organização e melhor compreensão o texto foi dividido em duas partes. A primeira parte consiste na introdução do tema motivador; a pesquisa bibliométrica e sua consequente análise, permeada pela perspectiva da descolonialidade como guia epistêmica. Ainda na primeira parte, suscitamos os debates acerca da invenção da Amazônia como região, e ao mesmo tempo a invenção da identidade cabocla, concernente aos povos que a habitavam como um acidente histórico. Investigamos a participação das Ciências Ambientais como um sujeito ativo da sustentabilidade na Amazônia paralelamente ao “caboclo” que ela insiste em denominar assim, e qual a intencionalidade envolvida neste processo. Inserimos a discussão da conformação do sistema-mundo moderno-colonial e a influência na formação do pensamento pautado na colonialidade do saber. Percorremos esse caminho a fim de propor a desobediência epistêmica necessária para ultrapassar essa colonialidade e possibilitar o Direito à Ciência, em uma ótica descolonial. Tal discussão se encontra na segunda parte deste ensaio, que se encarrega de trazer proposições para os obstáculos e entraves detectados na primeira parte.

O ensaio foi uma proposta de resolução dos questionamentos que me trouxeram até aqui, e como tal não poderia deixar de ter uma forte impressão de quem sou. E vice-versa. Na terceira e última parte deste trabalho me propus a expor minha relação com a ciência, com a Amazônia, e o “caboclo”, de maneira a ilustrar a origem deste ensaio.

1. A figura do “caboclo” nas Ciências Ambientais: a (des)construção do saber e a invenção da Amazônia

O que hoje é considerado politicamente como Região Amazônica foi uma construção feita a partir de cientistas que a delimitaram pela abrangência da *Hevea brasiliensis*, a seringa, espécie arbórea de valor econômico fornecedora do melhor látex (PORTO-GONÇALVES, 2008, p.18). Existem diversas formas de se definir a Amazônia, todas variando a partir de quem a define, mas geralmente são delimitações desenhadas oriundas de interesses, e o que aparentemente deveria ter um só contorno apresenta uma gama extensa. Buttel (2016) afirma que a “Amazônia” tem várias definições como: Amazônia, Amazônia Internacional, Amazônia Legal, PanAmazônia, Amazônia Sul-Americana e Grande Amazônia. Para nosso estudo, nosso foco será a região política Amazônica inserida no território brasileiro, que foi construída a partir de elementos de interesse econômicos dos que a viam como uma fonte de riquezas monetizáveis desde a época da colonização. As pessoas que estavam dentro dessa delimitação, portanto, foram chamadas de amazônidas, não por própria identificação, mas por acidente, por estarem em um determinado local quando assim foi “criada” a Amazônia. “Nessa perspectiva não têm identidade própria, são identificados como decorrência de um recorte, enfim, são uma consequência de uma identificação efetuada por outrem (PORTO-GONÇALVES, 2008, p.18)”.

Se afirmamos que o amazônida e a identidade cabocla foi inventada, criamos contexto para falar do seu “surgimento”. Pois, podemos precisar historicamente o cenário em que esta palavra aparece como designação de um determinado grupo social servindo a certos interesses (LIMA, 1992). Referimo-nos ao período da colonização brasileira (entre os sécs. XVI e XIX), no qual podemos divisar o surgimento de um poder hegemônico que se estrutura em escala mundial. Este poder criou estruturas que são a base da sociedade moderna que se constitui nesta época e perdura nos dias atuais. O esforço do presente estudo será uma retomada crítica e contextualizada da forma de abordagem praticada pelas Ciências Ambientais acerca do sujeito, a figura-chave da sustentabilidade na Amazônia, o “caboclo”.

Os recortes espaciais que atingiram diretamente a Amazônia e que reconfiguraram a identidade do seu povo têm derivação no processo institucional de

organização do espaço em regiões. A palavra região deriva do latim “regere”, que pressupõe o sentido de “comandar”, portanto esses recortes são feitos a partir daqueles que pretendem controlar certas porções, recortes do espaço geográfico que possuem um determinado conjunto de recursos naturais, lhe denominando e lhe delimitando (MACHADO, 2013).

Região, no seu sentido mais amplo e buscando na etimologia da palavra seria “recortar” o espaço, traçando linhas (HAESBAERT, 2010). Nota-se daí seu sentido puro e simples de organizar o espaço de uma forma sistemática. A noção de região surgiu também com os romanos com o sentido de orientar-se. Unindo essas duas ideias, temos que a região seria uma forma de orientar-se no espaço a partir de linhas e recortes feitos. Delimitar uma região nada mais é do que impor uma forma de organização espacial sob um território que já é vivido e produzido por outrem. As relações de poder que delimitam esse território já estão dadas, e se modificam e se renovam a partir da delimitação de uma região. O caso da Amazônia é emblemático nesse caminho, pois demonstra que a partir de relações de poder entre os colonizadores e o espaço a ser dominado foi que surgiu a região amazônica. Não se considerou a cultura e as relações sociais e as territorialidades ali existentes.

Bourdieu (1990) sobre esse assunto aprofunda a análise na medida em que visualiza essas divisões como forma de manipular a estrutura da sociedade, e inclui no debate a questão da luta de classes. Então, temos que esses recortes arbitrários às estruturas anteriores se valem para submeter esse território a uma nova lógica, que obedece aos fluxos do capital, criando em locais inexplorados (a partir do sistema capitalista) classificações sociais, identidades e divisões do trabalho completamente novas. Não somente a cosmologia de um povo pode ser alterada por esse processo, como por exemplo, a inserção da ideia de propriedade privada, que inexistia na visão de muitos povos que habitavam Abya-Yala (como era conhecida região da América Latina antes da invasão europeia), mas toda a realidade e a concretização das relações de poder, suas territorialidades.

Considerando a episteme das Ciências Ambientais – sustentabilidade, transdisciplinaridade e complexidade sistêmica -, que trás em seu cerne a relação intrínseca entre sociedade e natureza, o ser humano não deve mais ser visto como

apartado do meio em que vive. Sociedade e natureza devem ser vistos como um só, constituindo um ambiente complexo. A velha e conhecida dicotomia - que surge e se fortalece durante o Iluminismo humanista europeu no século XVIII, e se propaga por todo o mundo – ser humano e natureza deve ser superada para que se alcance essa propalada sustentabilidade.

Sustentabilidade, palavra chave para as Ciências Ambientais, é um substantivo que deriva do verbo sustentar, e, portanto, implica em uma ação, que, por sua vez, implica em um sujeito dessa ação. Nesta lógica de pensamento, a complexidade sistêmica nos ajuda a compreender de que maneira a dicotomia sociedade e natureza deve ser superada. Morin (2005) ratificado por Maturama e Varela e por Kafka, defende a ideia oriunda da física quântica de que tudo está interligado, e que as partes não podem ser compreendidas separadamente, e que o todo é mais do que a simples soma das mesmas, mas sim o resultado das diversas interações entre elas. Portanto, por fazermos parte de um programa de Ciências Ambientais, o debate da sustentabilidade permeia todo o presente trabalho de forma transversal. Propomo-nos, portanto, a analisar a forma como ocorre a relação epistêmica entre as Ciências Ambientais e os sujeitos que efetivam essa sustentabilidade. De forma mais específica as populações locais e os cientistas, foco de interesse contínuo e que se apresenta de importância ontológica para as ciências. A relação entre esses dois sujeitos é dialética, pois se definem mutuamente, mas, a partir de relações desiguais de poder.

Para esclarecermos nosso ponto de vista, consideramos que o sujeito social não é um ponto solto no espaço, é resultado, influenciador e causador de processos históricos. Aqui não utilizaremos o conceito de ator social, pois este prevê que o sujeito recebe instruções para o seu papel, em um palco já estabelecido. Queremos aqui frisar a autonomia do sujeito enquanto transformador dialético do espaço, da sua própria trajetória individual e também de grupo.

Entendendo a complexidade das relações sociais, temos o cuidado para não reproduzirmos a visão positivista de *processos*, como lineares, com um início definido, um desenvolvimento e um fim com um resultado esperado, mas, sim, entender esses processos como produtos e produtores dialéticos dessas relações sociais. Portanto, o

cerne da questão apresentada aqui são processos, e como a sociedade os absorve e é moldada por eles inclusive na designação e imposição de identidades sociais.

Nas Ciências Ambientais referimo-nos ao caboclo como o sujeito que habita o interior da floresta, conhece seus segredos e é o responsável pela sua conservação. É exatamente neste momento que a relação desigual de poder se exprime, pois o cientista define quem é o caboclo, mas o caboclo não define quem é o cientista. Desse par sujeito-pesquisador o elo mais fraco se demonstra ser o sujeito, no nosso caso o caboclo, que possui menor capacidade de *se fazer* escutar no meio científico, embora se escute muito falar *sobre* ele, tanto de forma a romantiza-lo, quanto a torna-lo o vilão do desmatamento.

Pouco se discute acerca da identidade cabocla em si, a sua formação e o esforço de reduzir grupos e culturas diferenciadas em um só denominador que aprisiona esses sujeitos em identidades inventadas e reprodutoras de hierarquias sociais coloniais (inclusive de forma a aproxima-lo da natureza, gradiente de separação entre sociedade e natureza). São esses processos que nos interessam aqui, e como ainda eles são ressignificados nos dias atuais pelas Ciências Ambientais.

O habitante do território amazônico

As identidades dos povos nativos latino-americanos foram construídas a partir de comparações entre os povos europeus “brancos” e os não-europeus, não-brancos. Assim, os termos *índio*, *negro*, *mestiço*, e o que aqui nos interessa o *caboclo*, foram construídos nessa lógica excludente. Era necessário para a manutenção de uma hierarquia social identificar aqueles que não eram brancos, e que também não tinham status de humanos (por não serem brancos), nem possuíam capacidade intelectual de produzirem uma cultura (de acordo com os padrões europeus). A teoria das raças foi o artifício legitimador dessa diferenciação. Temos, portanto, a partir da invasão da América, o surgimento das “raças” tal qual conhecemos hoje. Não se nega que haja diferenças entre os povos e culturas, quer estejam nas características físicas quer se manifestassem nos costumes e tradições. O que o conceito de raça salientava era a diferenciação dos povos a partir de características fenotípicas para a dominação e

exploração dos mesmos e baseava-se em teorias biológicas (notadamente deturpadas para a lógica social) que legitimavam uma dominação social. Isto posto, os “indígenas” foram os primeiros a sofrer com a perversidade dessa diferenciação, e mais a frente os negros e, conseqüentemente, os mestiços – que eram considerados por muitos a “pior raça”, fruto da mistura do que tinha de bom (brancos) com o que havia de pior (negros e índios), o que exprimia a degeneração máxima da humanidade.

Sobre a mestiçagem, Nugent (ADAMS et al, 2006) argumenta que apesar de ser uma construção da categorização social a partir das raças, esse conceito criou um desafio para a própria categorização. Pois, no entendimento dos europeus, não era “um novo povo, mas um novo tipo de povo”, que, por conseguinte, não obtinham direitos nem cidadania (o que impactaria, inclusive, o funcionamento da democracia no futuro Estado-Nação), gerando assim uma “exclusão social” dos mestiços – e aqui incluímos o caboclo, considerado mestiço por essa categorização social.

“A formação da identidade cabocla tem lugar no interior de processos definidos mais pelas externalidades (transformações econômicas globais) do que pelas continuidades culturais locais (ADAMS et al, 2006, p.17)”. Foi a partir de todo esse processo de criação de uma identidade do não-branco, que o caboclo amazônico foi forjado, e até hoje é utilizado como uma categoria de classificação social. O caboclo seria o fruto da mestiçagem entre o branco e o índio, uma raça impura e degenerada. Ser um processo de comparação entre os elementos internos e as externalidades é justamente o que cria identidades, pois o sujeito se socializa a partir de elementos externos. Mas o problema seria essa identificação a partir de elementos pré-selecionados, elencados e impostos pelo grupo dominante. Seria mais como escolher sua identidade a partir de um catálogo de oferta de identidades. Nugent salienta que

As maneiras pelas quais os camponeses amazônicos (o que o autor considera como caboclos) conduzem seus modos de vida não são necessariamente estipulados pelas convenções da sabedoria herdada, que constituem as narrativas padrão sobre a Amazônia moderna (ADAMS et al 2006, p.17).

Com essa fala o autor ressalta que a Amazônia e o modo de viver de suas populações são mais diversos do que o saber moderno europeu concebe. Mas infelizmente é a partir desse saber europeu, ou europeizado, que a Amazônia é categorizada, e concebida sob uma ótica eurocêntrica. Portanto, seus habitantes não são

considerados a partir do que são, mas pelo que refletem na falta de elementos comparativos com a cultura europeia.

O interessante deste termo em si, é a sua origem, que derivou do uso da palavra *tapuio*, empregada pelos povos nativos para designar pejorativamente indivíduos de outros grupos. As nações indígenas estavam em frequente conflito entre si. O fazer guerra era um ato importante para a reprodução cultural dos grupos, mas em uma lógica bélica bem diferente da trazida pelos europeus para a América Latina.

Durante a colonização o termo *tapuio* começou a ser utilizado para designar o nativo ameríndio em geral - os brancos se apropriaram do termo - e trazia em si a mesma conotação de desprezo utilizada pelos nativos (LIMA, 1999). A sua etimologia pode estar relacionada ao termo tupi *caa-boc*, que significa “o que vem da floresta” (LIMA, 1999). Foi um termo cunhado a partir da identificação da alteridade, pelo grupo identificador e não pelo identificado. O termo *caboclo* não surgiu por uma auto-identificação desses povos. Fato esse que pode dizer muito sobre o que “*caboclo*” significou durante os séculos de colonização e colonialidade até hoje.

Os *caboclos* não são índios, mas também não o deixam de ser, e também não são considerados negros, e muito menos de origem europeia. Têm por muitos autores sua historicidade negada por uma visão funcionalista de sua cultura, ou até mesmo por um reducionismo ecológico cultural de seu modo de vida. E, assim, “nacionalmente o *caboclo* representa um projeto incompleto de criação de uma cultura brasileira que rompeu com seus antecedentes europeus, africanos e indígenas” (ADAMS et al, 2006, p.18). Romper no sentido de nunca ter pertencido, pois o *caboclo* sempre foi o outro, estigmatizado, representando o atraso, não pertencente a nenhuma cultura, ou pior, impedindo o avanço da sociedade ao moderno.

Segundo Lima (1999) corroborada por outros autores como Nugent (ADAMS et al 2006) e Pace (2006), hoje podemos fazer uma analogia com o que chamamos de *caboclo*, com a população rural habitante do interior. A autora defende, portanto, que devemos desistir de usar o termo *caboclo*, por todo o seu contexto histórico pejorativo.

É nesse sentido que me refiro à responsabilidade presente no uso dos nomes, pois as palavras não apenas criam, mas conservam as coisas que criam, como as estruturas e as representações sociais. Porque carrega a história colonial de

subordinação, a palavra caboclo compromete o destino de uma população. O efeito do nome sobre a identidade é inegável – o nome condensa a própria essência da identidade. (LIMA, 1999, p.28).

Ressaltamos, aqui, a responsabilidade frisada pela autora em seu trecho anteriormente citado: de quem é a responsabilidade em reproduzir esse termo? Qual a parcela do cientista ambiental nesta responsabilidade?

Para Lima (1999), caboclo, atualmente, é um termo que repercute no imaginário da população em geral de forma negativa. Um termo que foi criado pela elite, para designar aqueles que não pertenciam ao seu grupo. Foi antes de tudo uma generalização de uma população em sua maioria pobre, habitante do interior e que tinha, como atividade principal, a agricultura familiar entendida a partir da perspectiva da agricultura ocidental moderna (guardadas aqui as devidas particularidades da agricultura familiar da Amazônia que é altamente diversa, e abarca também atividades como caça, pesca, extrativismo e tantas outras invisíveis aos olhos dos pesquisadores). “O caboclo é uma categoria de classificação social empregada por estranhos, com base no reconhecimento de que a população rural amazônica compartilha um conjunto de atributos comuns” (LIMA, 1999), o que recorre em um erro - que já comentamos anteriormente -, o de ignorar as diferenças dos diversos grupos sociais, que para a elite “nomeadora” não são capazes de perceber a diferença pela sua miopia cultural.

Mas, afinal, quem são os caboclos? Podemos chegar a uma conclusão após toda a discussão apresentada? Ainda nos prestamos a enquadrar pessoas em identidades e categorias formuladas pelo simples dever científico de categorizar e classificar? Afinal, a identidade serve a quem?

Devemos estar alertas para que não haja uma reprodução das atitudes que criticamos. Como reflexão Nugent nos auxilia quando afirma que

As muitas diversidades de formas de *amazoneidade* – de possibilidades caboclas – são uma proteção contra a tendência de reificação de uma categoria estereotipada e intermediária de caboclo (ADAMS et al, 2006, p.43).

O autor ressalta que as muitas diversidades é que constroem o cotidiano dos “caboclos”, e que dificilmente eles se enquadram em uma visão positivista e cientificista de mundo. Portanto, para entendermos aqueles que são os habitantes do

mundo amazônico, devemos primeiramente saber que eles não são apenas um, mas diversos.

A identidade cabocla é fruto da apropriação de termos durante o período colonial e serviu para estabelecer e manter uma hierarquia social a partir da denominação pejorativa dos povos que não eram europeus. No entanto, o colonialismo não criou apenas identidades de grupos, contribuiu, também, a partir da invasão europeia nas terras dos povos originários¹, hoje conhecidas como América, para que ocorresse a conformação do sistema-mundo moderno-colonial (QUIJANO, 2005; WALLERSTEIN, 2007). É a primeira vez na história que se pode falar de um sistema mundial que conectava as principais sociedades humanas. A história de uma sociedade mundial se desenhava com a reconfiguração dos mapas existentes, com a inclusão de novos territórios e reposicionamento dos já conhecidos, de forma estratégica, no mais novo mapa-múndi. Cabe aqui a provocação para refletirmos: quem produzia esses mapas?

Não somente o mapa mundi se “configurava”. Somado a esse processo, uma nova forma do pensar passou a ser estabelecida como a legítima, e esse novo padrão de poder mundial foi corroborado e ratificado por ela. A ciência teve um papel decisivo na formação desse novo mundo conectado e moderno, pois funcionava como instrumento de legitimação da modernidade e vice-versa. Mas como entender esse papel da ciência construído no passado, e que ainda se faz presente?

O uso do termo “caboclo” nas Ciências Ambientais: traços da colonialidade do saber

A ciência, por seu caráter de produtora do conhecimento legítimo da sociedade moderna – noção proporcionada pela colonialidade do saber (PORTO-GONÇALVES, 2012b; LANDER, 2005), perde em seu potencial crítico, pois, por sua “exclusividade”,

¹ Utilizamos o termo povos originários em detrimento da concepção de índios ou indígenas por tais termos demonstrarem o etnocentrismo em sua construção. Ao nos referirmos a povos originários estamos abarcando a importância desses grupos na formação social e cultural do país, como originários do processo de territorialização do que hoje conhecemos como Brasil (PORTO-GONÇALVES, 2012b).

chancela a reprodução de dogmas e estigmas sociais, negando a existência de outros saberes. É inerente à ciência um perfil dinâmico, e nele a constante refutação de teorias em prol de outras mais adaptadas à realidade do momento em questão, assim como propõe Kuhn (1997) com a teoria das revoluções científicas.

Ao contrário do que sempre vimos nos manuais científicos, a ciência não é o acúmulo gradual de conhecimentos, mas é a complexa relação entre teorias, dados e paradigmas. Tampouco a Ciência é neutra. Mesmo em seus métodos, como a observação e a experimentação, ela define de antemão o que é ou não possível de ser realizado: “A observação e a experiência podem e devem restringir drasticamente a extensão das crenças admissíveis, porque de outro modo não haveria ciência. Mas não podem, por si só, determinar um conjunto específico de semelhantes crenças.” (p. 23) Ou seja, a observação é feita sobre aquilo que é possível “ver” dentro de um paradigma (BARTELMEBS, 2012, p.352/353).

Por este fato, muito dos paradigmas científicos, embasados em conceitos e teorias de certa época, resistem até os dias atuais e carregam em si um proselitismo não empírico, mas dogmático, que pode reforçar estigmas sociais, como é o caso estudado aqui do “caboclo”.

A representação do sujeito na ciência é um fator que merece a atenção dentro dessa ótica pragmática. A tão aclamada neutralidade da ciência e do cientista, necessária para a extração da realidade dos estudos e pesquisas acaba por concretizar a relação entre sujeito-objeto em um cabo de guerra. Por sua influência nas ciências sociais, as ciências naturais emprestaram a maneira como se dá a relação impessoal entre pesquisador e objeto, fazendo com o que sujeito da pesquisa (nas ciências humanas/sociais/ambientais: o próprio ser humano), se transforme em objeto. Nesta transformação o sujeito perde sua “atividade” e se transforma em algo “passivo” incapacitado de falar por si só. Inclusive, a “dicotomia sujeito-objeto distribuíra atividade e passividade de tal maneira que o que fosse tomado por um seria perdido pelo outro” (LATOURET, 2001, p.171). Dessa forma quanto menos o objeto falar por si mais o pesquisador teria a dizer sendo, portanto, o sujeito ativo desse par dicotômico. Destarte, neste cabo de guerra, há a tentativa de supremacia da ciência e do pesquisador em se mostrar mais “ativo” do que o seu objeto de pesquisa. Porém, compreendemos que essa relação não precisa ser necessariamente uma luta entre forças opostas, pelo contrário, “quanto mais atividade houver por causa de uma, mais atividade haverá por causa de

outra (idem)”. A objetificação do sujeito, sua transformação em um objeto passivo, sem voz e ponto de vista é um processo herdado pelo contexto da modernidade – colonialidade, que deve ser revisto.

Foi ignorado o ponto de vista e a voz do próprio sujeito da pesquisa, transformando-o em objeto. Nomear, designar, é uma forma de dominação que ocorre ao se conferir nomes ou utilizar-se de termos arbitrariamente. Neste contexto, o pesquisador (considerando aqui o pesquisador como uma entidade integrante da ciência, não personificando a crítica) está assumindo uma a-historicidade do seu objeto (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Não cabe a todo trabalho científico fazer uma digressão profunda sobre as origens e contexto de formação dos termos a serem utilizados. O interessante é fazê-lo como processo de formação para a pesquisa, como enriquecimento do pesquisador, e, assim, identificar, ou não, a necessidade de mudança no termo, ou, ao menos, a sua indicação como um termo problemático, assinalando a ciência do pesquisador.

Ainda após frequente debate acerca do seu tom pejorativo (LIMA, 1992; 1993; PACE, 2006), e da aceitação de outros termos para se deixar de lado essa generalização que exotiza o seu objeto, ainda se vê o largo uso deste termo “caboclo” nas Ciências Ambientais. Pace (2006) já trouxe este debate para dentro da antropologia, dando ênfase na etnografia. São análises interessantes que farão um paralelo com o presente ensaio.

Colonialidade do saber é uma episteme que nos permite trabalhar a representação do sujeito na ciência, a neutralidade do pesquisador e da ciência, a objetificação do sujeito, denominações e invenções de identidade possibilitando fazer ciência com consciência. Ela torna esse trabalho possível, pois, desvela os elementos euro e etnocêntricos da ciência, responsáveis pelo engendramento dos pontos anteriormente citados de forma a naturalizá-los no cotidiano acadêmico, criando, assim, um obstáculo, questionamentos e críticas. É uma proposta que vem se fortalecendo principalmente nos países latinoamericanos. Trata-se de um novo olhar sobre a velha ciência. Autores como: Aníbal Quijano, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Boaventura de Souza (embora seja português), Edgar Lander e Walter Mignolo (para citar pequeno, mas significativo número de referências) são expoentes desse novo olhar.

A ciência é feita por pessoas, que trazem bagagens culturais diversas, fruto de contextos diferenciados. A neutralidade do cientista que distancia o pesquisador do seu objeto já foi debatida e ultrapassada em diversas discussões como em Porto-Gonçalves (2012), Santos (2007), Latour (2001) e Morin (2005). Permanece a pergunta: porque o termo caboclo é ainda utilizado pelas Ciências Ambientais? O que este uso nos demonstra? Qual o perfil desses cientistas, de onde e para quem falam? São questões essenciais que podem desvelar o etnocentrismo, o eurocentrismo e, por fim, a colonialidade do saber contidos nas práticas científicas.

Metodologia de análise dos artigos no contexto das Ciências Ambientais

O momento estático das Ciências Ambientais, no qual elas podem ser captadas, são as publicações (artigos, ensaios, livros, postulados). É por meio delas que a práxis científica é exposta, possibilitando análises a partir do exposto e do que não foi explicitado (o que geralmente é mais interessante). Nosso intuito é investigar essa práxis e o contexto em que ela se faz. Por isso nos debruçamos sobre a análise de artigos da área das Ciências Ambientais publicados internacionalmente, com acesso garantido pelo Governo Brasileiro a Instituições de Ensino Superior.

Para tanto o método de análise de artigos foi fundamentado na metodologia do artigo *Social and health dimensions of climate change in the Amazon* (Brondízio et al. 2016) considerado um artigo em Ciências Ambientais e de autores que fazem uso do termo caboclo em suas pesquisas. No referido trabalho os autores se debruçaram sobre a análise bibliométrica de artigos, hospedados na plataforma WoS – Web of Science para verificar como ocorre a relação entre mudanças climáticas e as condições socioambientais no contexto da Amazônia.

Os autores buscaram – na plataforma WoS –, artigos que se referiam à mudança climática na Amazônia, abarcando as áreas de Ciências Naturais, Ciências Sociais, Antropologia, Ciências Ambientais e saúde ocupacional. Para complementar usaram a plataforma brasileira Scielo, que demonstrava publicações da literatura nacional. A amostra inicialmente encontrada somava 1278 artigos, e foram feitas classificações de relevância dentro do assunto de mudanças climáticas. Após este filtro, selecionaram o total de 62 artigos, que em seguida foi analisado e novamente filtrado, de forma a restar

artigos que fizeram pesquisas empíricas ou análises políticas que tinham relevância direta com o tema, finalizando uma amostragem de 37 artigos. Este total de artigos foi analisado de forma a demonstrar como se dava o impacto na vida cotidiana, a relação com as doenças infecciosas e doenças respiratórias a partir das mudanças climáticas na Amazônia. De acordo com os autores a intenção deste artigo foi pesquisar um segmento da literatura que abordasse as implicações das mudanças climáticas para as condições sociais e saúde da população amazônica. Este estudo concluiu que há uma dificuldade de compreensão na análise da escala do fenômeno das mudanças climáticas, ficando os “caboclos” menos representados em artigos que tratam de políticas públicas. Foi detectada, também, a escassez de pesquisas sobre as implicações das mudanças climáticas nos âmbitos social e da saúde. O que demonstra que, apesar dos avanços nas áreas físicas e tecnológicas, os estudos sobre as mudanças climáticas ainda estão em sua “infância”.

Para elaboração deste trabalho utilizamos a plataforma de Periódicos Capes como base de pesquisa. Plataforma escolhida tanto por sua relevância na divulgação de trabalhos científicos em território nacional, como por sua abrangência e fácil acesso pelas IES – Instituições de Ensino Superior brasileiras. Trata-se de uma *host* paga pelo Governo Federal e de acesso irrestrito a todas as IES. Indexada em diversas outras plataformas de abrangência internacional, como por exemplo: Web of Science, SciELO, e todas do grupo Reed-Elsevier. Utilizou-se como método de busca a inserção da palavra chave: “caboclo” da seguinte forma. Na busca avançada, na primeira opção [no título] [contém] *caboclo* [OR] [no assunto] [contém] *caboclo*. Sem selecionar [data de publicação], [tipo de material], [idioma], [data inicial], [data final]. Resultando um total de 67 itens, ordenados por relevância de acordo com o portal.

Os artigos foram selecionados, e, aqueles que se repetiam, ou apresentavam publicações em português e inglês, foram contabilizados apenas uma vez. Os artigos que não tinham conexão direta com o tema caboclo nas Ciências Ambientais (inferência a partir da leitura dos resumos), não possuíam texto completo, revisão por pares (*peer-reviewed*) ou ainda, que apresentavam o caboclo em outro contexto que não o amazônico, foram excluídos, restando um total de 44 artigos para análise. Organizou-se uma planilha (Figura 1) com as seguintes informações para fins de análise quantitativa: título, autores, ano, plataformas indexadas, revista publicada, país de origem da revista,

país de origem dos autores, idioma de publicação, área de conhecimento da revista, instituição de filiação dos autores, data de download, e estrato Qualis.

Para análise qualitativa dos artigos, realizou-se uma análise detalhada visando encontrar as seguintes questões: como o autor define o “caboclo”, o contexto do artigo, se efetuou uma revisão bibliográfica acerca do termo, se houve uma análise crítica, se foi feito trabalho de campo, se o autor fez uma analogia entre caboclo e ribeirinho, e, finalmente, qual o campo de conhecimento do artigo.

Para sistematização das informações foram construídas duas planilhas do Excel (que se encontram no Apêndice 1), organizando os dados entre qualitativos e quantitativos. Essas planilhas geraram gráficos e tabelas que serão apresentados e analisadas no decorrer do texto.

A plataforma Capes funciona como uma *host*² para outras plataformas que, de fato, possuem os direitos autorais dos artigos, em sua maioria pagos. A Capes paga por esse acesso e disponibiliza gratuitamente para todas as IES do Brasil. Segundo informações do próprio portal de periódicos, há um total de mais de 37 mil títulos com texto completo disponível, além de outros conteúdos que não cabe discriminar aqui.

Durante a pesquisa algumas dificuldades de acesso foram percebidas, como por exemplo, certas revistas que constavam nos resultados das buscas, e não estavam mais indexadas na plataforma da Capes, o que impossibilitava o acesso ao artigo. Este fato foi mais recorrente com números mais antigos (2001, 2003, 2009) da revista *American Journal of Human Biology*. Outro fator que dificulta o acesso a alguns artigos é o fato de não encontra-lo diretamente no link disponibilizado, fazendo com que o pesquisador tenha que ir até a página da revista em questão e tente encontrar o artigo manualmente. Fato este que pode desmotivar o acesso a tais publicações. Este problema ocorreu em sua maioria com artigos de revistas brasileiras, como por exemplo, o Boletim do Museu Emilio Goeldi.

² Tradução livre: hospedeiro. É uma expressão da área da informática, que indica que um site pode abrigar/hospedar outros, ou seja, por meio daquele site se acessa outros. No caso do presente trabalho, a CAPES hospeda o site, ou o link dos sites, que possuem os direitos autorais dos artigos.

Periódicos Capes															
Número	Título	Autores	Ano	Referência	Texto completo	Peer-reviewed	Plataformas indexadas	Revista de publicação	País de origem da revista	País de origem dos autores	Idioma de publicação	Área de conhecimento da revista	Universidade/Instituição	Data de download	Estrato Qualis (2015)
1	Brazilian Amazonian caboclo agriculture: effect of fallow period on maize yield	Silva-Forsberg, Maria Clara; Fearnside, Philip M.	1997	Brazilian Amazonian caboclo agriculture: effect of fallow period on maize yield. Silva-Forsberg, Maria Clara; Fearnside, Philip M. Forest Ecology and Management, 1997, Vol.97(3), pp.283-291	Sim	Sim	SPUIEL; WOS; SDIEL; CRIEL	Forest Ecology and Management	Holanda	Brasil; Estados Unidos	Inglês	Ciências Ambientais	INPA / Indiana University	08/02/2017	A1
2	Caboclo Horticulture and Amazonian Dark Earths along the Middle Madeira River, Brazil	Fraser, James	2010	Caboclo Horticulture and Amazonian Dark Earths along the Middle Madeira River, Brazil. Fraser James. Human Ecology, 2010, Vol.38(5), pp.651-662	Sim	Sim	SPUIEL; WOS; FAO/AGRIS; PROQUEST; SPR/ICR; SPR.	Human Ecology	Inglaterra	Inglaterra	Inglês	Ciências Ambientais	University of Sussex	08/02/2017	B1
3	Body size and obesity patterns in Caboclo populations from Pará, Amazonia, Brazil	Silva, Hilton; Padez, Cristina	2010	Caboclo Horticulture and Amazonian Dark Earths along the Middle Madeira River, Brazil. Fraser James. Human Ecology, 2010, Vol.38(5), pp.651-662	Sim	Sim	WOS; MEDLINE/PubMed/SPUIEL; HC; R.	Annals of Human Biology	EUA	Brasil; Portugal	Inglês	Enfermagem	UFRRJ / University of Coimbra	08/02/2017	A2
4	Impacts of Trade in Non-timber Forest Products on Cooperation among Caboclo Households of the Brazilian Amazon	Rizek, Magtê; Morsello, Carla	2012	Impacts of Trade in Non-timber Forest Products on Cooperation among Caboclo Households of the Brazilian Amazon. Rizek, Magtê; Morsello, Carla. Human Ecology, 2012, Vol.40(5), pp.707-718	Sim	Sim	WOS; SPUIEL; FAO/AGRIS; SPR; SPR/ICR; PROQUEST	Human Ecology	Inglaterra	Brasil	Inglês	Ciências Ambientais	USP	08/02/2017	B1
5	The suffix -rana in the Portuguese spoken by the Amazon "caboclo." O sufixo -rana no Português falado pelo caboclo amazonense. (ORIGINAL ARTICLES/ARTIGOS ORIGINAIS)	Azevedo, Orlando; Margotti, Felício	2012	The suffix -rana in the Portuguese spoken by the Amazon "caboclo." O sufixo -rana no Português falado pelo caboclo amazonense. (ORIGINAL ARTICLES/ARTIGOS ORIGINAIS). Azevedo, Orlando; Margotti, Felício. Ila: Revista de Linguística, July, 2012, Caboclo household food consumption in two Amazonian ecosystems: a comparative analysis. Murrieta, Rss; Adams, C; Strumpf, R; Bakri, M; Sousa, PS	Sim	Sim	GCAO; Scielo; DOAJ.	Alfa Revista de Linguística	Brasil	Brasil	Português	Letras/Linguística	UFSC	08/02/2017	A1
6	Caboclo household food consumption in two Amazonian ecosystems: a comparative analysis.	Murrieta, Rss; Adams, C; Strumpf, R; Bakri, M; Sousa, PS	2006	Caboclo household food consumption in two Amazonian ecosystems: a comparative analysis. Murrieta, Rss; Adams, C; Strumpf, R; Bakri, M; Sousa, PS. American Journal Of Physical Anthropology, 2006 Suppl 42, pp.135-138	Não	Sim	WOS	American Journal Of Physical Anthropology	EUA	EUA	Inglês	Ciências Ambientais	-	08/02/2017	A2
7	O povo das águas pretas: o caboclo amazônico do rio Negro. The people of the black waters: the Amazon caboclo of the Negro river. Dos Santos, Fernando Sergio Dumas	Dos Santos, Fernando Sergio Dumas	2007	O povo das águas pretas: o caboclo amazônico do rio Negro. The people of the black waters: the Amazon caboclo of the Negro river. Dos Santos, Fernando Sergio Dumas. História, Ciências, Saúde--	Sim	Sim	MEDLINE/PubMed; DOAJ; SPUIEL; PROQUEST	História, Ciências, Saúde--Manguinhos	Brasil	Brasil	Português	Ciências Ambientais	Fundação Oswaldo Cruz	08/02/2017	B2

Figura 1. Recorte da planilha utilizada para organizar os dados coletados

A seguir serão demonstrados os resultados das análises de forma a ressaltar elementos que expressem a colonialidade do saber contidos nos trabalhos, ou fatores que a denunciavam de maneira crítica. O elemento que pode facilmente indicar essa colonialidade é o idioma e o local de fala do pesquisador.

Quem fala e de onde falam sobre a Amazônia?

A maioria dos artigos (74%) pesquisados encontram-se no idioma inglês, indexados por empresas multinacionais e publicados por pesquisadores estrangeiros em revistas internacionais, em sua maioria originados dos Estados Unidos. O Reino Unido segue próximo, (26%) de seus periódicos falam sobre a temática estudada. O uso do termo caboclo por estrangeiros é mais frequente nas publicações em língua inglesa do que em francês, também outro idioma representativo para publicações internacionais e que no presente trabalho não figurou com nenhum artigo.

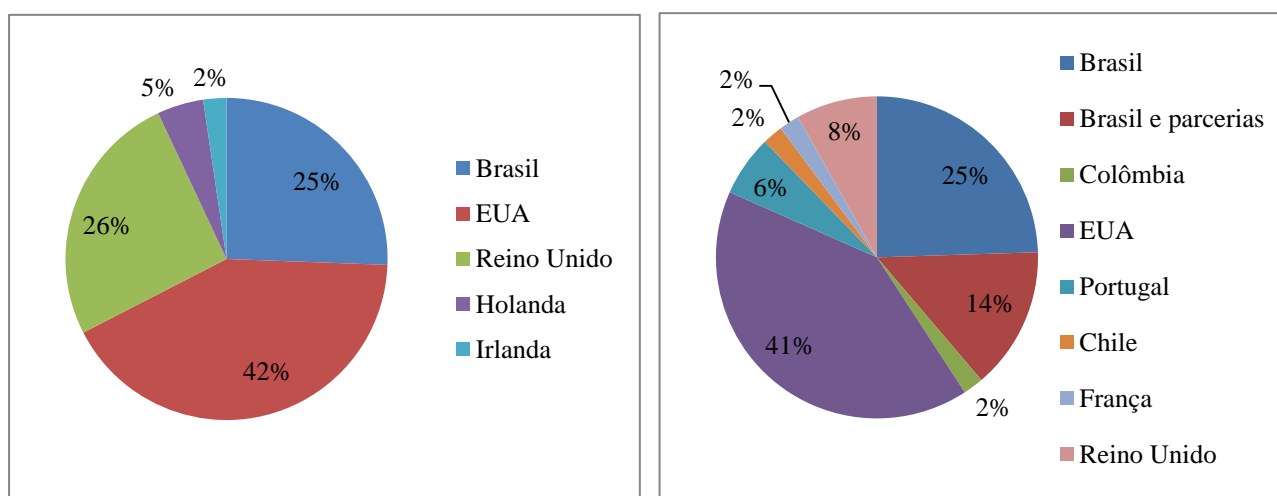


Figura 2. Gráfico I - Distribuição dos países de origem das revistas de publicação dos artigos analisados, Gráfico II - Distribuição dos países de origem dos autores dos artigos analisados

Quem mais produz conhecimento sobre a Amazônia (ver gráfico I e II na figura 2) são pesquisadores estrangeiros (41% oriundos dos EUA), ou pesquisadores brasileiros que estão vinculados a instituições de outros países (14%, Brasil e parceiros estrangeiros), em sua grande maioria Estados Unidos seguido da Inglaterra. Isto pode ocorrer, pois, nas instituições desses países existem centros de estudos especializados no Brasil, América Latina ou especificamente Amazônia.

Este cenário é um arremedo do cenário intelectual do Brasil em meados do séc. XIX, onde a ciência nacional era feita a partir de recortes postulados, ensaios, teorias e artigos oriundos de traduções parciais dos intelectuais europeus. Apenas com um objetivo diferente; se à época o intuito da produção intelectual era construir uma identidade nacional, qual seria o objetivo das ciências ambientais no Brasil nos anos 2000? Isso partindo do pressuposto de que toda e qualquer atitude científica é movida por intencionalidades secundárias, ou mesmo subliminares à do pesquisador.

De acordo com o Gráfico I, o país que mais possui revistas com publicações acerca do “caboclo” são os Estados Unidos, 42% dos artigos pesquisados são de revistas com origem nos EUA, o que demonstra aberta vantagem sobre os outros países que figuram na lista. Em segundo lugar está o Reino Unido fechando a conta com seus 26%. Ambos os países somam 68% do total das publicações, o que explica ser a maioria dos artigos escritos na língua inglesa.

Apesar de não ser sede das editoras, o maior número de revistas é sediado na América do Norte. Demonstrativo de que boa parte do conhecimento produzido e publicado sobre o Brasil no quesito Amazônia e suas populações, tem alguma relação com os EUA. Seja pelas instituições de pesquisa (concernente à motivação da pesquisa) às quais os pesquisadores são filiados, seja pelo idioma (público alvo), seja pela origem dos autores (41% são Estadunidenses), ou pela sede das revistas (editoração e seleção do material escrito).

O Brasil, apesar de ser o país mais interessado nas informações publicadas sobre os “caboclos” (já que são dados estratégicos concernentes ao seu território e à sua população, necessários para uma gestão adequada) figura com apenas 25% das revistas e dos autores de origem brasileiras. Esse número é significativo no que tange o que vem sendo discutido sobre a colonialidade do saber: quem produz o conhecimento e para onde ele vai?

Citamos como exemplo a Universidade de Lancaster, do condado de Lancaster na Inglaterra, que possui o Lancaster Environment Centre, o qual o Dr. Luke Parry se filia e cujo artigo, de sua autoria, está sendo analisado no presente estudo. Tal pesquisador é financiado pelo Economic and Social Research Council (ESRC). Este conselho recebe recursos do Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial

(Department of Business, Energy and Industrial Strategy) da Inglaterra. O ESRC tem por objetivo financiar pesquisas, principalmente na área de ciências sociais que desenvolvam o mercado e melhorem a qualidade de vida da população civil em geral. A pesquisa em questão recebe 300.000 £ para que se determine um sistema de alarme que identifique as comunidades amazônicas, sem estrada, mais vulneráveis às variações climáticas.

A Universidade de Lancaster, neste caso exemplificado, pode demonstrar a intenção de uma instituição estrangeira em desenvolver um sistema tecnológico que fornecerá informações importantes para o Governo brasileiro. É de bom tom se perguntar o porquê deste interesse, e qual o real objetivo desta pesquisa, como em toda e qualquer pesquisa efetuada e financiada por instituições estrangeiras em solos amazônicos. Acerca deste ponto levantado, Santos (2007) faz uma provocação quando questiona o fato de nos países “periféricos” não existirem centros de estudos sobre os países do “centro”. Estes institutos de estudos voltados para as culturas “exóticas” dos países periféricos remetem à época colonial e imperialista, quando era necessário colher informações e produzir dados sobre os países conquistados. Hoje os interesses são diferentes, mas embasados na mesma motivação etnocentrista, que exotiza outras culturas e dela extirpa o saber para o “melhor” aproveitamento em países mais “desenvolvidos”.

Este conhecimento, acerca dos “caboclos” e da Amazônia é produzido e divulgado, como foi discutido acima, por editoras estrangeiras que possuem maior quantidade de acessos por instituições de outros países. De acordo com dados da Elsevier, uma das cinco grandes editoras mapeadas, 54% do público que tem acesso às publicações são dos EUA, 26% originados da Europa e apenas 20% representando o resto do mundo, entre eles os brasileiros (RELXGroup, 2015). Portanto, são informações que serão transformadas em um conhecimento científico traduzido em linguagem científica, disponível em formato de artigos, ensaios e outros. Esse mesmo conhecimento que diz respeito à pessoas, ou ao seu modo de vida, não é disponibilizado para as mesmas. São artigos sobre saúde, qualidade de vida, nutrição, que também interessariam aos tomadores de decisão brasileiros para que fossem revertidos em ações, uma contrapartida pela “autorização” para fazer a pesquisa. A lei da realidade, que rege as relações sociais em todas as suas instâncias é movida pela lei do poder.

Colonialismo e Colonialidade

A lei da realidade é a lei do poder. Para que a realidade não seja irreal, dizem os que mandam, a moral deve ser imoral (GALEANO, 2016, p.174).

A descolonialidade é a (re)tomada dos pontos de vista que foram subjugados durante os séculos de alienação, colonização, colonialismo e imperialismo das Américas, África e Ásia. Recupera a “simultaneidade dos diferentes lugares na conformação de nosso mundo: abre espaço para que múltiplas epistemes dialoguem (LANDER, 2005, p.4)”. Essa diversidade de epistemes foi silenciada durante esses períodos, onde muito do que existe “foi produzido ativamente como não existente, e por isso a armadilha maior [...] é reduzir a realidade ao que existe” (SANTOS, 2013, p.28). Podemos citar como exemplo a redução da diversidade cultural da Amazônia a uma única identidade “cabocla” que carregava e ainda carrega tom depreciativo, justamente pela sua constituição ser fruto dessa colonialidade. Em contraste com a discussão e infinita produção que cada vez mais comprovam a riqueza da biodiversidade (fauna e flora), mas e a sócio-biodiversidade?

Pelo processo histórico de imposição de uma única racionalidade, outras racionalidades foram colocadas de fora da realidade aceitável vivenciada pela sociedade moderna, diminuindo, assim, a experiência real do presente, uma contração do presente, vigorando uma “racionalidade preguiçosa” (SANTOS, 2007). Enquanto o que efetivamente “existe” é aquilo que se deixa perceber através de uma única episteme. Este processo é denominado de diferentes maneiras, a saber; eurocentrismo, racionalismo moderno e colonialidade do saber, mas o emanador inquestionável desta forma de racionalidade única é o sistema-mundo moderno-colonial, ou seja, todo o processo envolvido na legitimação e difusão da colonialidade-modernidade pelo mundo. Para Santos (2007), este processo de contração do presente, essa diminuição das realidades vividas, são cinco “modos de produção de ausências”: a *monocultura do saber e do rigor* – que nos diz respeito aqui, pois fala da expansão da ideia de que o saber científico é o único legítimo; *monocultura do tempo linear* – a noção de que a história é linear e possui um só sentido, um evolucionismo; *monocultura da*

naturalização das diferenças; monocultura da escala dominante e, por último, a monocultura do produtivismo capitalista. Em uma monocultura de saberes e poder urge a recuperação dessa diversidade de “racionalidades”, em um movimento de valorização de uma ecologia de saberes, temporalidades (SANTOS, 2007), vivências outras que não foram originadas no seio da e para a modernidade ocidental.

Na região amazônica, por exemplo, permaneceu a relação de dominação e exploração com os estados do Sul, à época o *locus* central da nação. O término do colonialismo não pôs fim à colonialidade. Essa colonialidade diz respeito ao legado epistemológico eurocêntrico, herança do colonialismo, que hoje nos impede de conceber a diversidade de epistemes, tempos e lugares, e está, de certa forma, tão arraigada no imaginário social que se naturalizou e não se concebe outra forma de pensar (vide o processo de construção da consciência que será trabalhado mais adiante). Essa colonialidade foi de tal forma arquitetada que a europeização cultural se converteu em uma aspiração no início do colonialismo para um modelo de desenvolvimento cultural universal (QUIJANO, 1993) a ser atingido por todas as sociedades não-europeias. São as instituições de socialização do indivíduo que promovem essa alienação, essa perpetuação da colonialidade, amarram a vida do indivíduo em uma sociedade baseada nas relações de produção capitalista. Naturalizando as categorias básicas de exploração/dominação (QUIJANO, 2000).

Explorar a questão da individualidade, do livre arbítrio e da subjetividade é assumir um ponto de vista importante, pois é justamente uma ação oposta ao que estava em voga no meio científico durante o Brasil colônia, passando pelo Brasil Império e República e ainda hoje. Compreender o engendramento sistêmico das estruturas de poder na esfera individual é buscar entender o contexto de fixação do sistema, e assim desconstruí-lo no âmbito da descolonialidade.

Era consenso entre os cientistas da época negar a individualidade ao sujeito da pesquisa, para que, assim, o subjugassem. Conceder-lhe autonomia seria conceder-lhe uma alma além da sua “raça” ou “identidade”, e não seria mais apenas um objeto classificável pela ciência. Recuperando, aqui, a visão que Latour nos brindou quando afirmava que havia um cabo de guerra entre sujeito e objeto.

A intenção dos cientistas à época era negar toda e qualquer capacidade intelectual aos que não eram brancos, para, assim, garantir a supremacia intelectual dos que eram. Dentro da perspectiva eurocêntrica e evolucionista que inundava a ciência feita no Brasil, e também fora dele, preocupava-se mais em estabelecer diferenças físicas entre os “mestiços”, “negros”, “índios”, e como essas características influenciavam o seu comportamento moral. Neste esteio os sujeitos eram caracterizados pelo grupo identitário a que pertenciam, e “pouco espaço sobrava para o arbítrio do indivíduo” (SCHWARCZ, 1993, p.83), o que ocorreu com os amazônidas e a identidade cabocla é demonstrativo deste contexto.

Para compreender melhor os fenômenos e os fatos que nos levaram a reproduzir essa lógica eurocêntrica é necessário que se entenda o que o colonialismo nos legou, algo muito mais arraigado no imaginário coletivo do que a simples relação comercial metrópole e colônia.

Passamos anos de nossas vidas escolares aprendendo sobre a colonização, Brasil, uma colônia de exploração, que produzia bens não manufaturados e os exportava para a metrópole. Mas o colonialismo é deveras mais complexo do que esse “simples comércio”. Se constituía em uma “relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados” (QUIJANO, 1993, p.11). Essa estrutura colonial de poder produziu as discriminações que mais tarde foram reconhecidas como “raciais”, de gênero e de classe. Foram embasadas por uma ciência a serviço da racionalidade dominante, quando se considerou, por exemplo, raça humana um tema cientificamente comprovado (SCHWARCZ, 1993; QUIJANO, 1993, 2000, 2005; IANNI, 1996).

Na época da colonização americana as ciências sociais foram fortemente influenciadas pelas ciências naturais, pelo seu pioneirismo enquanto instituição de conhecimento oficial. Desta feita a ciência social atualmente ainda possui heranças das ciências naturais, como é o caso, por exemplo, da influência da classificação botânica. A botânica era a ciência de identificação e classificação dos seres vegetais. O processo era simples: identificar padrões fisicamente perceptíveis que se destacavam e se repetiam nas espécies vegetais para assim agrupá-las e classificá-las. Por analogia, assim também foi feito nas ciências sociais, atitude que excluía a complexidade das

relações sociais, e do próprio ser humano (sua individualidade), sua cultura e sua história.

O ser “classificado” era como um animal, ou uma planta, pois se observava apenas suas características físicas aparentes, aquilo que saltava aos olhos. Cabe aqui um parêntese para ressaltar o etnocentrismo deste processo, já que ele inviabilizava a compreensão da complexidade cultural do outro, restando apenas as características compreensíveis para os olhares modernos, as que não necessitavam de “aprofundamento”, e qualquer esforço de compreensão estavam “disponíveis” por serem comparáveis às características já conhecidas pelos cientistas: a cor da pele, traços físicos e a relativização do outro em relação a cultura europeia.

La idea de “clase” fue introducida em los estudios sobre la “naturaleza” antes que sobre la “sociedad”. [...] Para Lineo³ las plantas estaban allí, em e “reino vegetal”, dadas, y a partir de algunas de sus características empíricamente diferenciables, se podía “clasificarlas”. Los que estudiaban y debatían la sociedad [...] aplicaran la misma perspectiva a las gentes y encontraron que era posible “clasificarlos” también a partir de sus más constantes características diferenciables, empíricamente, su lugar em los pareados de riqueza y pobreza, mando y obediencia (QUIJANO, 2000, p. 364).⁴

A estrutura de poder do sistema-mundo moderno-colonial se baseava em três classificações sociais (raça, gênero e classe) para se estabelecer. Foi um padrão de classificação social criado para justamente permitir a dominação intersubjetiva e, assim, a exploração do indivíduo.

Con la question de las clases sociales, lo que realmente está em juego y lo estuvo desde el comienzo em el proposito de quienes introdujieron la

³ O primeiro naturalista sueco a utilizar o termo “classe”.

⁴ Tradução livre: “A ideia de classe foi introduzida nos estudos sobre a natureza antes do que nos estudos sobre a sociedade. [...] Para Lineo as plantas estavam ali no reino vegetal, dadas, e a partir de algumas de suas características diferenciáveis empíricamente, se podia classifica-las. Os que estudavam e debatiam a sociedade [...] aplicaram a mesma perspectiva às pessoas e constataram que era possível “classifica-los” também a partir de suas características diferenciáveis mais constantes, e empíricamente determinar seus lugares nos pares de riqueza e pobreza, mando e obediência”.

idea, es algo radicalmente distinto (das clases da natureza): la cuestión del poder en la sociedad (QUIJANO, 2000, p. 367).⁵

Quijano frisa a diferença entre classificação social e classe social. Classificação seria um processo de longo prazo na disputa pelo controle dos âmbitos de poder. É justamente a diferença na distribuição do controle deste poder que as classifica socialmente, cada um conferido ao seu lugar e papel a partir do nível de controle do poder. É exatamente esse processo que gera as diferenças sociais. O que torna classificação e classes diferentes é que classe possui uma condição mais estática, conferindo aos sujeitos um “lugar” pré-determinado na sociedade a partir de suas características empiricamente observáveis – gênero, raça, poder aquisitivo e outros. Mas ambas estão relacionadas à dominação para exploração. Dado que uma compreende a fluidez das relações sociais em um intrincado sistema de controle de poder, e a outra é um sistema baseado nas ciências naturais de classificação “empírica”, e, portanto, pouco flexível. Neste contexto, o autor constrói e defende o conceito de heterogeneidade da classificação social, que está intrinsecamente ligado à forma de distribuição do poder ao longo prazo nos diferentes âmbitos de vida, sendo a melhor forma de explicar as desigualdades sociais a partir da ótica do poder inserido no contexto do sistema-mundo moderno-colonial. É uma proposta de expansão do ponto de vista maniqueísta eurocêntrico.

A questão do poder está intimamente relacionada com a dominação, e esta só se efetiva quando ocorre em todos os âmbitos da existência social: trabalho, natureza, sexo, subjetividade e autoridade (QUIJANO, 2000). Portanto, este “novo” padrão de poder mundial, instituído pela expansão da modernidade-colonialidade possui dois eixos centrais: o “controle da produção de recursos de sobrevivência social” e o “controle da reprodução biológica da espécie” atuando no âmbito social e biológico. No

⁵ Tradução livre: “Com a questão das classes sociais, o que realmente está em jogo e o que esteve desde o começo no propósito de quem introduziu a ideia, é algo radicalmente distinto (das classes da natureza): a questão do poder na sociedade”.

primeiro caso, este controle se dá a partir da força de trabalho e dos recursos de produção (natureza). No segundo, ocorre a partir do controle do sexo⁶.

Como forma de hierarquizar e classificar, o conceito de raça veio em função desses dois eixos, basicamente separando aqueles que eram europeus e aqueles não-europeus. E, assim, também segmentando a forma que se dava o controle em todas as “raças”. Entre os europeus estavam aqueles que eram considerados brancos, oriundos do que hoje se conhece como Europa (pois até então no período colonial não havia ainda a concepção de Europa), de cultura desenvolvida e moderna. Os não-europeus eram todos aqueles diferentes disso, aí criando os termos que diferenciavam as “raças” a partir do ponto de vista europeu, os negros, índios, mestiços, etc. O controle biológico pode ser evidenciado, por exemplo, a partir da tentativa de branqueamento da nação brasileira, quando se pretendia diminuir a influência negativa da raça negra ou índia no sangue da nação (SCHWARCZ, 1993).

Nota-se que o conceito de raça nasce quando da “descoberta” da América. Antes disso, os atributos importantes para a classificação social giravam em outros âmbitos como: sexo, idade, e força de trabalho (QUIJANO, 2000). Neste novo cenário a idade já não era mais um fator relevante, enquanto que a raça surge como fator determinante. Quando falamos de raça, podemos entender a ênfase nas diferenças fenotípicas, mas no sentido de relacionar as diferenças físicas como legitimadoras das diferenças no acesso ao controle do poder. Portanto, aquelas características que diferenciavam os europeus dos “outros” eram importantíssimas de serem ressaltadas, entre as quais cor do cabelo, formato e coloração dos olhos e, a mais importante de todas, a cor da pele.

No por acaso, mantener, acentuar y exasperar entre los explotados/dominados la percepción de esas diferenciadas situaciones en relación al trabajo, a la “raza” y al “género”, ha sido y es un médio extremadamente eficaz de los capitalistas para mantener el control del poder (QUIJANO, 2000, p. 372).⁷

⁶ Nasce aqui conjuntamente a questão de gênero na sociedade moderna. Para ler sobre este assunto ver QUIJANO (2000).

⁷ Tradução livre: “Não por acaso, manter, acentuar e exasperar entre os explorados/dominados a percepção dessas diferenciadas situações em relação ao trabalho, à

Criava-se, assim, um sistema eurocêntrico de classificação social que, também, embasava um evolucionismo etnocentrista onde havia uma perversa gradação de cor de pele. Os dominadores europeus, a raça branca, estavam no auge do desenvolvimento, enquanto que os não-europeus dominados eram as “raças de cor” e estavam, na linha evolutiva, em estágio inicial e primitivo e deveriam alcançar o estágio cultural da sociedade europeia.

La ‘racialización’ de las relaciones de poder entre las nuevas identidades sociales y geo-culturales, fue el sustento y la referencia legitimatoria fundamental del carácter eurocentrado del patrón de poder, material e intersubjetivo. Es decir, de su colonialidad (QUIJANO, 2000, p. 374).⁸

Por assim dizer, a classificação social era um sistema eurocêntrico baseado em teorias científicas dogmáticas e parciais, que sustentava o padrão de poder hegemônico surgido a partir da conformação do sistema-mundo moderno-colonial. Mas existiam somente essas teorias dogmáticas? Existem autores que fogem a esse padrão? Sob a perspectiva da descolonialidade do saber, como podemos encontrar tais traços da colonialidade na produção científica?

O local pelo local - Os intelectuais brasileiros amazônidas

Se lançarmos nosso olhar para a produção local, talvez essas perguntas possam ser respondidas. A descolonialidade do saber, pode ser trabalhada, também, pela utilização de autores locais. Se defendemos a voz dos “pesquisados”, podemos e devemos lançar nosso olhar para os pesquisadores “nativos” que produzem conhecimento a partir do local e sobre o local em língua local.

‘raça’ e ao ‘gênero’ tem sido e é um meio extremamente eficaz dos capitalistas para manter o controle do poder”.

⁸ Tradução livre: “A racialização das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais, foi o sustento e a referência legitimadora fundamental do caráter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjetivo”.

Destacamos aqui autores que consideramos mais significativos pela sua herança na formação do pensamento sobre a Amazônia, bem como os autores que vivenciaram a Amazônia como filhos da terra, ou a serviço de um Estado colonizador. São eles: Euclides da Cunha, Djalma Batista e Samuel Benchimol, Marilene Corrêa, Renan Freitas Pinto e Neide Gondim, estabelecendo uma ordem cronológica da vida e obra de cada um deles.

Euclides da Cunha, nascido no Rio de Janeiro no ano de 1866, em seu livro “À margem da história”, uma obra escrita durante sua passagem pela Amazônia, nos anos de 1904 a 1906, faz referência logo no início à floresta como possuidora de uma natureza “portentosa, mas incompleta” (CUNHA, 2006). Replicando o ideário dominante da época de que a Amazônia era um vazio demográfico no país. Apesar de Euclides da Cunha ser considerado como um visionário e bravo denunciante das agruras vividas pelos brasileiros no episódio de Canudos, em sua obra “Os sertões”, ele não consegue se dissociar da visão etnocêntrica a qual foi educado durante toda a sua vida escolar e acadêmica. Foi educado nos melhores colégios da época, e viveu em meio a fidalguia carioca e baiana.

Podemos destacar sua educação em colégios nobres, sua vivência como militar, a carreira como funcionário público e seu talento como escritor. Era um brasileiro privilegiado, sendo assim sofreu influência eurocêntrica em sua formação. Sua temporada como militar também é testemunha de um homem a serviço da ordem e progresso, além da sua filiação como republicano. Trazia em si os elementos que justificam o seu posicionamento etnocêntrico em relação à população interiorana da Amazônia.

Sua descrição sobre os “caboclos” reforçava o ideário da preguiça dos povos nativos, e descrevia seus hábitos como cheios de “lascívia, bebedice e furto”. Euclides via na inconstância dos rios (fluxos naturais anuais de seca e cheia) como um dos fatores que levavam à essa indolência, pois os povos não tinham uma base física sólida e estável onde se estabelecerem. E conclui em um de seus capítulos: “a adaptação exercita-se pelo nomadismo”. Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril (CUNHA, 2006, p. 28)”. Acerca dessa passagem podemos ressaltar diversos pontos: o seu desconhecimento

sobre a cultura dos povos amazônidas, que em grande parte eram nômades, mas que se recolheram ao sedentarismo e isolamento após o choque do contato com os colonizadores portugueses. Nota-se que o autor contabiliza a história a partir da colonização portuguesa, o que pode ser indicador de duas coisas: ou ele realmente desconhecia haver gentes na Amazônia antes dessa data, ou ele considerava que a história daquele povo só começou a partir da presença dos portugueses. Era uma visão comum, e ainda é. Reforçando aquilo que discutimos anteriormente sobre a memória do povo nativo ser apagada em benefício da história europeia.

Euclides insistia em denominar a floresta de “deserto” e a considerava monótona, com paisagens estáticas e enfadonhas, um vazio de gente, faltava-lhe “às vestimentas das matas os recortes artísticos do trabalho (CUNHA, 2006, p. 44).” O autor estava na Amazônia na época de ouro do ciclo da borracha, e por isso presenciou a migração dos nordestinos e sulistas para trabalharem e ocuparem a floresta, tão desprovida de gente. Considerava que esses migrantes “amansavam o deserto”, “domavam-no”, tornando aquele “desvão obscurecido da história” em parte efetiva do território nacional. Tinha sérias críticas ao clima e seus efeitos nos recém-chegados, que causava um “desfalecimento moral”, no entanto eram heróis por promoverem o “domínio das raças incompetentes” como forma de “redenção dos territórios”.

Euclides era conhecedor das mazelas sociais a que eram submetidos os trabalhadores e migrantes da seringa, boa parte do seu livro é dedicada a essa denúncia, mas ele não faz de forma crítica, apenas a constata, quase como que justificando o sofrimento de alguns para um bem maior para a nação: a ocupação de um território selvagem gerando riquezas para o país pela exploração da borracha. Pouco se comenta sobre os “caboclos titânicos” que habitavam a terra dantes, ou quando o faz é como uma forma de atestar a melhora que os migrantes e os conquistadores trouxeram para aquela gente atrasada e incapaz.

Já em meados do século XX uma referência bastante reconhecida é Djalma Batista. Nascido em 1916, na cidade de Tarauacá no Acre, teve sua educação básica na sua própria cidade, depois mudou-se para Manaus. Teceu sua carreira na área de saúde do Estado do Amazonas. Um intelectual de vanguarda por se preocupar com as questões

da população amazônida não só pela ótica a que foi “formado” a ver, a medicina, mas era capaz de estabelecer relações em diversas áreas do conhecimento.

Em seu livro *Amazônia – Cultura e Sociedade*, onde faz uma compilação de diversos artigos que escreveu sobre a formação da Amazônia o autor inicia com relatos dos primeiros viajantes. É latente em sua obra a visão de que a Amazônia era um lugar primitivo, virgem, antes da chegada dos europeus, até mesmo “sem gente” e afirma que “a formação cultural na Amazônia tem estado intimamente ligada à colonização e à economia” (BATISTA, 2006, p.8).

Apesar de ser mais recente que Cunha, Batista ainda transparece na sua obra alguns desses vícios e preconceitos, como a afirmação de que “há uma superioridade cultural das raças (BATISTA, 2006, p.123)”, onde percebe-se claramente uma ideologia evolucionista, muito ligada ao modo de pensamento europeu – que inundava a maioria das produções científicas da época. O autor afirma que “raças”, como as do branco da Europa e da América do Norte são superiores por terem atrás de si “um milênio de cultura, a que se incorporaram as heranças: oriental, da Grécia, do Império Romano e do Cristianismo” (BATISTA, 2006, p.123). Apresenta as culturas indígenas como atrasadas, capazes de produzir apenas artefatos de cerâmica artísticos, e que são pertencentes à Idade da Pedra Polida, dizendo que “são um pouco mais novos apenas, culturalmente, que os homens que primeiro apareceram sobre a Terra” (BATISTA, 2006, p.123). Claramente um posicionamento evolucionista etnocentrista.

Apresentava um posicionamento favorável ao determinismo geográfico, fez extensa compilação de estudos que buscavam comprovar a influência negativa do clima sobre o homem. Conclui dizendo que sim, o meio age de forma desvantajosa sobre o homem, mas, entra aí com uma crítica ao modo de ocupação da floresta, dizendo que o homem, também, tem sido um depredador do ambiente. Assim como para Euclides, Djalma acreditava que o homem deve dominar o ambiente, e considera que uma das atividades agrícolas mais arraigadas no cotidiano dos povos amazônicos, a agricultura migratória, de corte e queima é um mau permanente. Segundo o autor “o extrativismo trouxe realmente para a Amazônia um único bem, que foi a posse da terra (BATISTA, 2006, p.147)”. É possível perceber através dessa afirmação do autor como ele percebe na sociedade moderna capitalista o espelho de sociedade ideal ao qual a Amazônia deve

se mirar. Ainda para Djalma, a Amazônia só alcançaria a tão sonhada civilização, se fosse de cima para baixo, um movimento da elite, para o povo, pois esta é mais capacitada intelectual e culturalmente. Já para Benchimol, a civilização amazônica foi construída a partir de um movimento contrário, mesmo que impulsionado pelas elites. Para ele, quem de fato formou cultural e socialmente a Amazônia, foram as diversas populações que migraram para seu seio buscando promessas de riquezas e de fuga da fome e pobreza.

Samuel Benchimol nasceu em 1923, em Manaus, se formou como bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Amazonas, fez seu mestrado em sociologia em Miami. Apesar da forte influência americana em sua formação – que poderia engendrar em seu pensamento um viés etnocêntrico, Benchimol foi capaz de produzir uma obra sobre a formação sociocultural amazônica extremamente crítica e rica.

Ele entendia que o processo de colonização, seguido da ocupação para o extrativismo da borracha, era caracterizado pela grande migração dos mais variados povos e foi o que construiu a Amazônia enquanto região. Ressaltava a dialética que imbuía ao momento de construção da Amazônia toda uma característica de transformação híbrida, de apropriação e ressignificação das culturas de ambos os lados, assim definidos como dominados e dominadores. A partir desse ponto de vista, denominava a Amazônia da época da colonização como Lusíndia, frisando, assim, a inter-relação das primeiras culturas em contato. Ao narrar a migração nordestina para a Amazônia, quando o cearense (denominação generalizante da época que designava todos os nordestinos que migraram para a região) se amansava (termo também utilizado por Cunha e Batista, mas em sentido diverso) e se experienciava nas linguagens regionais da Floresta, ressalta o duplo sentido desse amansamento. Pois, “enquanto eles passavam por esse processo de amazonização, a região passou a cearenizar-se, assimilando os ímpetos de coragem, valentia, audácia e resistência dos homens do Nordeste brasileiro (BENCHIMOL, 2009, p. 18)”. O autor faz a sua análise não sem um toque de romantismo e espetacularização deste momento de construção cultural da Amazônia brasileira.

Benchimol também relata a abertura da Amazônia para os imigrantes sulistas a partir da integração da região à rede rodoviária do país transparecendo um sentimento

de orgulho em relação à importância do regionalismo amazônico. Trazendo outros elementos culturais para a somatória amazônica. “Assim sendo, a Amazônia é um segmento e produto brasileiro tropical de múltiplas correntes e grupos culturais” (BENCHIMOL, 2009, p.19) e que “apesar das múltiplas forças e formas de modernização e terraplanagem cultural, conseguimos manter vivas as peculiaridades regionais e a nossa identidade amazônica, que enriquece e valoriza os outros regionalismos brasileiros” (BENCHIMOL, 2009, p.19).

A visão de Samuel Benchimol apresenta ponto de vista amplo, que concebe a Amazônia não como um local vazio e carente, com uma população passiva e necessitando de uma educação civilizatória modernizadora. Mas, antes de tudo, um sujeito ativo nas transformações socioculturais promovidos pela frequente chegada de novos povos e elementos culturais. E que por isso foi modificada, assim como as gentes que ali já estavam e que por ali se fixaram. E, diferentemente da visão de muitos autores, referências dos trabalhos pesquisados e analisados aqui, a miscigenação cultural não foi a responsável pelo enfraquecimento das culturas indígenas, relegando-as ao passado, mas, sim, o fato que justamente garantiu a sua sobrevivência. Em sua obra “Amazônia: formação social e cultural” (2009) Samuel Benchimol tece extenso relato histórico acerca da relevância cultural dos diversos povos que se fixaram na Amazônia e como esse é o processo responsável por construir a região como ela é.

Podemos perceber, pelo autores citados, como através do tempo a influência da colonialidade do saber se torna cada vez menos pungente nas obras. Em termos de uma ciência mais crítica podemos citar Renan Freitas, Marilene Correa e Neide Gondim.

Marilene Corrêa tece em sua tese análise sobre o processo de construção da Amazônia enquanto região, ressaltando a sua importância histórica e geográfica. Reconhece que há uma Amazônia Lusitana, de forma a dar visibilidade ao eurocentricismo na formação amazônica. Reforça esse fato quando relata que o primeiro nome dado à Amazônia foi “Lusitânia” (SILVA, 2012). Marilene perfaz uma análise desde a colonização até os dias atuais, onde faz menção à forma do desenvolvimento da Amazônia que causou a degradação social e ambiental na medida em que a tônica foi a “expropriação violenta dos processos de ocupação da Amazônia” (SILVA, 2012). Essa passagem faz referência à forma como as populações foram sendo relegadas à sua

própria sorte, enquanto eram posicionadas pela ideologia dominante como antagônicas ao desenvolvimento pro(im)posto pelo Estado. A autora trás para o presente a análise do papel do Estado e da iniciativa privada que reproduzem a lógica colonial e imperialista dos primeiros séculos de invasão da Amazônia.

Silva afirma que a ocupação da Amazônia é um processo patológico que deve-se à atuação de grandes empresas atualmente. Tal ocupação desde a colonização transformou a Amazônia em patrimônio europeu. Sua análise incorre em admitir que os bens naturais da “Amazônia” foram transformados em recursos desde a primeira investida colonial, inseridos no contexto do sistema-mundo moderno-colonial, e desde então vêm sofrendo investidas que se diferenciam ao longo do tempo a partir do contexto e poder hegemônico vigente – absolutismo europeu, colonialismo interno, hegemonia britânica, americana e por aí vai.

A autora não faz menção ao termo descolonialidade, no entanto, demonstra este ponto de vista, que pode ser percebido por toda a sua complexa análise, que se preocupa em trazer a tona os autores regionais, balisados pelas obras referências – em sua maioria estrangeiras - de sua área, trazendo sempre para a ótica amazônida.

Uma de suas passagens, que demonstra essa descolonilidade de seu ponto de vista, é a sua análise de ondas de racialização do mundo, que “reduzem a sociedade à natureza”, quando revaloriza “fatores semifísicos ou semibiológicos capazes de reforçar os racismos” (SILVA, 1999) trazendo a teoria de Robert Kurz de biologiação social, aplicada aos processos de ocupação da Amazônia. A racialização reafirma a subalternidade dos povos categorizados nas raças inferiores, isso ainda recorrente nos dias atuais, aos quais também se refere a sua análise no livro “Metamorfoses da Amazônia”.

Outra referência que deve ser citada aqui é a obra de Neide Gondim, outra manauara, graduada em Letras. Apesar de ter vivido na mesma época de Djalma Batista e Samuel Benchimol sua obra representa certo vanguardismo ao tratar da invenção da Amazônia como um constructo, assim como o fez Djalma e Benchimol, mas pela lente das obras literárias que se referiam à Amazônia em diferentes épocas, focadamente no período colonial. Neste ensaio Gondim foi referência importante para nos guiar sobre o teor do pensamento estrangeiro sobre a Amazônia, e assim nos ofertar a visão euro e

etnocêntrica que investigávamos, e que foram responsáveis pela invenção da Amazônia. “A Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída (GONDIM, 2007, p.15)” com esta afirmação Gondim enfoca a invenção da Amazônia como sendo um processo unilateral idealizado pelos europeus. Unilateral por ter sido eurocêntrico e fabricado unicamente com as peças talhadas pela mente europeia que traduzia a realidade amazônica para a sua linguagem. Temos aqui uma visão que soma à ideia de Benchimol, a real transformação sociocultural ocorria apesar dos intentos europeus em se construir uma região idealizada e ideologicamente similar ao seu restrito dicionário cultural. Eram, portanto dois processos: o real e o ideal. O caboclo é, portanto fruto desses dois, onde a elite construía o imaginário acerca da população que eles mesmos tentaram dominar pelo controle dos processos econômicos e migratórios. Mas que a diversidade das relações que advieram daí fugiu à capacidade de controle e percepção dos dominadores europeizados, quando não europeus por origem. Controle efetuado a partir da imposição de identidades baseadas na teoria das raças.

Outro intelectual amazônida é Renan Freitas Pinto, que produziu vasta obra sobre a formação do pensamento amazônico. Por sua atuação como professor na área de sociologia influenciou e ainda influencia os discentes dessa Universidade. Sua obra analisada para este trabalho é “A viagem das Ideias”, onde faz uma recuperação da formação do pensamento sobre e da Amazônia pela ótica de autores estrangeiros. Assim como Gondim, Renan Pinto apresenta um viés crítico, e chega a apresentar o ponto de vista parecido com o da descolonialidade do saber, embora não cite diretamente esse termo. O autor ressalta a perspectiva eurocêntrica na formação do pensamento amazônico, como ela apresenta um limite de ideias acerca da realidade complexa e assim resume a construção desse imaginário a partir dos cinco séculos de invasão e colonização da Amazônia.

Freitas chega a falar da romantização do ribeirinho/caboclo como a recriação do mito do bom selvagem adaptado para os dias atuais, como a ideia do “povo da floresta” muito recorrente em trabalhos sobre a sustentabilidade da Amazônia. Embora Renan se firme fortemente sobre o pensamento de autores europeus clássicos como: Hobbes, Montesquieu, Rousseau o faz de modo a extrair deles a forma como o pensamento moderno europeu foi construído sobre a Amazônia. Apresentando um posicionamento crítico acerca desses intelectuais, não apenas reproduzindo suas ideias. Afinal não

podemos negar a importância de suas obras na formação e construção de paradigmas e conceitos acerca da Amazônia, fortalecendo a episteme eurocêntrica que obliterou a diversidade de saberes descoberta no “Novo Mundo”.

Embora os autores aqui citados sejam nacionalmente reconhecidos como ícones sobre a produção do pensamento na Amazônia, chamamos a atenção sobre o fato de nenhuma dessas referências ter sido utilizada nos artigos analisados no segundo capítulo, inclusive aqueles que se detiveram em uma revisão bibliográfica mais apurada. Nem mesmo no nosso próprio texto foram utilizados como referência quando nos propusemos a definir o caboclo, no início deste ensaio. A construção da proposta descolonial foi sendo feita ao decorrer do ensaio, e a autora que iniciou este ensaio é bem diferente da que finalizou-o. Ao percebermos tal erro optamos para não corrigi-lo, mas deixá-lo como um sinal de que a mudança de paradigmas é necessária, mas um processo trabalhoso que requer uma autocrítica. Insistir no erro é ruim, mas reconhecê-lo e ressaltá-lo como demonstrador de uma mudança é o caminho para a absorção da epistemologia descolonial.

Reforça-se que a visão crítica é necessária para entender o contexto dos autores e utilizá-los como uma referência completa. Apesar dos pontos apresentados, esses autores e suas obras não perdem em qualidade como testemunho da época em que estavam inseridos, e, se apresentam pontos de vista etno ou eurocêntricos, devem ser vistos como tal. Praticamente todo o material de referência produzido no Brasil, desde a época da colônia até meados do séc. XX, que diz respeito ao processo de formação da colônia e do Estado nacional apresentam esse ponto de vista distorcido. Cabe a nós, os pesquisadores, compreender essa visão e extrair daí os dados que nos interessam, e não atuar como simples reprodutores. Como fonte de informação são riquíssimos, até mesmo porque são poucos os relatos que provem de outras fontes como os negros, indígenas, caboclos, e outros, por motivos óbvios. Por séculos da história brasileira a esses grupos não foi permitido ter sua voz ecoando nos palcos tradicionais: ciência, política e nas relações sociais hierárquicas. Por isso temos que recorrer à literatura dos pontos de vista dominantes para compreender o contexto dos outros.

A colonialidade do saber obliterou a importância dessas obras, nos convencendo de que bom e de qualidade é somente aquilo que foi produzido fora daqui,

estabelecendo uma relação de poder também sobre a produção do conhecimento. A produção nacional foi sendo relegada ao segundo plano, até mesmo pelo seu histórico, que se iniciou como cópia da produção intelectual estrangeira. No entanto, este cenário vem mudando e, como demonstramos, a produção nacional é de qualidade e apresenta vantagens à produção estrangeira por, justamente, ser feita a partir do local de que se fala. Mas, ainda resta uma relação desigual de poder na construção do pensamento científico produzida na colônia/periferia, e a produção da metrópole/centro. Conforme afirmamos anteriormente, a lei da realidade é a lei do poder.

Eurocentrismo, Colonialidade do Saber e do Poder

Segundo Quijano (2000), poder é um espaço e uma rede de relações sociais de exploração/dominação para a disputa do controle dos âmbitos de existência social. São eles: o trabalho e seus produtos; a natureza e seus recursos (de produção); o sexo e a reprodução da espécie; a subjetividade, o conhecimento e a autoridade e seus instrumentos. Para tal controle de fato existir ele tem que acontecer em todos os âmbitos, ou que não ocorra em todos, mas, que seja possível a sua articulação entre eles.

O erro, segundo ele, incide justamente em se crer que há uma totalidade unilinear e unidirecional, que pode ser aplicada a todos os sujeitos de uma dada população. O que existe na realidade é uma heterogeneidade histórico-cultural que gera conflitos quando sujeitos e grupos se relacionam, em diversos dos âmbitos de existência social. Portanto, o poder é, na realidade, “la más persistente forma de articulación estructural de alcance societal (QUIJANO, 353:2000).” Ou seja, é dominante aquele grupo que é eficaz na articulação do controle dos âmbitos da existência do seu grupo e dos demais.

A colonialidade do poder, então, é inspirada no controle e articulação dos diferentes âmbitos de existência social, sob uma ótica eurocentrada e baseada na classificação racial como forma de exploração/dominação do trabalho. A colonialidade do poder que possibilitou o eurocentrismo e vice-versa, Quijano (2005), elenca quatro fatores que contribuíram para o estabelecimento dessa racionalidade eurocêntrica na sociedade moderna/modernizada:

- 1- Uma articulação peculiar entre um dualismo (pré-capital/capital; não-europeu/europeu; primitivo/civilizado; tradicional/moderno);
- 2- Evolucionismo linear, unidirecional;
- 3- Naturalização das diferenças culturais por meio da raça;
- 4- A distorcida realocização temporal de todas essas diferenças, colocando tudo o que não é europeu no passado, e o que é europeu como o futuro de todas elas.

Este dualismo a que Quijano se refere teve maior referência na religião católica, quando da necessidade de separar o céu e o inferno, o bom e o mau. Nessa separação, estabelece-se claramente aquilo que deve ser atingido, o ideal, o perfeito, e aquilo que deve ser evitado, ignorado, temido e superado. Nessa dicotomia também aparecem os pares bem e mau, fruto da moral católica cristã que assombrava a vida do religioso, com as promessas de céu e inferno àquele que pratica um ou outro – forma de controle social exercida pela religião. O par selvagem-civilizado advém dessa moral e apontava que a selvageria dos autóctones seria superada pela civilização dos brancos europeus, sendo os selvagens os maus – necessitando da salvação pela igreja e pela civilização, e os europeus os bons – responsáveis por salva-los.

Neste esteio surge já na ciência, até então fortemente influenciada pela religião, a ideia de evolucionismo (o que acabou quebrando um pouco a dependência com a religião no que tange à teoria criacionista), ou seja, baseado nas teorias de Darwin os cientistas sociais transpuseram as leis da evolução das espécies para a vida social humana. Havia, claro, muitas dissidências entre os cientistas sociais e naturais, acerca da origem da espécie humana (como a querela entre os monogenistas e os poligenistas, sobre isso ver SCHWARCZ, 1993), mas o ponto crucial que os unia era a crença em uma evolução social humana, que culminava na civilização europeia.

Para os monogenistas, houve apenas um ponto de origem da espécie humana, e o que gerou a sua diferenciação em raças, e em diferentes culturas foi uma separação ocorrida há milhares de anos, que fizeram com que as populações se isolassem e assim criassem diferentes formas de vida e desenvolvessem características e capacidades físicas diferenciadas. Para tais cientistas ainda conviviam no mundo diversas culturas e raças em diferentes níveis de evolução, ficando clara a ideia de hierarquia entre elas,

sendo que as mais primitivas seriam aquelas que ainda estavam em pleno contato e convivência com a natureza, como os povos nativos da América do sul. A evolução dessas raças seria alcançar a cultura e civilização europeia, já que todas vieram de um mesmo ponto, todas deveriam alcançar o apogeu exemplificado pelos europeus (QUIJANO, 2000). Os poligenistas acreditavam que a espécie humana surgiu ao mesmo tempo em diferentes regiões do globo, e em cada ponto surgiu uma raça diferente, mas, que, de acordo com a teoria da evolução das espécies, essas raças estavam em “evolução”, e, portanto, existiam raças primitivas e raças desenvolvidas, tudo expressado pelo grau de sua cultura. Sendo a cultura mais elevada a cultura europeia. “O suposto era que o modelo evolutivo da biologia servia de base pra todos os seres vivos da Terra e, em especial, para explicar a evolução da humanidade (SCHWARCZ, 1993, p. 107)”. Dando ênfase ao que Quijano (2000) relata sobre a influência das ciências naturais sobre as humanas.

As duas teorias elencadas dão o tom evolucionista para a teoria das raças, que assim naturaliza as diferenças entre as culturas. Apesar do certame entre os cientistas monogenistas e poligenistas, um ponto crucial unia tais teorias: o consenso sobre o evolucionismo que acreditava que as diferentes raças estavam em constante evolução, salientando que umas conseguiram evoluir mais do que outras, devido às condições geográficas como clima, relevo e outros fatores. Tais diferenças raciais eram expressadas pela cor da pele, pela capacidade intelectual e por uma inclinação ao crime e à falta de moral – vide a teoria da antropologia criminal. Assim, quanto mais escura era a pele e menos tecnologia (de acordo com os padrões europeus), mais primitiva era aquela sociedade. Neste cenário, o “caboclo” estaria na rabeira da evolução social, além de representar a degeneração da raça pela sua mestiçagem. Apesar de atualmente nas Ciências Ambientais essa classificação não direcionar abertamente à essa interpretação de degeneração das raças, ou atraso da sociedade, o uso do termo implicitamente nos leva a isso, como um ativador da memória colonial e imperialista do conhecimento. O uso romantizado do termo caboclo, por exemplo, é demonstrativo disso, pois transparece a sua exotização enquanto ser, fadado à plena convivência com a natureza e uso parco de tecnologias, aprisionado nas relações sociais comandadas pelos ciclos das águas – sem o moderno, atual e civilizado.

Concluindo, assim, uma perversa teoria que relegava àqueles que eram diferentes dos europeus um não-lugar na história. Lhes negavam passado, cultura, história, moral, inteligência, tudo isso em um comparativo rudimentar com a cultura e civilização europeia, em uma simplificação da realidade num dualismo mentiroso e preguiçoso, que só evidenciava aquilo que os europeus desejavam. Mas, como tal atitude obteve tamanho sucesso, visto que perpetua até os dias atuais?

Todos esses fatores só são possíveis pela racionalidade moderna onde a natureza é o ponto de partida do curso civilizatório mundial, e cujo apogeu é a civilização europeia ocidental. Associada a essa ideia, de evolucionismo e dualismo (primitivo e moderno) soma-se a ideia de classificação racial da população do mundo.

Eurocentrismo é aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do séc. XVII [...], e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa Burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (QUIJANO, 2005, p. 9).

Não se refere, no entanto ao modo de pensar de todos os europeus, mas a uma específica racionalidade que se torna hegemônica colonizando todas as demais, inclusive entre os próprios europeus. Está intimamente relacionado a uma dominação cognitiva, que também condiz com uma dominação e exploração do trabalho por meio de um sistema baseado em relações de produções capitalistas.

Esta dominação cognitiva é o que nos impede efetivamente de produzir uma ciência mais crítica. Em se tratando das Ciências Ambientais, e sendo uma ciência com apelo multidisciplinar, incorrer em detalhes pode ser um fato complicador, no entanto, é justamente esse o fator que proporcionaria uma ciência factível e aplicável. O cientista está muitas vezes submetido a prazos e padrões de revistas que o impedem de aprofundar temas, dificultando o desabrochar da descolonialidade do saber. Entendendo como este obstáculo se impõe, podemos compreender também a dificuldade que se opera para o estigma caboclo ser desconstruído pelas Ciências Ambientais. Pois, além de toda estrutura epistêmica construída que leva à sua permanência, há também o mercado das produções acadêmicas, das editoras científicas que cerceiam a crítica e a criatividade dos cientistas.

A colonialidade do saber e o oligopólio das editoras científicas

Retomando o título do item anterior “quem fala e para quem se fala sobre a Amazônia”, destacamos que, por meio desta pesquisa, foi possível identificar o oligopólio das editoras de publicações científicas. Quando são disponibilizados nas plataformas de busca e acesso, estes artigos carregam um selo de identidade, como um código de barras, o copyright que remete à editora que detém a sua propriedade (e não o autor - ou autores - que o escreveu).

Neste cenário, qual a relação entre a colonialidade do saber e o oligopólio das editoras científicas? Larivière et al (2015) demonstra que desde a criação das primeiras revistas de divulgação científica, na Inglaterra e na França, a tendência foi a concentração das publicações em 5 grandes empresas. Apesar de existirem diferenças entre as ciências médicas e naturais e as ciências sociais e humanidades, a tendência é a de concentração e aumento do lucro dessas empresas. De acordo com este estudo, que analisou aproximadamente 45 milhões de artigos publicados desde 1973 até 2013, essas grandes editoras se beneficiaram da revolução digital, que lhes diminuiu os custos e facilitou o compartilhamento de dados. Portanto em 2013, 50% das publicações estavam concentradas em 5 empresas, são elas Reed-Elsevier, Wiley-Blackwell, Springer, Taylor & Francis, e Sage.

Esse oligopólio foi possível pela frequente compra e fusão de pequenas editoras a essas já mais estabelecidas no mercado. No entanto, este mercado é ilusório, baseado em regras próprias, já que, diferentemente do mercado usual, o preço não é regido pela oferta e demanda, nem baseado nos custos, mas, sim, em um valor simbólico estabelecido pela própria empresa e pago pelos autores e pelos leitores. Larivière (2015) trás a tona o debate sobre a real necessidade da existência dessas empresas nos dias de hoje. O que de tão essencial essas empresas agregam à comunidade científica que elas não podem ser dispensadas? Assim, alguns pesquisadores, universidades e sociedades acadêmicas já se rebelaram contra a existência dessas editoras, que exploram seus autores e seus leitores, e promoveram um boicote à maior delas Reed-Elsevier. No entanto, essas iniciativas são exceções.

Unfortunately, researchers are still dependent on one essentially symbolic function of publishers, which is to allocate academic capital,

thereby explaining why the scientific community is so dependent on ‘The Most Profitable Obsolete Technology in History’ [48]. Young researchers need to publish in prestigious journals to gain tenure, while older researchers need to do the same in order to keep their grants, and, in this environment, publishing in a high impact Elsevier or Springer journal is what ‘counts’ (Larivière, 2015, p.13⁹).

O autor, portanto, evidencia a dependência da sociedade acadêmica a essas grandes empresas que detém os direitos autorais da maioria das publicações científicas do mundo. São empresas multinacionais, com sede nos países do hemisfério norte, representando também o oligopólio da produção científica em certos centros geográficos e que podem ser reconhecidas enquanto antigas metrópoles ou impérios. A colonialidade do saber se apresenta, também, nessa forma de se publicizar o trabalho científico, que fica retida em um sistema que explora o pesquisador, lhe retira a autonomia sobre seu próprio trabalho, e lhe autoriza o acesso mediante o pagamento, submetendo a produção científica aos moldes do modo de produção capitalista. A mistura entre capitalismo e ciência é perniciososa, como já foi explanado, e pode ser, também, evidenciada em todas as etapas da produção científica. O pesquisador se encontra em um sistema muito bem engendrado com início meio e fim, se tornando, inevitavelmente, refém deste sistema.

O acesso à publicação dessas empresas é feito mediante pagamento, tanto pelos que desejam publicar, quanto pelos que buscam artigos. Fator que por si só demonstra que a ciência atualmente não é feita para todos nem por todos. Mediar o acesso a publicações científicas, por valores monetários, acaba por restringi-lo. Não são todos os estudantes, pesquisadores e interessados em geral que possuem condições financeiras de publicar e ler artigos dessas plataformas, que se tornaram o meio mais importante de divulgação científica. A revista brasileira Ambiente e Sociedade, por exemplo, está indexada à plataforma Scielo Free, e DOAJ – Directory of Open Access Journals, que

⁹ Tradução livre: “Infelizmente pesquisadores ainda são dependentes em uma única função simbólica essencial das editoras, que é alocar o capital acadêmico, explicando assim porque a comunidade científica é tão dependente na ‘mais lucrativa tecnologia obsoleta da história’. Jovens pesquisadores precisam publicar em jornais de prestígio para obter reconhecimento, enquanto os mais antigos pesquisadores precisam fazer o mesmo para continuar a receber seus privilégios, e, neste ambiente, publicar em uma Elsevier ou Springer, periódico de alto fator de impacto é o que conta.”

são plataformas de acesso gratuito aos leitores. No entanto, esta revista onera o autor do artigo apenas para que o trabalho seja avaliado pelo corpo editorial da revista, o que não é garantia de sua publicação (Informações contidas no site da Revista: <http://www.scielo.br/revistas/asoc/iinstruc.htm>).

Esta análise nos demonstra uma sutil informação contida nos dados: o conhecimento sobre a Amazônia é feito por e para o “outro” não-amazônida. Um saber produzido sobre o outro, a partir de ponto de vista exterior ao “objeto” de estudo. Devemos entender, e isto já foi afirmado anteriormente, que toda atitude científica é impregnada de intencionalidades, tanto do pesquisador quanto da super-estrutura que o “formou”. Assim, nos propusemos a investigar essa intencionalidade.

Produzir conhecimento a partir do “outro”

O conhecimento sobre o outro foi utilizado largamente como forma de dominação/exploração, principalmente no contexto do colonialismo e da colonialidade. No entanto, se este conhecimento for adquirido de forma complexa, por processos de auto-crítica, ele pode ser libertador, porque ao invés de dominar ele pode servir para simplesmente ser como realmente é (TODOROV, 2010).

No caso do “caboclo” e a pesquisa na Amazônia, os pesquisadores se munem dos seus questionários, livros e visão científica para investigar uma realidade que, talvez, não tenha paralelos com a sua própria (de onde se baseou toda a sua motivação e estrutura para fazer perguntas e elaborar os problemas de pesquisa). A tentativa de “encaixar” o “caboclo” em categorias mais atuais, mas já pré-existentes é como um *revival* da história. Neste processo que repete o que de certa forma originou o termo, não se enxerga o outro, apenas ressalta-se aquelas características que são interessantes para cada problema de pesquisa, comparáveis com outros trabalhos já feitos e por isso já reconhecidas. E todas as outras que fogem a isto?

Como lidar com este reducionismo para fins científicos? Exemplo análogo que podemos citar, ao estudarmos na física a teoria da mecânica em que para entendermos o movimento dos objetos ignoramos o atrito. No entanto, o modelo não pode condizer à

total compreensão da realidade, pois não existe movimento que não gere atrito, conduzindo, portanto, a um entendimento simplificado do sistema real, onde elementos essenciais são ignorados em prol da compreensão do todo. Assim funciona a parte social da ciência também, elencando características de um grupo para que caiba no padrão analítico escolhido de melhor compreensão.

O “caboclo” como camponês, população rural, e outras denominações, sempre encaixando os sujeitos em categorias (além do fato de caboclo ser ele mesmo uma categoria). Da forma como se faz a ciência descritiva hoje não enxergamos o outro como ele realmente é – mas sim o que se quer ver (TODOROV, 2010), um arremedo das atitudes dos invasores do séc. XVI, que quando defendiam a diferença e a diversidade se fazia para exaltar uma superioridade/inferioridade.

Neste esteio, trabalhar com o conceito de autodenominação, ou com uma pesquisa que possibilite a voz do sujeito (ex: pesquisa participante) é uma tendência considerável para as ciências ambientais que almejam a sustentabilidade – tanto social quanto “ambiental” (PACE, 2006; TODOROV, 2010). Porque “não se dá vida ao outro deixando-o intacto, assim como não se pode fazê-lo abafando completamente sua voz (TODOROV, 2010, p.365).” Este trecho de Todorov aponta a necessidade de inserir o outro por inteiro e ativamente nas ciências (aqui reforçamos para as ciências ambientais), não como um sujeito passivo (PACE, 2006) de quem se fala, mas um sujeito ativo que fala por ele mesmo. Latour (1999) trata sobre esse assunto sob a perspectiva da objetividade nas ciências sociais, que seria o poder que o “objeto” teria de reagir sobre o que é dito sobre ele. O autor critica o fato das ciências sociais imitarem as ciências naturais nesse quesito, quando por suas metodologias incapacitam o “objeto” de exercer a sua objetividade, pois sob esta perspectiva a sua ciência se torna inquestionável, onde o sujeito da pesquisa, ou “objeto” é incapaz de alterar o resultado da pesquisa, afinal como afirma Latour “*nothing is more difficult than to find a way to render objects able to object to the utterances that we make about them* (LATOURE, 1999, p.10)”.

Unfortunately, although it tastes and smells like hard science, those all-terrain 'scientific methodologies' are a sham and a cheap imitation for a reason that becomes clear if we go back to the definition of objectivity, as what allows one entity to object to what is said about it. If we lose

the influence of the object in what is said about it, as quantitavists are so proud of saying, we also lose objectivity! (LATOURE, 1999, p.11)

Neste monólogo científico, onde o pesquisador precisa falar pelo seu “objeto” o outro vai sendo reduzido à visão de quem fala, e ao mesmo tempo submetido ao “poder” do pesquisador sobre ele. Como uma dominação do seu objeto de pesquisa, para que ele “fale” aquilo que é de interesse do pesquisador (LATOURE, 1999; 2001).

Acreditamos ser essa a diferença entre o *Sistema real* e a *realidade* de Morin (2005), o espaço entre o que é demonstrado pelo cientista e sua pesquisa – a realidade, e o que ele deixa de fazê-lo - o sistema real. Onde o sistema real é o que diz respeito às coisas como realmente são, e a realidade é aquela que nós conseguimos depreender e “estudar”, traduzindo para os nossos signos e linguagem, a partir do nosso arcabouço cultural, portanto, sempre fadado ao reducionismo. Este reducionismo característico da colonialidade do saber pode ocorrer, como citamos, tanto pelo afloramento da “individualidade” do cientista (aqui ressaltamos a formação do individuo cientista, naturalizando hierarquias sociais estabelecidas pela conformação do sistema-mundo moderno-colonial reproduzidas pela ciência, instituição também submetida a essa lógica de dominação/exploração) quanto da influência de estruturas externas na motivação, condução e conclusão da pesquisa, como editoras, financiadoras, governos, e outros.

O caboclo é um exemplo desse reducionismo na medida em que funcionou e ainda funciona como um simplificador da diversidade cultural amazônica, de forma a inserir essas pessoas em uma hierarquia social concatenada com as posições e classes sociais impostas pelo sistema capitalista. Fato corroborado pelas Ciências Ambientais ao se persistir no uso deste termo em suas publicações. Paralelamente ao reducionismo exemplificado, há também o encurtamento da visão sobre o objeto pela diminuta diversidade de referências bibliográficas.

O vício das referências

Podemos identificar que há certo “vício” no uso das referências bibliográficas em se tratando de definição do termo “caboclo”, girando em um círculo fechado de poucos autores, maioria estrangeira, ou brasileiros ligados a instituições de outros

países. O uso dos mesmos autores e referências, acaba por ser uma reprodução do pensamento de poucos, e é reificado pela indústria dos artigos, que só publica aqueles que possuem condições (financeiras e o reconhecimento – chamariz de leitores) para isso. Iniciativa essa que direciona, dá visibilidade e credibilidade a um grupo seletivo de pesquisadores, pelo fato dos mesmos já fazerem parte de uma engrenagem perversa que impulsiona alguns e se “esquece” de outros. Em se tratando de ciências sociais – integrante das Ciências Ambientais, onde a retórica é um item importante, ter a sua publicação em sua própria língua é relativamente mais fácil do que para aqueles que não possuem o inglês como língua materna. Fato que pode inibir a publicação de autores brasileiros em outros idiomas, diminuindo a quantidade de publicações de brasileiros sobre brasileiros em periódicos estrangeiros. Há uma manutenção dos padrões e desigualdades, o que é interessante para o grupo dominante. Podemos perceber essa manutenção pelo gráfico na Figura 3, que demonstra a distribuição dos autores mais utilizados como referências nos artigos analisados.

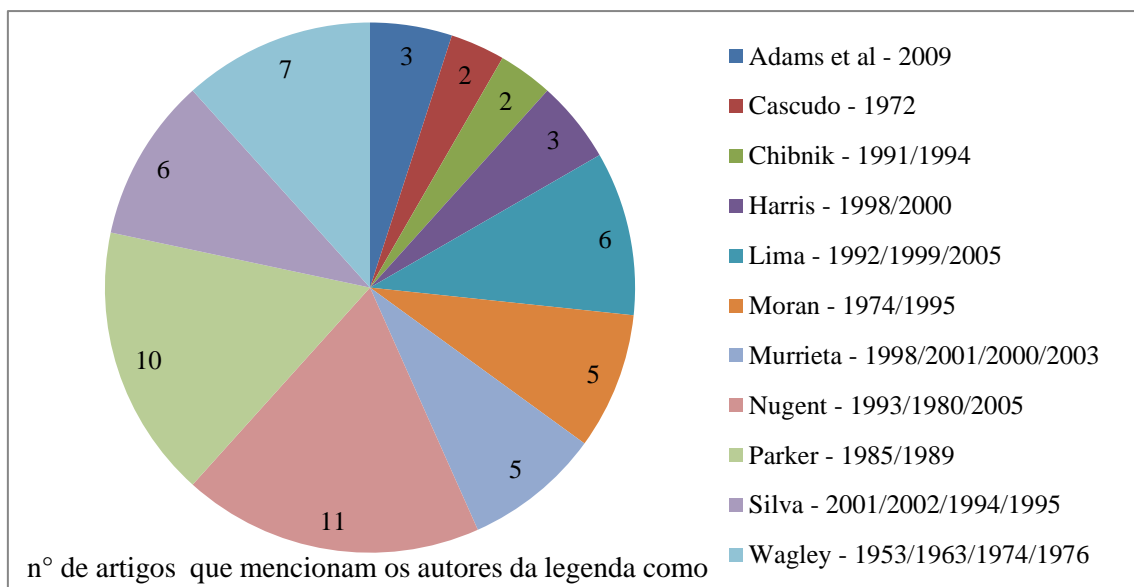


Figura 3. Gráfico da representatividade dos autores nas referências bibliográficas.

A partir do Gráfico da Figura 3 é possível perceber que há dois autores, os mais citados nos trabalhos, que fizeram a revisão bibliográfica do termo “caboclo”. São eles: Nugent – com um total de 11 citações, e Parker – somando 10 trabalhos em que foi citado. Nota-se que dentre esses dois autores os anos de publicação são anteriores a 1995, salvo uma publicação de Nugent datando de 2005 (que foi utilizada somente por

um trabalho). São referências mais antigas, e feitas por autores estrangeiros (Nugent é britânico e Parker é americano), encontradas em metade dos trabalhos pesquisados (21).

Stephen Nugent é pesquisador britânico, professor do Departamento de Antropologia da Goldsmiths, University of London cuja linha de pesquisa tem foco principal nas sociedades amazônicas. Seus trabalhos mais relevantes são: “Scoping the Amazon” e “Amazonian Societies”. Eugene Parker americano, foi professor do Department of Anthropology, College of William and Mary, na linha de pesquisa: Studies in Third World Societies e sua obra mais relevante “The Amazon Caboclo: Historical and Contemporary Perspectives”.

Optamos por não representar todas as referências citadas pelos autores utilizadas para uma revisão sobre o termo “caboclo” no gráfico (Figura 3), apenas aquelas que apareceram mais de uma vez, para facilitar a visualização das mais expressivas.

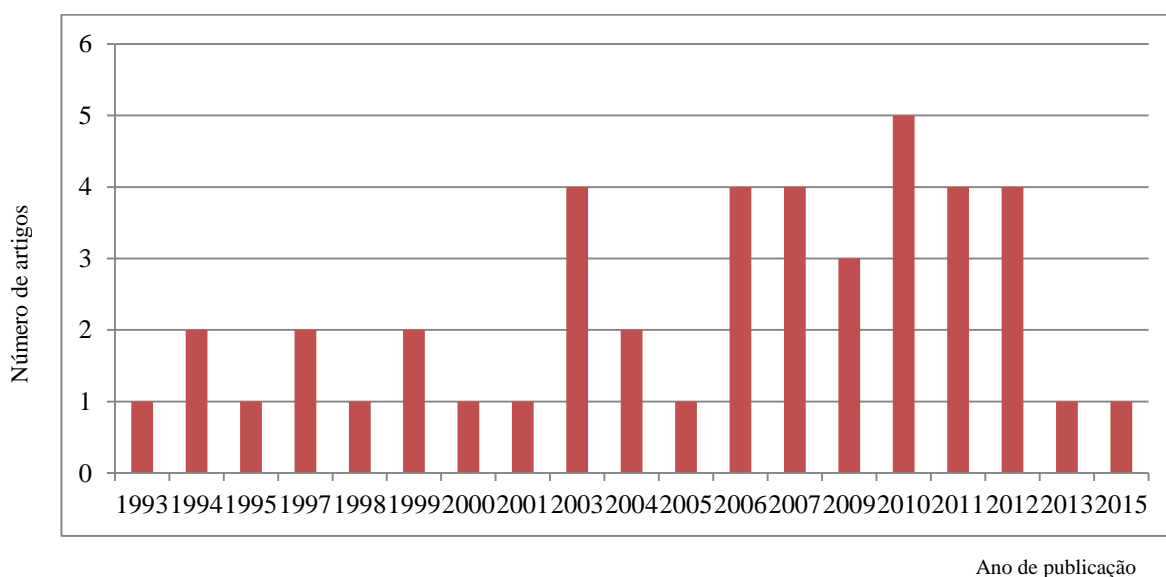


Figura 4. Gráfico dos anos de publicação dos artigos analisados

Quantidade	Ano das Publicações						
	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
	1	2	6	4	17	12	1

Figura 5. Tabela referente ao ano de publicação das referências utilizadas nos artigos analisados

A publicação mais antiga pesquisada data de 1993, conforme Gráfico na Figura 4, a mais recente, de 2015. As referências buscadas pelos autores dos artigos analisados, de acordo com a Tabela na Figura 5, são, em maioria, publicadas entre as décadas de 1990 e 2000, sendo a mais antiga situada na década de 1950. Os artigos analisados, de certa forma, seguem a linha de evolução das suas referências. Mas deixam de acompanhar a partir dos anos 2010, quando o número de referências é apenas um, e não avançam mais. Portanto, os artigos mais recentes ainda se utilizam de referências um pouco mais antigas.

Se afirmamos que a ciência é dinâmica, que seus paradigmas são construções que são desconstruídos assim que outras teorias são descobertas, acompanhar a produção acadêmica sobre o assunto de sua pesquisa é de extrema importância. Se ater a antigas referências é importante para entendermos, por exemplo, como o termo caboclo foi sendo tratado de diversas maneiras com o passar do tempo, mas, para definir o seu sujeito de pesquisa, é necessário que estejamos o mais atualizados possível, para que não sejamos meros propagadores de dogmas.

O ano de publicação das referências é um ponto importante no que tange às mudanças de paradigmas das Ciências Ambientais. É um indicador de como, e se, ocorrem as mudanças tão essenciais. No caso estudado, o termo “caboclo”, trás diversas definições e as mesmas variam de acordo com o tempo, pois os trabalhos que demonstram o sentido negativo do termo começaram a ser publicados a partir de 1992 (LIMA, 1992), sendo um marco importante, fruto de uma tese de doutorado de uma brasileira Débora Lima-Ayres, concluída na Universidade de Cambridge, Inglaterra. Anteriormente a esse trabalho, podemos visualizar, de modo geral, a questão do estereótipo presente no termo, principalmente nas referências oriundas de autores estrangeiros. Outro ponto a ser ressaltado, e que está representado no gráfico da Figura 3, trata da importância do trabalho de Murrieta (1998;2000;2001;2003), como fonte de revisão de literatura. Este autor defende outro olhar sobre o amazônida, assim como Adams et al (2009), que é organizadora de uma obra importante na área pois trata da invisibilidade das “sociedades caboclas” a partir da modernidade (inclusive reunindo autores já citados anteriormente como Nugent e Murrieta).

A maioria dos artigos analisados foi escrita entre os anos de 2003 e 2012, após a publicação de Lima (1992). Lima é quem primeiro trouxe, dentro dos artigos analisados, a conotação negativa do termo caboclo. Por sua importância, era de se esperar que seu trabalho tivesse uma abrangência e influenciasse os trabalhos seguintes. No entanto, não foi o que ocorreu, de acordo com o que foi possível perceber, pois a maioria dos artigos, mesmo tendo sido escritos após a publicação de Lima (1992), não fazem menção a este trabalho, ou mesmo ao “caboclo” de forma crítica.

Os autores que foram usados como referências nos artigos analisados, em sua maioria demonstram um esforço de definir o caboclo, cada um a partir da sua área de interesse. Ressaltamos que este esforço é demonstrativo da intencionalidade do autor, e expressa mais do que a definição em si; compreende as informações subliminares na atitude de conceituar um termo que é muito mais complexo, tanto é que alguns autores não o fazem. Entendemos que o processo de definição do caboclo foi como um divisor de águas nos trabalhos analisados, portanto, iremos nos debruçar sobre este elemento: a definição ou não do termo caboclo no item seguinte.

Definir ou não o caboclo

Sobre as definições do termo “caboclo”, não houve um consenso sobre o que é o caboclo.

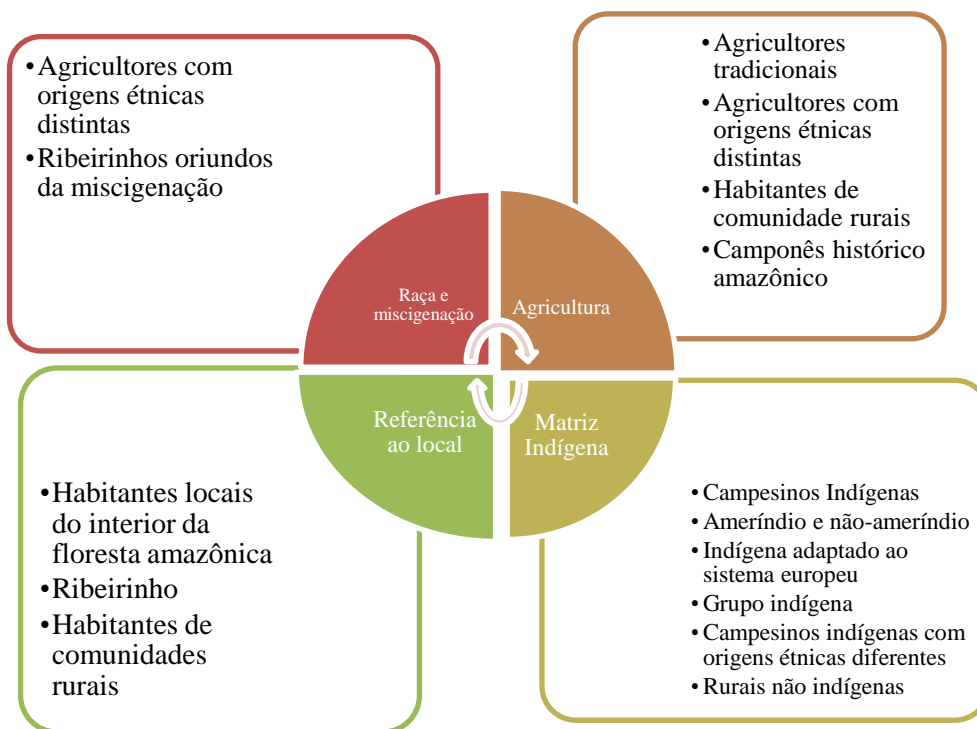


Figura 5. Diagrama das definições do termo caboclo pelos autores dos artigos analisados

Como podemos visualizar na Figura 5 a maioria dessas definições gira em torno de quatro eixos principais; o primeiro grupo representado no diagrama faz referência às definições que se fundamentaram primeiramente na raça e miscigenação, e, em segundo plano, afirmam a atividade e o local onde habitam, como neste exemplo onde o autor define caboclo como “*traditional Amazonian people of heterogeneous origins* (FRASER, 2010)” ou em outro artigo sobre a obesidade cabocla: “*caboclo are genetically and culturally admixed rural peasant groups* (SILVA & PADEZ, 2010)” ou ainda como define Nardoto em parceria com outros autores caboclo são “*indigenous peasants of mixed ethnicity (Indigenous Amazonian/European/African)* (NARDOTO et al 2011)”. A raça ainda é utilizada para caracterizar grupos sociais, embora essa seja uma forma de caracterização muito discutida e abolida por muitos cientistas (SCHWARCZ, 1993; IANNI, 1996). Nota-se que aqueles que ainda utilizam este artifício para designar os sujeitos são marcadamente os autores estrangeiros ou aqueles relacionados às instituições internacionais. Pode-se perceber os traços da colonialidade do saber neste caso, pois insistir em categorização social a partir de raças humanas, é reificar o “racismo” presente na racialização do mundo (IANNI, 1996). Não surpreende essa atitude oriunda de instituições e pesquisadores ligados à países do “centro”, pois é

exatamente daí que se originou e propagou a ideologia das raças como forma de categorização social para uma hierarquização voltada para a dominação/exploração.

O segundo grupo demonstrado no diagrama são aqueles cuja definição parte do princípio do local, ou seja, os “caboclos” são, antes de mais nada, habitantes de algum lugar, como podemos perceber pela definição de Santos “habitantes de comunidades rurais (SANTOS, 2007)” ou por Rizek e Morsello em seu trabalho sobre a retirada de produtos não-madeireiros que firma ser o caboclo os “*local inhabitants of Amazon* (RIZEK & MORSELLO, 2007)”. Ressalta-se nesse quesito a sua forte relação com a água/rios (ribeirinhos), com a floresta, e com a zona rural ou interior. O interior coincide com a zona rural, assim como falar da floresta implica em se falar da relação com a água. É uma forma de ressaltar a *adaptabilidade* do referido grupo ao local, por muitos considerados “inabitável” (vide o clássico texto de Euclides da Cunha, Inferno Verde). É uma definição que pode dar margens para uma exotização do sujeito, pois neste caso ressaltava-se a sua relação idealizada com a floresta, valorizando a pesquisa em termos etnográficos (PACE, 2006), na medida em que reforça estereótipos e uma romantização do atual “bom selvagem” (PINTO, 2008) mantendo uma aura de mistérios e segredos sobre o “povo da floresta”.

Manter o “caboclo” em seu panteão de “guardião da floresta” é conferir ao tal grupo social, responsável por essa conservação, uma posição de chamariz para a atenção das instituições internacionais financiadoras. Muitas das Organizações Não Governamentais (ONGs) e organizações que financiam pesquisas se solidarizam pela causa dessas famílias que moram no âmago da Amazônia e, na visão dessas entidades, essas pessoas são responsáveis pela preservação da floresta e sua biodiversidade. Paralelamente às famílias, pesquisadores também recebem atenção especial por parte dessas entidades, por estarem em locais de tão elevada importância para a manutenção da biodiversidade mundial e sofrerem com a falta de recursos. Muitas dessas organizações financiam pesquisas que estão diretamente envolvidas com a agricultura familiar interiorana da Amazônia e remuneram amazônidas que cuidam da manutenção da diversidade. Ressaltar essas características por parte de pesquisadores e ONGs pode render bons financiamentos para os mesmos.

A autora desse trabalho integrou a ONG Instituto Piagaçu durante os anos de 2014 e 2015, onde atuou como pesquisadora e extensionista no programa de Agroextrativismo. Esta ONG foi beneficiada por uma dessas fundações: The IdeaWild. Podemos, ainda, citar outros exemplos, como a Rufford Foundation, KFW, GIZ e ActionAid. A KFW, por exemplo, é uma das doadoras, junto ao Governo da Noruega e Petrobras, para o Fundo Amazônia, que financia 39 diversos projetos no território amazônico, até este ano de 2017.

Somente esta organização doou o equivalente a R\$ 60.697.500,00 entre os anos de 2010 e 2014. Parte desse dinheiro foi destinado ao programa de pagamento por serviços ambientais, conhecido como Bolsa Floresta que a FAS – Fundação Amazônia Sustentável repassava para os “caboclos” que se comprometeram a proteger a floresta, deixando-a “em pé” (informações acessadas através dos sites: http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Doacoes/ e <http://fas-amazonas.org/>). Em outras palavras, mantendo suas atividades cotidianas “adaptadas” de baixo impacto ao meio ambiente, como extrativismo, agricultura – sem caracterizar queima e pousio, caça e pesca para subsistência e retirada esporádicas de produtos madeireiros.

O rural amazônico é mais diverso do que o conceito de “rural” concebe. Podemos falar em ruralidades, elementos que remetem à vida interiorana que diferem da convivência nas cidades, com forte presença dos fatores urbanos. No entanto, essa diferenciação não é assim tão simples, já que eles se interpenetram e podemos encontrar elementos da vida urbana em pequenas cidades do interior, e vice-versa. Ainda mais em se falando de Amazônia, onde o conceito de urbano e rural é totalmente ressignificado pelas características de seu bioma e das relações sociais. Devemos levar em conta as peculiaridades da constituição da agricultura familiar amazônica, que se baseia em atividades relacionadas com os pulsos de vazante e enchente dos rios da região, sendo mais diversa do que a palavra que compõe a sua definição “agricultura”. Não somente na Amazônia, a agricultura familiar como um todo já está sendo analisada sob o olhar da multifuncionalidade, que expõe a importância dessa categoria para a soberania do país na gestão do seu território e, também, pela garantia da segurança alimentar (PETERSEN, 2009).

A agricultura entrou como eixo por figurar como a atividade principal identificável pelos autores, como no artigo sobre agricultura de ciclos de pousio, queima e uso, onde definem caboclos como “*traditional Amazonian farmers* (Silva-Forsberg & Fearnside, 1997)”. Os povos que habitam o interior dos estados constituintes da Amazônia são considerados automaticamente agricultores, no entanto essa é somente uma das faces da multifuncional vida interiorana da floresta, pois soma-se à agricultura: a pesca, as variantes da agricultura de terra firme e de várzea, caça, extrativismo, artesanato, comércio, atividades relacionadas aos recreios e todo um setor de serviços muito bem desenvolvido (WITKOSKI, 2010; BENCHIMOL, 2009, BATISTA, 2006). Podemos considerar, portanto, que um quê de etnocentrismo inviabiliza muitas das vezes a correta caracterização dos diferentes povos amazônidas, já que toma-lo pela sua característica mais comparável com a cultura da sociedade moderna é uma forma de diminuir a sua diversidade para enquadrá-la em fragmentos comparáveis.

Amartya Sen (SEN, 2007 apud SCHOR, 2015) pondera que este tipo de reducionismo é típico do processo de globalização, e entendemos que esse processo se constituiu a partir da conformação do sistema-mundo moderno-colonial após as grandes navegações. Assim como também Ianni (1996), critica a racialização do mundo, que seria o reducionismo das diversidades em raças humanas a partir de uma ótica etnocêntrica. Amartya Sen acertadamente afirma que não se trata somente do reducionismo das diferenças, mas também da escolha de quais características devem ser destacadas ou encobertas.

This process is well exemplified in the act of reducing people to a unique category, be it ethnic, religious or any other simplistic grouping. The process of reducing people to one category builds miniturized understandings of individuals which will with no doubt make the process of mutual understanding extremely difficult (SEN, 2007 apud SCHOR, 2015, p. 162)¹⁰.

A partir deste trecho o autor esclarece que, assim que uma pessoa ou grupo é classificado por uma característica que se sobreponha a todas as outras que compõe a

¹⁰ Tradução livre: “Esse processo é bem exemplificado no ato de reduzir pessoas a uma única categoria, seja étnica, religiosa ou qualquer outro grupo simplista. O processo de redução de pessoas a uma categoria cria entendimentos estreitos de indivíduos, o que sem dúvidas transforma o processo de compreensão mútua extremamente difícil”.

sua complexa realidade (a partir do olhar reducionista etnocêntrico), a coletividade nem a sua individualidade poderão mais ser compreendidas em sua totalidade. O processo de compreensão é estreitado, reduzido a categorias simplificadoras.

O eixo da matriz indígena pode indicar, também, uma tentativa de atribuir historicidade aos povos a que se “resume” o termo caboclo, já que é, na maioria das vezes, empregada como uma referência ao passado. Isto por indicar que o “caboclo” é um grupo que teve sua origem indígena adaptada ao moderno sistema europeu de agricultura e colonialismo, como nesta afirmação de Brondizio em parceria com outros autores de renome “caboclos combinam conhecimento indígena adaptado ao sistema colonial europeu (BRONDIZIO et al, 1994)”. Serve, também, como uma não-identidade, ou uma afirmação de uma identidade a partir do que não é ou do que já foi, como em “*rural non-indigenous inhabitants of the Brazilian Amazon* (CARMENTA et al 2013)”, onde a ênfase da indentidade cabocla está no que ela não é, no caso: indígena. A historicidade pode ser empregada como um termo que justifique o “atraso” ou “primitividade” daquele grupo, pois ao mesmo tempo em que diversos autores consideram os “caboclos” como os não índios, os não negros, e os não europeus (ADAMS et al, 2006), aceita-se que eles têm um passado que corresponde às três “culturas” citadas, mas não pertence a nenhuma delas de fato.

Para alguns, portanto, são um povo sem passado, e, ao evocar o pertencimento à cultura indígena, o autor poderia estar suscitando uma justificativa histórica para aquele referido grupo. Mas, esse ponto de vista pode esconder uma sutil perversidade, quando relaciona os povos originários ao passado dos “caboclos” reificando a visão de que esses povos pertencem a um tempo que já passou, que são história para explicar o presente, mas já não são considerados vivos no presente. Ou seja, os traços das culturas indígenas no “caboclo” são indicativos do pertencimento passado, e hoje são como testemunho, negando talvez a importância e a atualidade desses elementos culturais no presente desses sujeitos.

Como se pode perceber no diagrama (Figura 5), há as definições *negativas* que são baseadas no não ser para definir o ser: “não-ameríndio” e “rurais não-indígenas”. Para os autores que utilizam tais termos, caboclo é tudo aquilo que não é indígena, mas que habita a zona rural amazônica. Neste caso, quando se evoca o passado indígena,

para lhe negar o pertencimento do grupo social em questão percebe-se aí um problema. Se o sujeito é um “não-índio” ele é qualquer outro, é um termo genérico, mas que incorre em mais uma perversidade sutil. Ao negar-lhe o pertencimento à cultura indígena expõe-se, assim, o fato de que o “caboclo” ocupa os espaços e possui hábitos correlatos aos da cultura indígena, mas não o são, e isso necessita ser evidenciado para ser diferenciado. De outra forma, porque a necessidade de afirmar que os “caboclos” são os não-indígenas? O indígena é aquele ser puro, cuja cultura comunga com a natureza, sem a interferência da cultura branca? Em que ponto da história o “caboclo” deixou de ser índio, para ser apenas “caboclo”, mestiço? Quem pode definir quem é e quem não é indígena? O branco?

Essa denominação a partir da negativa se aproxima da maneira utilizada pelos próprios indígenas atualmente, que caracterizam os brancos de não-indígenas, talvez como forma de fortalecimento de uma identidade que foi construída na alteridade por externalidades, que foi posteriormente apropriada e ressignificada. Mas, no caso apresentado, essa forma de denominação não é fruto de uma reapropriação do termo, mas, sim, uma definição feita pelos próprios pesquisadores que se apoia na máxima generalização, pois ao invés de tentar indicar o que são os “caboclos”, apenas aponta-se o que eles não são. Seria pela dificuldade dessa definição?

Apesar de termos no diagrama (Figura 5), as definições agrupadas, surgiram algumas que se destacaram por não terem pares comparativos entre os outros artigos, como é o exemplo da definição utilizada por Dean (1993), uma resenha do livro “Amazonian Caboclo Society”, que diz serem os caboclos “*creations from the remains of a colonial system forsaken following the demise of the rubber boom*”¹¹ (DEAN, 1993, p.1)”. Esta definição, baseada no livro resenhado, demonstra uma visão crítica do autor, que relaciona o “caboclo” como um grupo a mercê dos ciclos econômicos, sendo assim, uma *criação* da somatória desses ciclos vividos pelo país.

¹¹ Tradução livre: “criações dos remanescentes de um sistema colonial deposto seguindo do fim do ciclo da borracha”.

As definições são muitas e diferem entre si, mas, também, existem os autores que se abstêm, por motivos variados, de elaborar um conceito definido para o termo “caboclo”.

Indefinidos

Ponto fora da curva, mas que também pode nos dizer muito são os autores que não definem o termo “caboclo” – um total de oito trabalhos (18% dos artigos). São diversos os motivos para essa não definição:

- São resenhas (*portanto a definição seria do autor do livro resenhado*);
- São trabalhos de cunho técnico específico, totalizando 5, em um universo de 8 que não definem (*como por exemplo, o trabalho de identificar as associações ecogeográficas entre clima e corpo humano*);
- São artigos que se prestam justamente a fazerem uma revisão bibliográfica que crítica o uso do termo, e não compactuam com um conceito definido do “caboclo”.

Sobre esta questão ressalta-se o grande número de trabalhos técnicos que não mencionam uma definição própria, ou mesmo uma revisão bibliográfica. Citam o termo “caboclo” e não se dedicam a proceder a um trabalho analítico crítico sobre o termo empregado. Embora haja este panorama, há os autores que não definem por justamente apresentarem uma alternativa ao uso do termo, ou, então, propõem a não utilização, ensejando a insurgência de trabalhos mais críticos e que já identificaram os problemas na utilização do termo como é o caso de Pace (2006), e Molar (2009).



Figura 6. Recorte do diagrama explicativo sobre as definições do termo caboclo

Há no centro do diagrama (Figura 6), duas setas circulares que representam a interpenetração dos eixos na formação das definições, pois, nota-se que muitos autores utilizam mais de uma para definir o caboclo. Há autores que tomam como base a agricultura para definir (campeiros, habitantes rurais, rurais não indígenas), mas que ressaltam ainda outras características (sistema econômico, origem étnica, local) desses povos. Ao analisarmos assim as definições, temos a impressão de estarmos falando de diversos grupos que são encobertos pelo termo “caboclo”, o que é verdade, já que não há um grupo específico, e, sim, uma diversidade considerável de expressões culturais em diversas sociedades que habitam o território amazônico. Estes autores começam a tecer um caminho que pode levar à compreensão da realidade “cabocla”, pois, admitem que há diversos elementos que compõe a definição deste grupo. Muito embora ainda se fixem em elementos pré-definidos e construídos pelo processo de colonialidade do saber, a tomada integral do seu entendimento requereria um aprofundamento maior nas questões que realmente constituem a cultura dos habitantes do território amazônico, e não seria completo se não houvesse a voz do sujeito de interesse contribuindo para a construção desse conhecimento.

Essa diversidade de expressões foi encoberta pela colonização do pensamento perpetrada desde a colonização do Brasil até os dias atuais. Foi um processo violento tanto no âmbito físico quanto psicológico e que legou heranças profundas na formação do pensamento atual.

A colonização do pensamento

Os povos que aqui habitavam sofreram dizimações não somente no âmbito físico, com suas populações sendo massacradas e escravizadas, como sofreram também com o extermínio cultural, que os forçava a aceitar uma nova cultura em detrimento da sua. Imposição essa que se revelava como única alternativa para permanecer vivo nesse novo sistema que se impunha. Portanto, aquela invisibilização, fruto do evolucionismo e das teorias raciais a que nos referimos anteriormente, pode ser claramente percebida nesse processo, onde ela ocorreu nos planos físicos e cognitivos. Não somente para esses povos, mas, também, em uma escala de abrangência nacional.

Leonardi (1999), diz que a guerra entre “índios e brancos” foi travada também no plano da memória. Os registros históricos desse período se baseiam em falácias e afirmações preconceituosas em relação aos povos autóctones, na tentativa de obliterar as memórias locais e (re)construir um imaginário nacional em torno desses povos, sempre ressaltando a indolência dos escravos indígenas, e atribuindo a isso a ruína do sistema econômico e de trabalho forçado imposto a eles. Sobre esse processo encontramos diversos autores que até pouco tempo ainda reproduziam esse discurso sobre a inferioridade dos povos originários e o afirmavam, sem sombra de dúvidas, como algo a ser ultrapassado para se alcançar o progresso da Amazônia, como é o caso de Euclides da Cunha no Séc. XIX, e Djalma Batista no séc. XX (CUNHA, 2006; BATISTA, 2006).

No Brasil, durante o período colonial, era proibido fundar instituições de ensino e livros eram coisas raras, devido a proibição da importação desses e outros artigos. Aqueles que possuíam livros eram pertencentes a uma elite intelectual extremamente privilegiada. O conhecimento que chegava à colônia era um saber produzido pelo meio científico europeu, o único conhecimento legítimo (pois permitido pela Coroa) era o que chegava de fora. Havia todo um controle sobre o que chegava e como chegava e para quem deveria chegar (SCHWARCZ, 1993).

Após a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, essa dependência da produção intelectual europeia permanece, mas de forma diferenciada. O rei, Dom João VI, percebendo a necessidade premente de se instalar centros produtores de conhecimento científico no Brasil, (dada a escassez de médicos, e a necessidade de se produzir leis próprias para amparar uma futura constituição) decretou que faculdades de medicina e direito fossem criadas em solos brasileiros (SCHWARCZ, 1993). Mas não havia de fato uma autonomia. Mas, com o Brasil ainda colônia e detentor de vasto histórico de massacre cultural e intelectual dos que aqui habitavam, resulta que toda a produção acadêmica que surgiu era totalmente fruto e cópia do que ocorria na Europa. A ciência no Brasil durante este período era vista como salvação do país, mas era uma pantomima do que se fazia no estrangeiro.

Fazendo da ciência um princípio que se estendia aos mais diversos ramos do conhecimento, os intelectuais de Recife [local da segunda Faculdade de Direito implementada no Brasil] introduziram no Brasil posturas e modelos até então bastante desconhecidos. Era preciso olhar de uma outra forma para esse país, “encará-lo de forma científica”, tarefa que implicou não apenas a absorção das

interpretações estrangeiras como sua utilização enquanto matrizes de pensamento (SCHARWCZ, 1993, p.200).

Essa atitude corroborava o conhecimento científico como o único legítimo, o conhecimento patrocinado pelo Estado. Portanto, todos os outros, em especial o conhecimento popular oriundo dos “nativos” – índios, negros e caboclos/mestiços, aquele saber não institucionalizado, não era merecedor das atenções da elite intelectual. Caso exemplar é o da medicina brasileira. Até a chegada da família Real havia pouco mais do que quatro médicos no Brasil, quantidade insuficiente para as necessidades da colônia. Quem praticava a arte da cura na colônia até então eram os práticos (em menor número), os boticários, barbeiros, e, em grande maioria, os curandeiros e raizeiros (negros, índios e caboclos/mestiços) – herdeiros do conhecimento nativo sobre as plantas e ervas de cura. Com a implementação das faculdades de medicina, houve intensa campanha difamatória denegrindo esses curandeiros não diplomados (mesmo sendo a maioria das aulas dessas faculdades lecionada por gente do povo, por esses mesmos curandeiros renegados) para que se legitimasse apenas aquele profissional com diploma expedido pelo Estado Brasileiro (SCHWARCZ, 1993).

Nota-se a atuante presença do Estado para validar um conhecimento científico europeizado, que não obstante estava a seu serviço. Vide os museus e institutos histórico-geográficos que se dedicavam a construir uma história e uma identidade nacional pautada em uma mentalidade fruto de um eurocentrismo e da teoria das raças. O papel do Estado era estratégico nesse momento de formação de uma identidade, e escolher aquelas “raças” que liderariam o avanço e o progresso era urgente. A abolição da escravatura e a abertura para imigração estrangeira europeia, restrita a apenas algumas nacionalidades, também eram selecionadas a partir das teorias das raças. Por exemplo: não eram permitidos asiáticos desembarcarem no país, pois, poderia modificar as estruturas hierárquicas sociais vigentes até então.

Manter a hierarquia social pautada num racionalismo era missão da ciência neste momento, mas também era sua missão organizar e delimitar o território nacional que estava em plena fase de constituição. Assim, neste esteio, a identidade nacional não é fruto de uma memória coletiva popular, mas, sim, uma construção que dissolve a heterogeneidade da cultura popular em um processo de “transformação simbólica da

realidade” (PINTO, 2008), pautado, principalmente, pela ciência moderna a serviço da Coroa e, mais tarde, pelo Estado.

Entendemos, portanto, que o papel da ciência no colonialismo foi servir ao Estado legitimando as hierarquias sociais pautada na teoria das raças como chanceladora de um único saber eurocêntrico, e construindo as bases da Nação e do território brasileiros sob esta ótica dominante e excludente.

A antropologia foi o braço das ciências sociais que mais apresentou teorias e cientistas dispostos a corroborar essa teoria. Foi, inclusive, a que mais teve suporte do Império e da República para isso – vide a importância que esta ciência obtinha nos Museus Nacionais e Institutos de pesquisa recém-formados pelo país. Durante o Império e a República no Brasil, a antropologia se dedicava a comprovar cientificamente a diferenciação das raças humanas, sua implicação no caráter e, este, na formação da sociedade e identidade brasileira em construção. A Geografia também teve seu papel de destaque, pois estava imbuída da função de tornar oficiais as fronteiras físicas do território nacional, sobre as quais pouco se tinha certezas.

À época não se podia falar em Ciências Ambientais, pois ainda não existiam enquanto instituição, no entanto, em sua base estão essas ciências que contribuíram para o fortalecimento dessa episteme etnocêntrica à serviço do poder hegemônico. Este legado epistemológico sobreviveu até os dias atuais e influenciaram fortemente a criação dessas citadas Ciências Ambientais.

As ciências, portanto obedeciam a um papel claramente definido: servir ao Estado. Yves Lacoste (1988) brilhantemente escreveu seu livro “A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, expondo a relação entre a ciência geográfica e sua relação com o poder dominante em questão. Não somente a Geografia, mas, a ciência enquanto instituição, é fadada a este destino de servir ao poder. No Brasil exerceu esse papel de tal forma a legitimar a colonialidade do saber desde o colonialismo até os dias atuais.

O papel da ciência na legitimação do colonialismo

Nos primeiros relatos de Américo Vespucci (florentino integrante das primeiras expedições à América, e que devido a isso, e por uma farsa junto à Coroa Portuguesa, empresta seu nome ao continente do Novo Mundo), há aparentemente uma aceitação natural da diferença do outro. O viajante não fazia comparações com o modo de vida europeu e não atribui nomes baseados em seu próprio idioma e cultura, pois afirmava não conhecer aquela realidade. Não era novidade para os europeus o contato com povos de outras culturas, eram de conhecimento geral diversos relatos de viajantes para outras regiões do mundo como a Ásia (Mongólia, China, Índia, etc.), África (por exemplo: Egito) e Oriente Médio (TODOROV, 2010; GONDIM, 2007).

Nestes relatos não havia toda essa carga pejorativa, tendo como mensagem subliminar a legitimação de uma dominação que podemos encontrar nas crônicas dos viajantes portugueses e espanhóis às Américas. No entanto, Vespucci altera sua tônica amigável para um posicionamento mais compatível com o do colonizador nos relatos posteriores, motivado pela Coroa e pela promessa de fácil enriquecimento. Como ressaltado acima, no início a forma de lidar era diferente, conforme outros relatos encontrados que se assemelham à visão de Vespucci, mas o fator de mudança foi o agravamento da crise na Europa (pragas, peste, condições climáticas extremas que inviabilizaram a produção de alimentos e outros). A visão dos viajantes, dantes expressando curiosidade, ou até mesmo ingenuidade imbuída de preceitos religiosos—como é o caso dos relatos de Cristóvão Colombo, agora apresenta pontos de vista mercantis. Não só aqueles forçadamente exagerados para justificar os gastos com a própria expedição, dizendo haver muito ouro com a promessa do El Dorado, como novamente é o caso de Colombo (GONDIM, 2007).

Como mercantilizar o nativo? Como lucrar com essas expedições aventureiras? Ou, ainda, como legitimar a posse europeia das terras e riquezas de além-mar “recém-descobertas”? Aí se iniciou o hercúleo trabalho de relatar o modo de vida dos nativos bestializando-os, inferiorizando-os, lhes retirando a humanidade que ficaria restrita aos homens europeus, estes, sim, evoluídos o bastante para terem a competência de usufruir corretamente dos recursos naturais quase infinitos do novo mundo. A partir deste ponto de vista não se reconhece e aceita a diferença, mas, sim, a constata e exaspera para torna-la o subterfúgio ideal para a exploração do nativo, assim como Quijano afirmou em trecho anteriormente citado.

A constatação da diferença franqueia o avanço ao desconhecido e o conhecimento se alarga com o leque de possibilidades que o contato com o novo pode oferecer. Essa atitude faz avançar o pensamento [...]. A existência, no entanto, da variedade racial e cultural, forçou a abertura de novos rumos da reflexão sobre o homem e a natureza, alargada e enriquecida pela visão diferenciadora. Mas dentro dessa ótica aparece o qualificativo antinômico que poderá estigmatizar ou reconhecer a diversidade (GONDIM, 2007, p. 50).

O alto investimento da Coroa Portuguesa e Espanhola nas grandes expedições além-mar justifica-se dentro do contexto europeu de necessidades de expansão comercial e exploração de novas matérias primas. A “escolha” foi por estigmatizar o nativo, subjungando-o e tornando-o um objeto a ser conquistado junto à sua terra. Assim “instalou-se [...] a dicotomia diferenciadora sobrecarregada de adjetivações (GONDIM, 2007, p. 51)”, já citada anteriormente como um dos elementos do eurocentrismo. O modo de vida nativo não foi “aceito” pois não era reconhecido como uma vida em “sociedade”, não possuíam fé, religião, lei, tampouco cultura, destarte não haviam ascendido ao status de sociedade (tal qual o modelo europeu, baseada em um posicionamento evolucionista). É daí que surgem os mitos da indolência e preguiça dos nativos, corroborados pelas teorias deterministas geográficas, positivistas, etnocentristas.

A ciência e a literatura eram, neste cenário, a forma de difusão dessas teorias e mitos. Diversos filósofos, naturalistas, geógrafos e escritores, disseminavam seus ideais a partir de suas obras a fim de legitimarem o modo de atuação dos colonizadores europeus. Nota-se que, assim, a ciência esteve ao lado do colonizador, ratificando o ponto de vista eurocêntrico.

Para os pensadores da época, como Bales e La Condamine, os nativos autóctones se encontravam na infância do mundo, não tinham as capacidades necessárias para tirar da terra todo o seu potencial, eram seres ignorantes que só encontrariam salvação por meio da conversão à fé católica e aceitação da civilização europeia.

Seu temperamento apático e indiferente, a ausência de ambição e a frieza de sentimentos, bem como a falta de curiosidade e de agilidade mental. [...] têm uma imaginação embotada, sem vivacidade, e aparentemente nunca se deixam dominar por sentimentos como amor, a

piedade, a admiração, o medo, o espanto, a alegria, o entusiasmo. Essas características são comuns a toda raça indígena (BALES apud GONDIM, 2007, p. 163).

A insensibilidade é o fundamental. Fica a decidir se a devemos honrar com o nome de apatia, ou se lhe devemos dar o apódo de estupidez. Ela nasce indubitavelmente do número limitado de suas ideias, que não vai além de suas necessidades [...] passam a vida sem pensar, e envelhecem sem sair da infância [...] (LA CONDAMINE apud GONDIM, 2007, p. 140).

Cria-se uma aura de bestialidade ao entorno da “raça” indígena (e, mais tarde, por conseguinte, os negros e mestiços/caboclos) e toda a discussão que havia acerca dos nativos se resumia à sua raça, a sua inferioridade, e ao fato de estarem a salvo por terem encontrado os europeus.

Na discussão de racialização das relações e de classificação social Ianni (1996), também considera que após o período colonial as relações sociais foram reduzidas às questões raciais, de forma pejorativa, racista. O autor tece críticas ao sistema capitalista e ao seu papel paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que age como um “mesclador de pessoas” é um “agente de discriminação étnica e racial”. A sua forma de funcionamento acaba por estimular o encontro de diferentes povos, que ao se “mesclarem” não o fazem de maneira igualitária e justa, pois esses encontros ocorrem a partir de paradigmas etnocêntricos. Há por detrás das relações sociais todo um arcabouço ideológico e hierarquizador que impede a livre relação em detrimento de relações baseadas na dominação e exploração dos âmbitos de existência social, ou como assinala Ianni, “um viveiro de doutrinas e estereótipos” (IANNI, 1996).

Ianni também chama a atenção para quão fundamental é a questão racial para a globalização (globalização aqui pode ser entendida como o fenômeno ou processo que se instaurou desde a invasão das Américas, e a instituição/configuração do sistema-mundo moderno-colonial). E afirma, ainda, que “‘raça’ é o conceito científico elaborado pela reflexão sobre a dinâmica das relações sociais, quando se manifestam estereótipos, intolerâncias, discriminações, segregações ou ideologias (IANNI, 1996, p.8)”.

A população mundial se distribui para além das categorias firmadas com perspectivas eurocêntricas, como Nações, raças, tribos, aldeias, impérios e outros. Mas, são todas essas distribuições e aglomerações que podemos enxergar como povos, grupos, populações, (ou como eles próprios se definam), permeadas de diversidades, em todos os âmbitos da existência. Dentro dessa diversidade sempre houve uma tendência de integração e fragmentação, “dentre as quais [atualmente] sobressaem os problemas raciais (IANNI, 1996, p.8).” À luz da globalização a fragmentação das relações, dos espaços e territorialidades, se assoma como uma possibilidade majoritária.

Neste cenário pessimista o autor joga com algumas possibilidades de esperança quando afirma que, enquanto essa racialização – intimamente ligada à identidade social -, trás essa fragmentação no âmbito homogeneizante da globalização, pode, também, ser uma espécie de refúgio dela própria. Isso se explica quando a identidade surge “naturalmente”, como uma forma de autodenominação, autoidentificação dos sujeitos e não como categorização social, retomando o que Iasi (2011) debate acerca da consciência para si. Ianni arremata dizendo que “[...] há os que reconhecem que a identidade é somente um momento da consciência social, algo presente e evidente, mas, episódico, fugaz (IANNI, 1996, p. 15).” Com esta fala, o autor pondera que a identidade é algo momentâneo e se relaciona com o contexto das relações sociais no tempo e espaço. Portanto, assinalando, assim, a importância de um olhar complexo acerca das identidades sociais que abarque assim como um constructo¹² e não como algo construído e já pronto, estático e não discutível.

Schwarcz (1993) pontua que a questão da raça no Brasil foi um arremedo das teorias europeias com alguns anos de atraso. A cópia das ideias era feita de forma a levar em consideração apenas aquilo que se considerava útil para a construção da identidade nacional, a ponto de se aglutinar teorias que inicialmente tinham princípios opostos. Os intelectuais que podem ser considerados brasileiros começaram a sua produção a partir dos anos 1870, após a chegada da família real no Brasil, que só ai

¹² Segundo o Dicionário Michaelis, constructo é: Conceito ou construção teórica, puramente mental, elaborada ou sintetizada com base em dados simples, a partir de fenômenos observáveis, que auxilia os pesquisadores a analisar e entender algum aspecto de um estudo ou ciência

permitiu que na colônia pudesse se ter uma produção intelectual, inclusive com a criação de instituições de ensino superior (até então proibidas na colônia). Evidencia-se, aqui, a carência de produção intelectual original brasileira, pois, desde os primórdios da colonização, quem falava sobre e para o Brasil eram os estrangeiros – por motivos óbvios. Como não havia até então no Brasil uma produção científica, o que se via era uma “importação de ideia e doutrinas (SCHWARCZ, 1993, p. 22)”. A tarefa dos “homens de ciência” era justamente iniciar uma produção intelectual que pudesse embasar uma identidade nacional, a qualquer custo.

O custo maior dessa identidade nacional foi a reificação de uma identidade racial pejorativa para os negros, índios e mestiços/caboclos, teoria que vinha sendo trabalhada pelos viajantes estrangeiros desde as primeiras expedições ao Novo Mundo. Anteriormente a raça era usada como artifício legitimador da colonização, exploração e dominação. Agora, com um objetivo mais “glorioso”, seria para justificar a substituição da mão-de-obra (escrava, para o trabalho assalariado dos imigrantes europeus), para a conservação de uma hierarquia social rígida. Com o fim da escravidão era necessário estabelecer, ainda, a superioridade branca, que agora não eram mais os senhores de escravos, mas sim a “elite intelectual” que salvaria o Brasil da mestiçagem e traria o “branqueamento” como solução, e, por fim, para estabelecer critérios de cidadania visivelmente diferenciados. Só os homens, brancos, e da elite, tinham direitos garantidos pela constituição, as outras “raças” não eram consideradas suficientemente capazes de serem cidadãs. Deslocando-nos para os dias atuais quais seriam os objetivos dessa racialização, já que ainda persiste? Vide o uso dos termos “negro”, “índio” e “caboclo.” Estaria ela ressignificada – como está ocorrendo com a identidade negra, ou ainda trabalhando em prol da manutenção de uma hierarquia social?

Pontos cruciais a se notarem no cenário político deste período aponta a vinda da família Real, o fim da escravidão, a aproximação da independência política da colônia e, futuramente, o estabelecimento da República. Observa-se que era necessário que, de alguma forma, a população se organizasse. E a maneira encontrada foi “recuperar” as teorias raciais que até então já estavam “fora de moda”, principalmente nos circuitos intelectuais europeus. Essa recuperação era tarefa de alguns poucos intelectuais brasileiros versados em diferentes idiomas, pois, fazia-se necessária uma tradução dos

manuais, artigos e livros que estavam geralmente em alemão, francês, inglês ou italiano. No entanto, esta cópia não era feita de forma ingênua.

A tradução implica seleção prévia de textos e escolha de certos autores em detrimento de outros. No caso, o pensamento racial europeu adotado no Brasil não parece fruto da sorte. Introduzido de forma crítica e seletiva, transforma-se em instrumento conservador e mesmo autoritário na definição de uma identidade nacional e no respaldo a hierarquias sociais já bastante cristalizadas (SCHWARCZ, 1993, p.55).

E foi exatamente esse filtro seletivo que garantiu a “originalidade da cópia” brasileira.

As personagens desta pesquisa são esses – hoje – obscuros “homens de ciencia” que em finais do séc. XIX, e no interior dos estabelecimentos em que trabalhavam, tomaram para si a quixotesca tarefa de abrigar uma ciência positiva e determinista, e utilizando-se dela, liderar e dar saídas para o destino desta nação (SCHWARCZ, 1993, p. 25).

Nota-se, claramente, como a raça era uma “teoria científica”, utilizada como legitimação de um tipo de política de Estado que favorecia as elites brancas e buscava denegrir as populações das outras “raças”. Uma tentativa de classificação social para permanência de uma hierarquia social baseada em um sistema imaginário que se construía, fundamentalmente, pela cor da pele.

A autora salienta, também, como ponto marcante, esse constructo da teoria das raças, pois retirava a “atenção” do sujeito, e a colocava no grupo a que ele pertencia. A partir do momento que pudesse ser identificado, (pelo tom de sua pele) e classificado em um grupo racial, o indivíduo não tinha mais livre-arbítrio. Havia toda uma teoria, fundada pela antropologia criminal, que defendia que os atos de uma pessoa poderiam ser definidos de acordo com sua raça, ou seja, aquelas raças consideradas degeneradas como os negros, índios e mestiços/caboclos, eram os que davam origem aos criminosos, e as raças “boas” davam origem aos intelectuais e à elite política (SCHWARCZ, 1993).

Neste contexto de classificação social, a partir da racialização das relações, Quijano (2000) critica a sua aparente estabilidade, imutabilidade, quase que como um sistema de castas. Não há papéis e lugares estáveis na sociedade. Por exemplo, um sujeito pode ser uma mulher e ser branca, o que a difere de uma mulher negra, o que as iguala em um ponto – ser mulher- as diferencia em outro. As classes sociais, tal como

foram construídas durante o processo de colonialismo, e que remanescem na atual modernidade/colonialidade, só seriam possíveis se admitíssemos que os sujeitos ocupassem “papéis simetricamente consistentes” entre si em cada uma das instâncias de poder. O autor defende que as classes sociais existem, sim, mas são resultantes de processos heterogêneos, descontínuos e conflitivos e se articulam também de modo igual, mais aproximado de uma classificação social histórica e heterogênea, que possibilita uma análise mais complexa. O responsável por esta articulação seria a colonialidade do poder, que exerce essa função de homogeneizar as relações.

Nesta perspectiva o autor conclui que a constituição de tal sistema de classificação social é a sua base no conflito em torno da exploração/dominação, criando assim, uma subjetificação. Sob essa perspectiva a identidade cabocla pode ser percebida, pois é fruto de um processo de dominação para exploração de um grupo. No senso comum e também como conteúdo de disciplinas escolares, caboclo é reconhecido pelo “cruzamento” das raças “índio” com os “brancos” europeus e tardiamente os “negros”. Para Quijano, é a dominação que faz possível a exploração. No caso, a dominação ocorre no controle do gênero e da raça, torna possível a exploração do trabalho. Ressaltando que esta articulação entre gênero, raça e trabalho é descontínua e conflitiva.

Porque es esa distribución del poder entre las gentes de una sociedad lo que las clasifica socialmente, determina sus recíprocas relaciones y genera sus diferencias sociales, ya que sus características empíricamente observables y diferenciables son resultados de esas relaciones de poder, sus señales y sus huellas (QUIJANO, 2000, p. 368)¹³.

A classificação social está relacionada a distribuição do controle do poder sobre os âmbitos da existência social para exercer dominação/exploração, ou, como Goffman (2004) defende, a estigmatização do sujeito para a manutenção do controle social. Essa exploração é a base do sistema-mundo moderno-colonial e pode ser reconhecida como colonialidade do poder (QUIJANO, 2000;1993;1992; LANDER, 2005).

¹³ Tradução livre: “Porque é essa distribuição de poder entre os sujeitos de uma sociedade o que as classifica socialmente, determina suas relações recíprocas e gera suas diferenças sociais, já que suas características empíricamente observáveis e diferenciáveis são resultados dessas relações de poder, seus sinais e seus vestígios”.

A colonialidade do poder e do saber pode ser reconhecida em diversos âmbitos da existência e, por eles, se reproduz nas diferentes instituições modernas, como a ciência. Nas Ciências Ambientais não seria diferente. A divisão da ciência em disciplinas é fato que pode ser entendido como uma fragmentação da realidade para que ela caiba nos padrões e métodos científicos modernos e eurocêtricos. A proposta das Ciências Ambientais é justamente promover um trabalho multidisciplinar que possibilite uma transdisciplinaridade no futuro. Caminho longo e até mesmo utópico a ser percorrido.

Multidisciplinaridade

Em se tratando de multidisciplinaridade, os artigos encontrados preenchem de certa forma este requisito, pois falam do “caboclo” em diversos contextos e subáreas do conhecimento, embora deixando a desejar na transdisciplinaridade. Para compreendermos a diferença entre esses dois termos “multi” e “trans” devemos lançar nosso olhar primeiramente ao sufixo comum entre as duas - “disciplinaridade”-, que faz referência à compartimentação da ciência em disciplinas em função da divisão das Ciências: humanidades, artes, tecnologias e outros. De acordo com a atitude científica, de analisar o todo conforme a separação de suas partes, a síntese pode ser concebida do modo reverso sem a perda de sentido do todo e das partes (MULHOLLAND, 2007).

Toda a organização acadêmica universitária é estruturada de acordo com a separação de disciplinas, onde, no que concerne a cada uma, todo o seu potencial é explorado. Essa estruturação é uma forma clássica de sistematização da ciência moderna, portanto recorre ainda em reducionismos e enclausuramento de possibilidades que a transdisciplinaridade poderia possibilitar. O caráter multidisciplinar das Ciências Ambientais, que pode ser percebido como a simples aglomeração de diversas áreas do saber (MULHOLLAND, 2007), não significa que essas áreas estejam interagindo entre si. Paralelamente as Ciências Ambientais poderiam avançar e galgar uma relação *trans* entre suas disciplinas, superando-as, de forma que o seu relacionamento não exclua as relações anteriores, mas fomente a quebra das barreiras impostas pelo positivismo

científico da ciência moderna. O que viabilizaria a absorção de saberes diversos e atuais em teorias clássicas científicas.

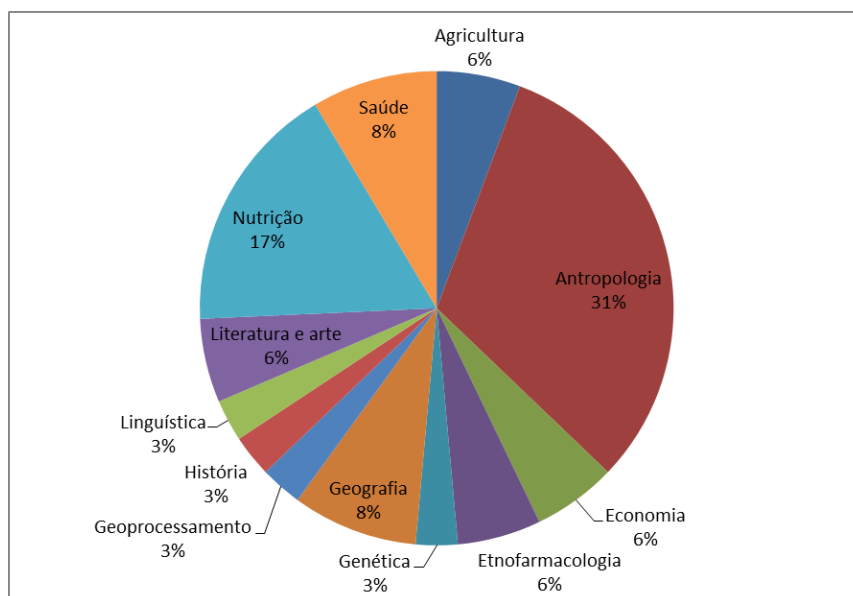


Figura 7. Distribuição dos artigos analisados nas subáreas do conhecimento

Foram encontradas publicações nas áreas de linguística, agricultura, saúde, economia, história, nutrição, literatura, antropologia, etnofarmacologia, genética, arte e geografia. Essa divisão pode ser melhor visualizada na Figura 7. Cabe salientar que a transdisciplinariedade não é exprimida pela quantidade de artigos de áreas diferentes que podem compor uma revista de Ciências Ambientais, mas, a capacidade de, em um único artigo, relacionar as diversas áreas para a investigação e proposição de soluções para o problema de pesquisa. Vide gráfico que demonstra a divisão das áreas do conhecimento dentro do total de artigos analisados.

A riqueza de uma ciência transdisciplinar se estende para a diversidade do fazer pesquisa. Cada “disciplina” possui um método específico para alcançar seu resultado, fato que se reflete nos trabalhos de campo que são a base da ciência, pois funciona como a zona de contato entre o pesquisador e o seu “objeto” de estudo.

A transdisciplinaridade se apresenta como possibilidade para as Ciências Ambientais, mas, somente, quando a compreensão da sua complexidade for absoluta pelos cientistas. A descolonialidade do saber, uma episteme que discute a importância do diálogo de saberes na construção do conhecimento, pode proporcionar tal compreensão. Para entendermos como esse caráter multidisciplinar compõe a base

epistemológica das Ciências Ambientais, devemos lançar nosso olhar para o histórico de sua criação no Brasil, e, quiçá, compreendermos a complexidade da proposta transdisciplinar como um avanço da *multi*.

O contexto das Ciências Ambientais

Ciências Ambientais são relativamente novas no Brasil. Surgiu na década de 1970, como disciplina obrigatória dos cursos de engenharia (de acordo com dados oficiais do Ministério do Meio Ambiente – disponível em <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-brasileiro>). A década de 1990 foi o marco de surgimento de diversos curso de pós-graduação nesta área no país. As Ciências Ambientais foram reconhecidas como área na data simbólica em que se comemora o dia do meio ambiente, 5 de junho de 2011. Foi criada, inicialmente, como uma demanda dos cursos de Pós-graduação interdisciplinares e sustentou-se em discussões interdisciplinares sobre questões ambientais nas áreas de Ciências Agrárias, Meio ambiente, Engenharias, e Ciências Biológicas (CAPES, 2013). Isto de acordo com o documento de avaliação de área produzido pela própria CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)

Às ciências ambientais compete abordar processos sociais e naturais, desenvolver novas tecnologias, estabelecer processos de gestão socioambientais e, considerando maior inclusão social, formular e analisar políticas públicas voltadas à questão ambiental em sentido amplo. Dentre os grandes desafios das ciências ambientais, está a conservação e gestão dos recursos naturais, essenciais à qualidade de vida, contribuir para a resolução de macroproblemas, como mobilidade urbana, saneamento básico, favelização e pobreza, violência, desastres naturais, entre outros (CAPES, 2013).

Percebe-se um apelo transdisciplinar voltado para a oferta de subsídios que abastecem ações práticas, inclusive de cunho estatal e voltadas para políticas públicas. As diretrizes do curso citadas, que foram criadas em 2011, congregam com o que foi discutido durante a Rio+20 em junho de 2012, quando foi redigido o Plano Nacional de Pós-Graduação. É possível, portanto, perceber um apelo ambientalista, ligado às

demandas internacionais recentes (notadamente relacionadas à economia verde e desenvolvimento sustentável).

Segundo Schor (2007), “no senso comum, a ciência é frequentemente considerada como a parte pura, limpa das impurezas sociais, políticas e econômicas [...] (SCHOR, 2007, p.338)”. Todavia há que se discordar do senso comum, desse emblema de pureza da ciência, principalmente no que concerne à relação entre ciência e capital. É o capital quem comanda os avanços das ciências como um todo, caso exemplar é a indústria farmacêutica e a indústria de agroquímicos. Mercado dominado por grandes multinacionais, onde a oferta e a demanda são criadas pelo próprio mercado, que cria as doenças e propõe a cura. O que alimenta um movimento crescente de aumentar a produtividade garantida por defensivos agrícolas nocivos à vida humana, que causam doenças naqueles que os manipulam e que ingerem os alimentos produzidos sob a sua utilização (RAMOS, 2014; SAMSEL et SENEFF, 2013). A “cura” dessas pessoas é proposta pela mesma empresa que causou a doença¹⁴.

Neste ínterim, as universidades, *locus* da produção do conhecimento científico, são assediadas por essas empresas que financiam pesquisas relacionadas a produção de defensivos agrícolas, e também medicina para sanar os eventuais problemas. Como é o caso da Monsanto nos Estados Unidos, responsável por um quarto do financiamento de pesquisas da área agrícola, que são em sua maioria pesquisas direcionadas (FOOD&WATERWATCH, 2012). Há outras formas de penetração dessas grandes empresas, como por exemplo, programas de trainees, consultoria privada de professores universitários, doações às universidades que possibilitem o aumento e melhoramento de estrutura física (FOOD&WATERWATCH, 2012). Essa influência pode ter seus pontos positivos, por alavancar a pesquisa, no entanto, pode funcionar como coação para que se façam pesquisas que beneficiem o P&D das empresas, deixando desassistidos aqueles pesquisadores que desejam fazer algo diferente (RICHARDSON, 2017).

¹⁴ Recentemente, em 2016, uma das maiores indústrias de medicamentos e agrotóxicos, Bayer, comprou a Monsanto, também uma das maiores corporações de biotecnologia voltada para a agropecuária <https://www.cartacapital.com.br/economia/bayer-compra-monsanto-e-cria-maior-grupo-de-agrotoxicos-e-transgenicos>.

O financiamento de pesquisas é o ponto central para se entender de que forma o capital influencia a ciência (CRUZ, 1999), e assim divisarmos uma das maneiras de concretização da colonização do saber. Embora 79% das IES que oferecem curso de Ciências Ambientais serem públicas, segundo dados do relatório da CAPES (CAPES, 2013), verifica-se uma grande penetração do setor privado nas mesmas na forma de investimentos e financiamento de pesquisas (FOOD&WATERWATCH, 2012). Durante a graduação da autora do presente trabalho, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), a mesma pode perceber o quanto a indústria agrícola influenciava as pesquisas, transformando a universidade em um pólo de desenvolvimento do agronegócio nacional. A colonialidade do saber se expressa, também, nessa sujeição da produção do conhecimento científico ao capital, pois, estabelece-se, aí, uma relação de dominação/exploração dos pesquisadores em exprimir-se de acordo com a ideologia dominante, representada pelas grandes empresas que visam o lucro.

De acordo com levantamento feito pela própria CAPES a partir das palavras-chave mais utilizadas nos 80 programas de pós-graduação da área, as pesquisas relacionadas às Ciências Ambientais giram em torno de Desenvolvimento, Meio Ambiente e Sustentabilidade; Gestão, Planejamento e Políticas Públicas Ambientais; Recursos naturais e ecologia; Tecnologias Ambientais e Modelagem.

Palavras-Chave	Frequência	%
Desenvolvimento, Meio Ambiente e Sustentabilidade	43	55
Recursos Naturais e Ecologia	27	35
Gestão + Planejamento e Políticas Públicas Ambientais	34	44
Tecnologia Ambiental e Modelagem	51	66

Figura 8. Palavras-chave extraídas das linhas de pesquisa/atuação dos Programas da Área, em 2012 - FONTE: CAPES, 2013

O que aponta uma simetria entre os temas agrupados por linhas de pesquisa, podendo ser divididos em dois grupos. (CAPES, 2013). O primeiro grupo seria o de programas que se baseiam em pesquisas estruturadas no escopo das humanidades, com as palavras-chave: Desenvolvimento, Meio Ambiente e Sustentabilidade e Gestão + Planejamento e Políticas Públicas Ambientais. O segundo grupo de programas se dedica às Engenharias e Ciências Duras (*Hard Sciences*). Se alinha à necessidade do capital em

produzir técnicas e tecnologias que se modernizem cada vez mais, atendendo ao caráter ideológico da ciência em promover o desenvolvimento técnico da sociedade a qualquer custo (HABERMAS, 2014). Enquanto o primeiro grupo se dedica a gerenciar e teorizar sobre a aplicação dessas técnicas e tecnologias no território, bem como seus desdobramentos no âmbito social. Por essa razão as Ciências Ambientais são fortemente determinadoras da organização social e espacial, por serem multidisciplinar e abarcar em seus estudos diversos âmbitos da existência social, possibilitando ao capital o seu controle e a consequente dominação/exploração social.

Destarte, a ciência é fruto e produtora da sociedade moderna (LATOURE, 2001; SCHOR, 2005; QUIJANO, 2005). Nesta sociedade, e como em diversas outras, ao contrário do que se faz crer os atores¹⁵ e instituições, não são entes claramente delimitados. Consequência da mentalidade dicotômica com raízes religiosas disseminadas pela ciência a partir do séc. XVIII (QUIJANO, 2005; 1993). São, assim, entes difusos que influenciam e são influenciados nas teias complexas de relações. Portanto, apesar do senso comum acreditar ser a ciência uma instituição “pura” como supracitado, a realidade demonstra diferente.

O exemplo do presente trabalho são as Ciências Ambientais, que, como já se discutiu, surgem pela preocupação com questões ambientalistas, e, assim, “busca-se, por meio do estudo científico integrado, o maior controle social da ação humana sobre seu meio, sendo esta uma questão permeada por considerações éticas e morais (SCHOR, 2007, p. 352).” Porque surgiu essa preocupação ambientalista que visa esse maior controle sobre o meio? Quem controla a ação humana que modifica o meio? Na sociedade moderna capitalista a ação humana é regida pelas relações de produção, e, ainda, segundo Marx (LOWY, 2014), a relação sociedade e natureza se dá pelo trabalho. Portanto, quem de fato controla a ação humana, o trabalho, são os proprietários dos meios de produção. Regidos pela oferta e demanda do mercado e controlados pela força maior da infinita acumulação de capital. Como já afirmou Quijano (2000), a efetivação do poder se dá pelo controle e articulação dos âmbitos da existência social, no caso específico, o trabalho.

¹⁵ Usamos este termo intencionalmente, conforme o comentário tecido no início deste trabalho acerca da atuação dos atores sociais a partir de papéis pré-definidos.

Para Marx, a natureza é considerada um recurso de produção que é explorado pela mão-de-obra assalariada através do trabalho. Tal exploração é possibilitada pelos meios de produção que submetem “a natureza às necessidades humanas (LOWY, 2014, p.27)”. Consequentemente, a preocupação com os “recursos naturais” surge da consciência (tardia) da sua finitude e iminente escassez.

O debate da sustentabilidade surge no *mainstream* junto à preocupação com os limites do crescimento, em meados de 1960, de onde derivaram diversas correntes ideológicas, que, até hoje, figuram nos debates ambientalistas. O “campo da sustentabilidade” (NASCIMENTO, 2012), é permeado de discussões que sempre têm em pauta a tecnologia, consumo e produção, desenvolvimento e crescimento econômico. Por tal natureza é um debate altamente visado pelas instituições públicas e privadas voltadas para o mercado.

Neste embalo, a sociedade civil, impulsionada pela iniciativa privada, suscitou a criação de um Programa de Pós-Graduação que abarcasse essas discussões e fosse o *locus* da produção de alternativas para o “desafio da sustentabilidade”. Este Programa seria, portanto, a pós-graduação em Ciências Ambientais.

Ciências Ambientais, sustentabilidade e colonialidade do saber

Se Ciências Ambientais, no Brasil e no mundo, foram construídas sob esta ótica eurocêntrica, a serviço do poder hegemônico, privilegiando “raças” e saberes, como podemos perceber esta “herança” atualmente?

Ciências Ambientais é uma área que apresenta uma preocupação “ambientalista” com o mundo. Em um primeiro momento essa frase pode soar como um pleonasma, mas não é – e compreender essa relação é desvendar as origens da colonialidade do saber nesse cenário. O “ambientalismo” deu origem ao que conhecemos hoje como sustentabilidade, fruto das preocupações com a finitude dos recursos naturais e o implacável desenvolvimento econômico, que começaram a despontar no cenário internacional a partir de 1960.

Quando se fala em sustentabilidade, seu histórico é traçado por autores e pesquisadores oriundos dos países do hemisfério norte, que possuem um papel de centro (no par centro-periferia), como se a sustentabilidade não houvesse sido pautada anteriormente a esses autores em outros lugares do globo. A visibilidade da discussão feita por esses autores é, também, uma invisibilidade dos outros debates, que já ocorriam em outros locais do mundo décadas antes, como por exemplo, no Peru, através dos trabalhos de José Carlos Mariátegui, datados de meados de 1930 – e também um dos expoentes da descolonialidade do saber na América Latina (QUIJANO, 1993). Essa visibilidade direcionada pode ser explicada pela forte presença do setor econômico neste debate da sustentabilidade, guiando e patrocinando os estudos, relatórios e espaços de debates, a exemplo do Clube de Roma (criado por um grupo de empresários e executivos representantes da Xerox, IBM, Fiat, Remington Rand, Ollivetti, entre outras), que patrocinou o famoso relatório “*The Limits of Growth*” (PORTO-GONÇALVES, 2012b). Tal relatório é reconhecido hoje como um dos grandes referenciais da luta ambientalista. Possibilitado pelo investimento dos setores econômicos, o discurso científico acerca dos limites do crescimento e escassez de recursos naturais, tinha a tônica que tal grupo desejava: construir uma nova proposta de desenvolvimento que não fosse de fato nova, mas que vislumbrasse uma saída lucrativa para a tal escassez de recursos: o desenvolvimento sustentável.

O desafio ambiental se constituiu junto com o período histórico que se inicia ali nos anos 1960/70, podendo mesmo dizer-se que o ambientalismo é um dos vetores instituintes da ordem mundial que então se inicia. [...] O desafio ambiental está no centro das contradições do mundo moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2012b, p.61).

Há uma discussão entre os ambientalistas que divide o campo da sustentabilidade entre santuaristas e conservacionistas, sobre a importância da interação complexa e inseparável entre sociedade e natureza. Santuaristas são aqueles que acreditam que só é possível a preservação do meio ambiente a partir do total isolamento dos seres humanos. Essa visão vigorou por aqui e influenciou a criação das Unidades de Conservação (UC) de Proteção Integral aqui no Brasil, com forte respaldo do sistema norte-americano de unidades de conservação. A outra corrente entende que essa conservação deve ser como sempre foi feita; de forma conjunta entre sociedade e natureza. Essa divisão, inclusive, é outro ponto de discussão, se há ou não a separação entre sociedade e natureza, mas aqui a utilizamos como forma didática. Caso das

Unidades de Conservação Extrativistas (RESEX), cuja ideia surgiu em 1985, durante reuniões e assembleias de seringueiros no Acre, liderados por Chico Mendes, que foi assassinado por esta mesma causa que defendia (PORTO-GONÇALVES, 2008). As RESEX eram uma forma de se preservar a floresta em pé, aliada ao seu uso sustentável, promovido por aqueles que moravam nela e dela tiravam seu sustento, no caso em questão: os seringueiros.

Em 1996, surge uma nova categoria de Unidade de Conservação: as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), após intensa movimentação de pesquisadores e habitantes do interior do Estado do Amazonas e representantes das comunidades ribeirinhas. Tal categoria não promove a coletivização da terra (apesar de dispor sobre a desapropriação de terras na sua legislação de forma não explícita nem regulamentada) – diferentemente do que ocorre nas reservas extrativistas. Há, contudo, a permanência das pessoas e suas atividades “sustentáveis”, também não regulamentadas pelo decreto de criação das RDS. Retirar da pauta a coletivização das terras foi uma atitude impulsionada após pressão dos grandes proprietários de terra brasileiros (PORTO-GONÇALVES, 2008; WWF, 2006).

Suscitamos o exemplo das UC's na tentativa de elucubrar como essas discussões se efetivam na sociedade, territorializando, conjuntamente, a colonialidade do saber que está arraigada neste discurso ambientalista respaldado pelas Ciências Ambientais em alguns pontos. Acreditamos na indissociabilidade entre ser humano e natureza, por serem agentes conjuntos da sustentabilidade, podendo o homem, inclusive, ser visto como um otimizador dos processos de vida, contribuindo para que a conservação ocorra de maneira mais “eficiente”, com maior quantidade e qualidade de vida consolidada (GOSTCH, 1995).

Em ambos os cenários o ser humano é visto como ponto central da conservação, e, nestes dois casos citados, é o “caboclo” a sua alcunha generalizante. Como as Ciências Ambientais imersa no contexto da “sustentabilidade” trata o ser humano? Qual a forma que se escolhe para se falar desse sujeito? E finalmente, porque ainda se utiliza o termo “caboclo” para designar esses sujeitos?

A estratégia que o pesquisador detém para investigar a realidade e dela poder perceber como ocorre (ou não) essa indissociabilidade, é o trabalho de campo. É no

espaço vivido, escrutinado pelos métodos científicos de cada disciplina, que a realidade se expressa. Todavia, essa zona de contato entre pesquisador e pesquisados deve receber atenção especial.

Teoria e trabalho de campo - Onde são feitas as pesquisas?

Em geral, os artigos que apresentam uma análise teórica, entre os quais trabalhos de pesquisa bibliográfica, digressões teóricas acerca do termo, resenhas, propostas para um dicionário da linguagem cabocla, não são fruto de trabalho de campo diretamente, ou, ainda, se basearam em trabalhos de campo de outrem para produzirem suas análises. Por isto, dos 44 trabalhos analisados neste ensaio, 10 não fizeram trabalho de campo, pois são pesquisas de cunho teórico. Os 34 trabalhos restantes são de cunho empírico.

O trabalho de campo é fator de extrema importância conforme enfatizado anteriormente. No entanto, aqueles pesquisadores que não executam o trabalho de campo não perdem em credibilidade por isso. Mas, há aqueles que executam e os que não executam o trabalho de campo, podendo ser encarados como demonstrativos de diversos elementos dos artigos. É de nosso interesse entender como e onde esses trabalhos de campo são feitos e de que modo o estigma caboclo é trabalhado, tanto no processo do trabalho de campo, quanto no processo de produção com base em revisões bibliográficas.

De 44 artigos analisados, 24 (totalizando 54%, portanto a maioria) fazem uma revisão bibliográfica do termo “caboclo”, dentre os quais apenas 16 (36%) sugerem uma crítica ou alguma forma de análise do uso do termo. Em se tratando de uma categoria de análise, e tendo em vista que esta é uma ferramenta importante para a pesquisa, é de se esperar que haja uma atenção à origem do uso dessa ferramenta, e os impactos do seu uso. Ao fazer o uso recorrente do termo em questão, o pesquisador (aqui entendido como uma entidade da ciência), demonstra mais sobre si mesmo do que sobre o seu objeto de pesquisa.

Relevante ponto a se destacar sobre os 44 artigos analisados, são os locais onde são feitas as pesquisas de campo. Alguns sítios apareceram mais de uma vez, em trabalhos de autores e áreas de conhecimento diferentes, como é o caso da Vila de

Caxiuanã no Pará, que foi estudada em 6 de 44 estudos. A ilha do Marajó também figura como um dos lugares mais recorrentes para se fazer pesquisa, estando presente em 4 trabalhos. Esta recorrência de locais, assim como de pesquisadores pode demonstrar alguns pontos interessantes a se debruçar. O primeiro, é um vício dos pesquisadores em usar o mesmo local para estudo, porque este local já apresenta facilidades, por já ter sido “explorado” uma vez. Nessa situação os habitantes podem, por este fato, apresentar maior abertura para responder a questionários. No entanto, pode ser uma faca de dois gumes, como demonstra fato vivido pela autora.

A autora trabalhou na RDS-PP (Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus) no ano de 2014, atuando como pesquisadora e extensionista na área de agroextrativismo, como já citado. É uma reserva que desde a sua implantação, em 2004, constituída pela ONG de pesquisa, Instituto Piagaçu, conta com a forte presença de pesquisadores. Caso semelhante ao do Instituto Mamirauá e a RDS do Amanã e Mamirauá. Em ambos os casos o trabalho principal é o do manejo sustentável do Pirarucu, espécie de peixe de grande importância para os moradores dessas reservas, tanto como fonte de renda como de alimentação. A autora trabalhou no programa de agroextrativismo da referida ONG, fazendo o diagnóstico da atividade agrícola dos moradores da reserva.

Durante essas pesquisas de campo na RDS-PP, percebeu-se que os comunitários, habituados a responderem questionários, já dão a resposta da forma como o pesquisador espera. Pois eles já foram “treinados” pelos pesquisadores anteriores, isso levando em consideração os dez anos de atuação da ONG na reserva. Sendo assim, a resposta é mais um espelho das expectativas dos próprios pesquisadores do que um demonstrativo da realidade dos entrevistados, funcionando até mesmo como uma fuga e criação de uma zona de conforto para o entrevistado, que evita a abordagem indiscreta sobre assuntos tabus. Este fenômeno acaba por encobrir dados principalmente relacionados a assuntos polêmicos, como caça, pesca de animais proibidos, fogo na agricultura e outros. Há, também, o fator de rejeição, que é relatado por alguns pesquisadores - quando uma comunidade é muito assediada para trabalhos de campo os moradores desenvolvem uma rejeição à qualquer forma de interação entre os cientistas. Latour (1999) tece extensa crítica sobre essa questão, onde a objetividade da ciência é obscurecida pela

intencionalidade do pesquisador, mesmo que inconsciente. Atitude que reduz a pesquisa ao que o cientista espera escutar, na ânsia de controlar os resultados e os processos.

Podemos destacar o impacto do pesquisador nas comunidades e localidades estudadas, que por serem locais frequentados por “estrangeiros” as pessoas acabam por alterar sua rotina para receberem tais pesquisadores. Alguns hábitos se modificam, e há também a formação de assistentes de campo para auxílio nas pesquisas. Esta formação prepara uma mão-de-obra específica para aquela pesquisa, retirando as pessoas de suas atividades habituais, gerando “status” para os “escolhidos”, movimentando as relações sociais em diferentes sentidos. Os pesquisadores também trazem consigo hábitos e costumes diferentes, que, em certo momento influenciam a vida dos “pesquisados”. Frisamos aqui que não há julgamento de valor sobre essas alterações serem negativas ou positivas, apenas um destaque para uma mudança real que ocorre. A partir da experiência da autora, durante os anos de 2014 e 2015, foi possível perceber que fazer pesquisa de campo baseado em questionários é o primeiro passo para um estudo que fragmentará a realidade, pois, parte-se do pressuposto que a realidade pode ser compreensível a partir de perguntas pré-formuladas destinadas a pessoas que nem sempre compreendem tais questionamentos. Neste processo a realidade do “caboclo” é primeiramente traduzida para a linguagem do cientista – que assim torna possível a sua própria compreensão, que a retraduz para o que acredita ser a linguagem do seu objeto de pesquisa – formulando perguntas, que por sua vez se esforça para responder da forma como o seu inquisidor irá entender.

No exemplo dado, a pesquisa era feita sobre a forma que as pessoas praticavam a agricultura de várzea e de terra firme, no entanto, até a compreensão da autora sobre essa dinâmica ser satisfatória passou-se tempo considerável. Para os comunitários aceitar que uma mulher, branca, universitária, utilizando roupas cobiçadas, com estoque de gasolina infinito para atingir os rincões mais escondidos da floresta alagada, entre na realidade deles, é um tabu. Antes de mais nada, uma relação de confiança deve ser estabelecida, mas as condições do trabalho de campo não permitem. Portanto, a pesquisa e seus resultados se findam superficiais e insuficientes. O que não é de todo ruim, quando a intenção é cumprir tarefas e ter a capacidade de síntese necessária para publicar artigos em revistas de renome, mesmo que os dados sejam sobremaneira inconsistentes do ponto de vista real, mas não do ponto de vista de resultados esperados

dentro do arcabouço cientificista. Assim, a ciência vai se reproduzindo na Amazônia, a custos de pesquisas superficiais que produzem dados que satisfazem o interesse de organizações e revistas estrangeiras, longe de alcançarem a realidade que ousaram reduzir, tanto como base de dados como divulgação dos mesmos. A redução não ocorre somente na utilização de termos como o “caboclo”, mas durante todo o processo de se fazer a pesquisa.

Outro exemplo atual concerne à pesquisa elaborada por Davies, Frausin e Parry (2017), em cinco centros urbanos na Amazônia. Parry é um dos autores citados anteriormente como responsáveis por uma linha de estudo sobre a Amazônia na Lancaster University, Inglaterra. Neste referido estudo os autores concluem que há desertos alimentares na Amazônia, a partir de investigações sobre a relação comercial entre estes centros urbanos, a metrópole, e o acesso a estes produtos pelos comunitários. No entanto, este estudo é um exemplo de redução da realidade complexa dos “caboclos” a partir de elementos da vida dos próprios pesquisadores, que analisaram o acesso aos alimentos pelas redes comerciais visíveis. Todavia, para entender a realidade da alimentação da população interiorana, torna-se necessário que se compreenda as relações complexas além das relações comerciais perceptíveis, e, também, entender a relação das comunidades com o próprio interior e não somente com os centros urbanos.

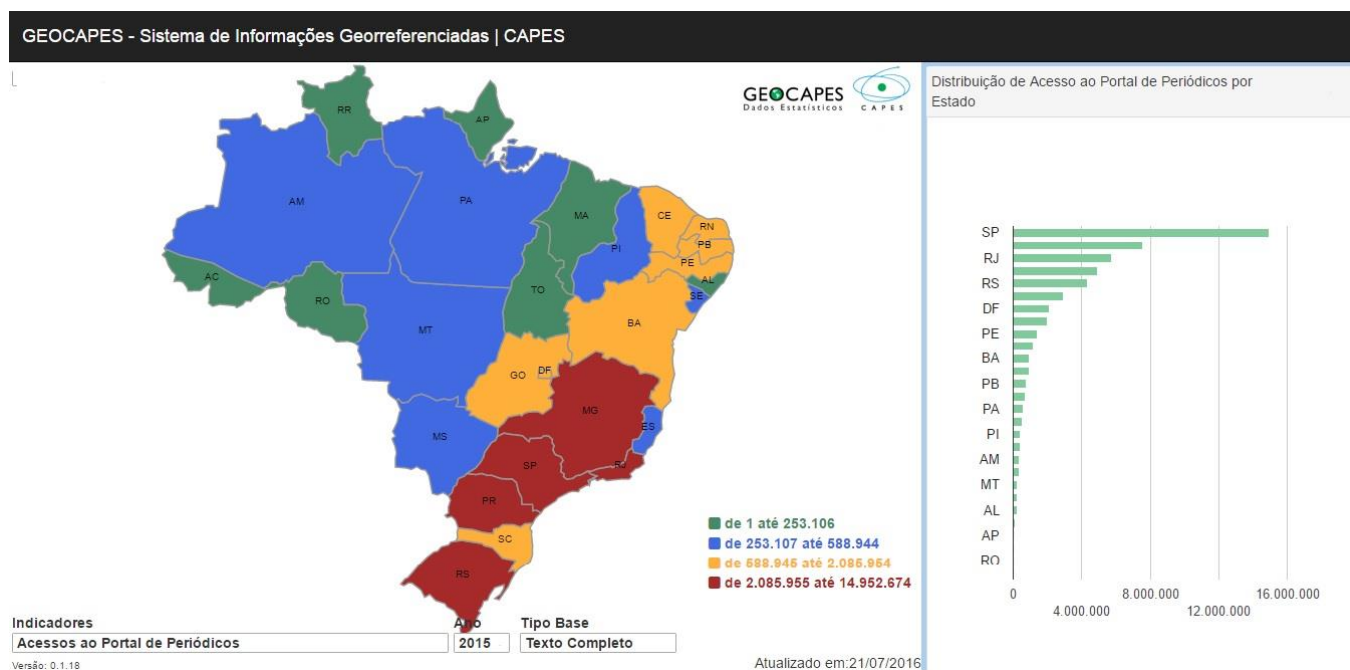


Figura 9. Mapa da distribuição do acesso ao portal de periódicos Capes por Estado. Fonte: www.periodicos.capes.gov.br

Entendendo esse processo de que o conhecimento feito sobre a Amazônia, além de ser superficial não alcança os reais interessados, um dos intuitos deste trabalho, é ressaltar a importância do conhecimento feito sobre a Amazônia e para a Amazônia. Como podemos perceber pela Figura 9, os estados que compõe a Amazônia estão entre os que menos acessam o portal de Periódicos Capes, em comparação com todas as outras Unidades Federativas da União. Este dado tem relevância ao ilustrar que o conhecimento sobre a Amazônia, além de ser majoritariamente produzido por pessoas de fora, também, no Brasil, é acessado em maior número por outros sujeitos: entre eles pesquisadores dos estados do Sudeste e Nordeste. Tal comportamento é uma expressão da relação moderno-colonial entre centro-periferia.

Ressaltamos, também, a relação entre a formação do território com a produção do conhecimento. Através dessa relação podemos perceber, inclusive, como a colonialidade do saber se configura espacialmente, bem como sua influência na produção do pensamento. O espaço é o *locus* das relações de poder, onde os territórios e as territorialidades se expressam. Por isso, é importante termos em mente que a configuração do sistema-mundo moderno-colonial foi não somente a conexão global dos territórios, mas o estabelecimento de hierarquias entre as “nações”. Fatos que prevalecem até os dias atuais e podem ser percebidas pelas análises anteriores.

O controle pela formação do território

Oportunamente ressaltamos que todas essas relações que vêm sendo descritas, fazem parte da configuração do sistema-mundo moderno-colonial e que por ele são produzidas, ocorrem e se materializam em um espaço. Neste estudo, a partir da perspectiva geográfica, podemos entender a produção do território, tanto como fruto das relações, como importante delineador das mesmas. O território é conceito essencial para que se compreenda o que é hoje o Estado brasileiro, suas desigualdades espaciais, tais como são e suas regiões delimitadas, tais como historicamente foram. As relações de poder são o fundamento formador do território, portanto, após as análises feitas, temos que o território brasileiro e também a Amazônia foram construídos a partir de relações de dominação/exploração. Resultado de uma colonialidade do poder que impregna

todos os âmbitos de existência social, e não seria diferente na produção do espaço e imposição de suas fronteiras. Tal colonialidade do poder é responsável pelo estabelecimento do controle desses âmbitos de vida, na manutenção de hierarquias sociais, por exemplo, incentivando a permanência de estigmas sociais como o estudado neste ensaio o “caboclo”.

Os limites nacionais, regionais e outros, não existiam antes de imaginados e impostos pelo colonizador europeu. Esses limites saíram do mundo das ideias e se concretizaram da forma mais violenta possível, ao custo do desaparecimento de diversas culturas, terror psicológico, imposição de religiões estrangeiras e derramamento de sangue. Das ideias europeias (faça-se notar, em conflito com as fronteiras e relações sociais já existentes no espaço produzido pela territorialidade originária desta terra) foi imposto ao Brasil colônia uma organização política sem precedentes de sucesso em sua própria terra de origem. O Estado-nação, até então novidade no “Velho Mundo” apresentava um ordenamento territorial baseado em fronteiras arbitrárias e gestado por uma elite política que, desde sempre, favoreceu seus próprios interesses.

Entende-se, portanto, que as fronteiras, que delimitam os territórios são estabelecidas intencionalmente pelo grupo dominante e questiona-se: o que constitui a região Amazônica tal como é hoje? Suas fronteiras foram impostas ali sob qual pretexto? Porque a forma de organização política favorece a permanência da desigualdade? Quais instituições promovem a legitimação dessas fronteiras? A conformação do sistema-mundo moderno-colonial existe como forma de garantir a permanência das hierarquias sociais (geradas exatamente pelo estabelecimento do mesmo), e, isto, através de instituições como o Estado-Nação.

Ao falarmos de Estado-Nação não podemos deixar de frisar a importância que o conceito de território possui neste contexto. O território era a base, fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava (SANTOS et al. 1994). Foi a perspectiva de Estado-Nação, embebida da modernidade, que fortaleceu a visão que ainda hoje podemos encontrar, de território a partir de uma noção materialista jurídico-política. Dentro desta concepção o território é definido por suas fronteiras que delimitam o uso dos recursos naturais de uma determinada “nação”, controlada por um

Estado soberano e organizado, relegando ao território um papel objetificado, materialista, funcional, para uma sociedade tal ter as suas condições de vida.

Encaixa-se muito bem com a visão “branca”, “europeia”, sobre este novo mundo descoberto, como uma fonte de recursos naturais quase inesgotável que precisa do controle europeu para melhor aproveitamento. Isto em detrimento da primitividade das técnicas e capacidades intelectuais e ausência de sociedades dos povos ali residentes. Essa perspectiva materialista era complementada pela ideia de que o território pode também ser definido pelas relações de poder, pela política efetuada pelo Estado-Nação (HAESBAERT, 2004; SANTOS E BECKER, 2006). Aliando estas duas concepções, pode-se entender que o território brasileiro foi construído a partir da forma europeia de organização política e territorial para uso dos recursos naturais e controle da mão-de-obra escrava nativa. Novamente reforçando a descrição de poder de Quijano (2000), sobre o controle e articulação dos âmbitos da existência social.

O Estado-Nação implica, necessariamente, em duas instituições modernas que surgiram após a revolução francesa: a cidadania e a democracia política. Sendo uma estrutura de poder é também fruto deste poder. No entanto, diferentemente do contexto em que essa forma de organização política surgiu na Europa, no século XVIII, em meio às turbulências da revolução burguesa francesa e, também, como forma de dominação em alguns territórios da própria Europa, o Estado-nação, nas Américas, foi utilizado como forma de colonização. Ora, pois, cidadania e democracia são antagônicas à colonização. Via de regra, não houve, até o momento, nenhum Estado-Nação que pudesse efetivar as suas duas máximas; democracia e isonomia de direitos (HAESBAERT, 2004; QUIJANO, 2005).

Ao classificar a sociedade, ainda em construção, em categorias pré-definidas que ocupam espaços impostos na hierarquia social, e que nesta hierarquia a divisão do acesso aos direitos e à cidadania é explicitamente desigual, o Estado brasileiro assumiu abertamente que a sua nação era feita por e para um seleto grupo da elite. Embora essa elite compreendesse a importância da minoria para a sua permanência no poder, era de extrema importância que essa minoria não soubesse disso. Por isso, antes de tudo, essas identidades baseadas em diferenciações raciais estereotipadas eram estigmas, e, assim,

foi o “caboclo” definido neste processo de construção da identidade nacional; a partir da definição do território e formação do Estado-Nação.

Para se obter um Estado-Nação bem-sucedido é necessário um processo de democratização da sociedade (QUIJANO, 2005). No entanto, nas Américas, essa democratização era utópica, pois sempre se excluiu intencionalmente, via teoria das raças, a maioria da população: os negros, índios e mestiços. Como é possível um Estado democrático excluir a maioria de sua população? A resposta para essa pergunta apresenta um ponto de vista eurocêntrico; para democratizar a sociedade é necessária a sua homogeneização. Dentro dessa perspectiva eurocêntrica, homogeneizar a população seria o Estado promover, por exemplo, um branqueamento (no caso do Brasil), um genocídio da população negra e índia (no caso da Argentina). Homogeneizar para que a sociedade tenha as características ideais, e não o contrário, tornar as características reais da população como o ideal para a democracia.

Suprimir a etnicidade em favor do estado nacional, que por sua vez é comandado pelo capital (IANNI, 1996). O projeto de igualdade de direitos não era interessante para a elite branca, pois os privilégios da minoria branca provinham precisamente do domínio/exploração dos índios, negros e mestiços/caboclos. Desta feita, não “havia um terreno de interesses comuns entre brancos e não brancos” (QUIJANO, 2005, p.14), conseqüentemente nenhum interesse nacional comum a todos. Assim, não havia como a ideia de Estado-Nação funcionar no Brasil, pois não partiu da democratização do acesso à política e sim ao contrário. Surgiu como imposição de uma hierarquia social que mantinha privilégios da elite e dirimia os direitos da maioria da população, inseridos em um território com fronteiras arbitrárias que obedeciam a uma lógica de exploração dos recursos naturais. Corrobora essa visão toda a contextualização feita neste trabalho sobre a teoria das raças (SCHWARCZ, 1993) e a racialização do mundo (IANNI, 1996), que garantia a exclusão da parcela da população que não convinha aos interesses da elite. O interesse de um sempre conflitaria com o do outro, inviabilizando qualquer proposta séria que pudesse existir de democracia e Estado-Nação. Quem ditava as regras era a classe branca dominante, com o largo aparato estatal, científico e social para o controle e dominação da minoria que, quando contabilizada em números oficiais, revelava-se a maioria.

A conformação do Estado brasileiro influenciou a maneira como a ciência se comportava, e esse relacionamento legou heranças até os dias atuais. Portanto, devemos encarar a relação entre Ciências Ambientais, Estado e território, sob esta ótica da colonialidade do saber e poder, para compreendermos o papel da sustentabilidade nesta tríade, e, também, a insistência da categorização da sociedade em classificações estigmatizantes. O Estado-Nação é uma das categorias de organização que compõe o sistema-mundo moderno-colonial, portanto, tem suas origens no par centro-periferia, baseado em um poder que domina para explorar. A evolução da maneira de exercer essa dominação é curiosa, diversas teorias vêm e vão para garantir que o Estado seja supremo e soberano, desde que obedeça aos mandos do capital. Portanto a tríade mencionada acima tem sua relação permeada por esta premissa.

A sustentabilidade, ou o desenvolvimento sustentável, é uma dessas teorias que ganhou destaque nos anos 1960, tendo se tornado prática estatal nos dias atuais, sendo incluída em plataformas de governo (em maior ou menor grau dependendo da inclinação partidária), legislações e políticas públicas, independente de qual o governo da situação. O debate da sustentabilidade influenciou a criação do programa de Ciências Ambientais no Brasil, portanto, a partir do que foi exposto não é difícil tecer a relação intrínseca entre sustentabilidade, poder, Ciências Ambientais e categorias sociais.

Essa relação intrínseca é também responsável pela forma de estabelecimento de fronteiras e territórios, entendendo-as como uma invenção social a partir da classe dominante assim como são “produzidas” as categorias sociais que viemos discutindo.

A invenção das fronteiras – nomear para controlar

Anteriormente à invasão europeia, em 1492, a América Latina foi conhecida por designações como Abya-Yala, Tawantinsuyu e Anahuac. Até então a “América” não estava representada em nenhum mapa-mundi, não obstante, este território e suas populações já existiam e possuíam suas próprias dinâmicas societárias (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.2). Ser denominada de “Novo Mundo” implica a negação de toda a sua história, agora conectada ao que o imaginário europeu considera do mundo.

O espaço, assim, adquire uma perspectiva temporal, de narrativa única linear, eurocêntrica. (MIGNOLO, 2007 apud PORTO-GONÇALVES, 2012, p.3).

Da mesma forma, podemos transferir esse ponto de vista a partir do que discutimos sobre o estigma caboclo, tomando como base o que foi analisado nos artigos. A definição se baseia em quatro eixos: atividade (agricultura), localidade (habitantes da floresta), a-historicidade (negação da matriz indígena) e racialidade (miscigenação das raças), variando de importância e representatividade de acordo com cada autor, mas todas partem do pressuposto de uma realidade vista sob a ótica produtivista, hierarquizadora e etnocêntrica. A definição utilizada, caboclo, é fruto da forma como o europeu, a elite e o cientista, enxergavam esses povos. E, não diferentemente da forma como foi denominado o “Novo Mundo”, ignoravam as relações sociais culturais existentes e que já estabeleciam as identidades de grupo, quer sejam elas pejorativas ou não, fruto de uma autodenominação ou não, mas que pertenciam a uma lógica construída por períodos de convivência dos povos autoctónes.

Todo esse processo se estabeleceu a partir do encontro dos mundos. Gondim (2007) trás a perspectiva de antimundo, algo que já se especulava na época de Platão, pois, acreditava-se que a terra era mais extensa que o mar-oceano, e falava-se, inclusive, dos Antípodas. O antimundo, como a própria palavra já indica, pressupõe a existência de um mundo e outro contrário a esse; o mundo dos antípodas¹⁶. Via-se o mundo não conhecido a partir do que era conhecido, ou seja, tudo aquilo que é (velho mundo) encontra um contrário (novo mundo). Os antípodas eram o oposto dos europeus, e representavam tudo aquilo que o “ser humano” não deveria ser. Quem eram os antípodas senão os habitantes desse novo mundo descoberto? Os assim chamados índios, negros e caboclos.

A América Latina foi uma criação europeia¹⁷, assim como foram inventadas todas as outras “regiões” do mundo, Ásia, África e, mais tarde, a Oceania, sob a

¹⁶ Segundo definição do Dicionário Michaelis Online: 4 Aquele ou aquilo que tem características opostas às de outra pessoa ou coisa: *É incrível, mas o irmão gêmeo daquele rapaz é seu antípoda.*

¹⁷ Ainda não se falava em Europa, mas para motivos de prosseguimento do texto iremos já inserir a ideia de Europa.

perspectiva eurocêntrica. Foi estratégica a maneira de organizar o mundo após o período das grandes navegações, com a Europa sendo posicionada, pela primeira vez, como centro geográfico do mundo. Até então ela era a periferia de todos os circuitos comerciais, que giravam em torno da Ásia. A mudança trouxe uma posição importante no acesso à novas rotas. Como pode ser observado na sequência de mapas a seguir, Figuras 10 e 11:

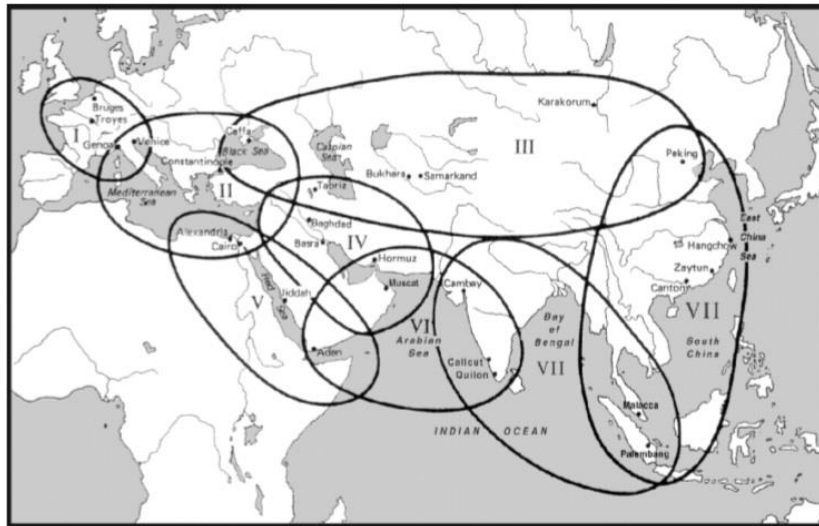


Figura 10. Os oito circuitos comerciais predominantes entre os anos de 1250 e 1350. Fonte: Mignolo, 2005 apud Porto-Gonçalves 2012, p.21.

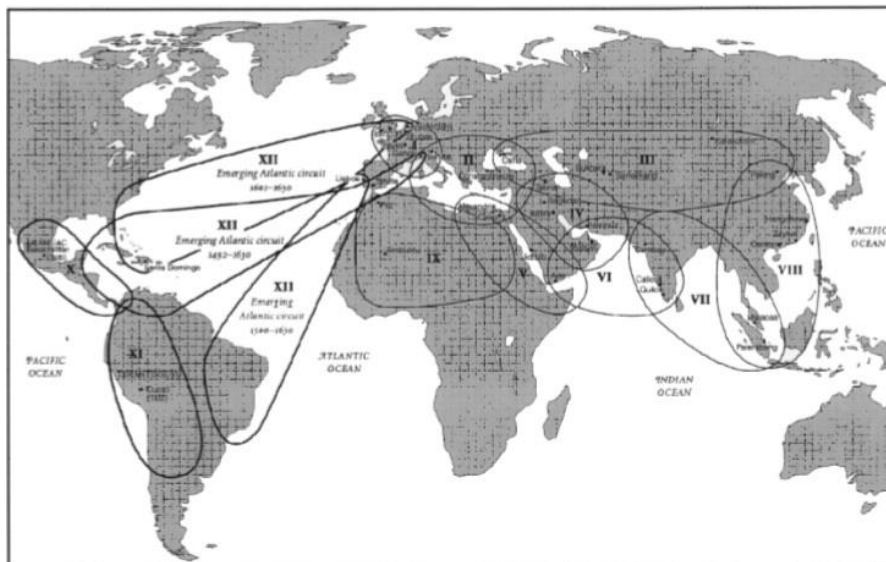


Figura 11. América e o oceano Atlântico são incorporados ao imaginário de mundo europeu, pela primeira vez na história, uma visão global do que seria o planeta torna-se disponível. Fonte: Mignolo, 2005 apud Porto-Gonçalves, 2012, p. 22.

Este momento foi determinante para o estabelecimento de uma conexão hierárquica entre os territórios “descobertos” e o “Velho Mundo”. Era a primeira vez que o mundo se tornava de fato global, e constituía-se o que Wallerstein e Quijano chamam de sistema-mundo moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.3). Entender como essa hierarquia se firmou e as suas consequências é um passo para entender como a colonialidade do saber se fortaleceu nos “Novos Mundos”.

O conceito de sistema-mundo tornou-se conhecido pelo sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein, em meados dos anos 1970. Wallerstein se baseou na teoria de centro-periferia de Raúl Prebisch que descrevia a desigual divisão do trabalho entre as nações do mundo, que favorecia os países fortes economicamente enquanto mantinha os fluxos de mais-valia a fluir dos países da periferia para o centro.

O autor se vale dessa perspectiva de centro-periferia, mas a utiliza de forma relativa e não como um par de termos que possuem significados separadamente. Essa relação foi o que regeu as relações sociais a partir da conformação desse padrão de poder, desde a menor até a maior escala. Foi o que naturalizou a hierarquização entre as “nações” e entre os povos e classes de cada uma dessas nações. A reprodução dessa relação desigual se fez sentir desde os primeiros contatos entre nativo e colonizador e perdura até hoje, na perspectiva científica de se fazer pesquisa sobre o “outro” – onde estabelece-se uma hierarquia onde o pesquisador é o superior.

A discussão do sistema-mundo moderno tende a ser complexificadora, pois o esforço seria no sentido de “*complexify and contextualize all so called simpler variables in order to understand real social situations* (WALLERSTEIN, 2007, p.19)”¹⁸. Podemos fazer o paralelo com a invenção e imposição da identidade cabocla e a descolonialidade do saber. Conforme viemos discutindo neste trabalho, a intenção é compreender a realidade de forma complexa, a partir de uma ótica holística que diminua a fragmentação das identidades pela miopia etnocêntrica. Assim como pela relação complexificadora do entendimento do sistema-mundo moderno-colonial, que foca nas

¹⁸ Tradução livre: “complexificar e contextualizar todas aquelas chamadas variáveis no intuito de entender situações sociais reais”.

interações das nações e países, podemos lançar nosso olhar para as interações sociais, que, também, devem ser compreendidas por uma ótica complexa.

Neste caminho, Wallerstein conflui com Morin (2005) e Latour (2001; 1999), quando falam de uma complexificação para a compreensão holística da realidade. Aproximam-se, também, no aspecto da compreensão do papel do cientista, que seria o de fazer ciência com consciência, quando propõem, por exemplo, ir na contramão do mundo acadêmico e tender a complexificar as situações e não a reduzi-las em variáveis simplificadas para o seu controle.

O termo moderno-colonial se refere ao processo de colonização da “periferia” e modernização do “centro” que ocorreram conjuntamente - dialética, e inversamente -, um à custa do outro e que, assim, configuraram a atual divisão do trabalho que constitui, portanto, o sistema-mundo. Tal sistema, sendo assim, foi construído sob o baluarte da colonialidade do poder, e pode ser visualizado na Figura 11, onde nota-se a Europa no centro das relações comerciais, representando o “centro” e o “moderno” da relação centro-periferia do sistema-mundo moderno-colonial.

O sistema-mundo foi constituído sob a égide de um sistema organicamente desigual que se baseia na racialização das relações como um dos pontos de partida para a divisão do trabalho e, conseqüente, estabelecimento de fronteiras políticas de nações e países. A definição de fronteiras e dos estados-nação que se conformaram após o período das navegações, dando destaque aos países colonizados, foi resultado de um embate entre os brancos e os não-brancos. O mundo, portanto, foi rearranjado de forma a separar claramente as raças e sua hierarquia, restando, aqui, a relação descrita de centro-periferia, onde o centro seria representado pelos países dos “brancos” e a periferia todos os outros.

“Reorganizando” o mundo, diversas regiões se conformaram sob a ótica eurocêntrica de organização espacial. Foi neste cenário de modernização do “centro” à custa da colonização da “periferia” que a Amazônia foi forjada, assim como discutimos no início do ensaio. Então, devemos entender a identidade cabocla pela perspectiva de processo, que ainda se encontra em construção, ou desconstrução. Pode ser reapropriada e ressignificada, mas o seu uso depende tão somente das instituições que efetivaram

esse processo de estigmatização, no nosso caso as Ciências Ambientais, como também dos sujeitos a que lhe designam.

Difícilmente nos questionamos sobre as origens das fronteiras e nomes que utilizamos para nos localizar. O fato de criar e nomear uma região significa o seu poder sobre ela, pois, nesse momento, toda a história daquele local é apagada - violentamente na maioria dos casos, e o “nomeador” impõe sua visão e dominação sobre o espaço e seu povo. Relação que também ocorre no processo de invenção e imposição de identidades sociais, como no caso estudado do “caboclo”. Durante o ensaio viemos trabalhando como a perspectiva eurocêntrica é capaz de moldar a atitude científica que tanto influencia a manutenção do território e garantia de suas fronteiras, quanto a preservação de estigmas de identidade para sustentação de hierarquias sociais. O próximo passo será trabalhar maneiras de se desvencilhar dessa atitude eurocêntrica, escapando da colonialidade do saber, em uma desobediência epistêmica a caminho do Direito à Ciência.

2. O Direito à Ciência: a descolonialidade do saber como caminho para uma nova práxis das Ciências Ambientais

Com frequência, a implicação é que, se algo foi fabricado, é falso, se foi construído, deve ser *desconstrutível* (sic) (LATOURE, 2001, p.135).

Muito se apregoa que a Amazônia é um território internacional, mas somente porque, hoje, o Brasil possui fronteiras definidas e guarnecidas. Em torno desta floresta sempre houve disputas, pois é vista como um banco genético riquíssimo, suas reservas de proteção à natureza se prestam a uma especulação planejada e bem aproveitada pelos setores econômicos. A questão aqui é qual o interesse que motiva a maioria das pesquisas sobre a Amazônia e seus habitantes? O “caboclo”, como insistem alguns, é mantido assim por interesses? Ao longo deste estudo pudemos verificar que esses interesses fazem parte da relação entre centro-periferia, estabelecida desde a época colonial. E que são esses interesses que perpetuam estigmas sociais como o “caboclo” nas Ciências Ambientais.

Estigmatizar, denominar, é uma forma de dominação do outro. Manter essa denominação é algo como coisificar o outro (LATOURE, 2001), transformando-o em objeto, aprisionando-o em um cercado epistemológico/científico passível de controle por parte do pesquisador/cientista (PORTO-GONÇALVES, 2012). Podendo, assim, ser inserido em categorias de análise diversas, à revelia do assunto da pesquisa em questão, e incapacitado de reagir ao que falam sobre ele.

A intenção do presente ensaio é de não refletir sobre a realidade, mas, sim, provocar questionamentos para que se faça uma ciência mais consciente e crítica, ensejando a cada leitor a sua formação e, conseqüentemente, produção de opinião.

Se há um problema na forma de representação de um determinado segmento de pessoas, como detectamos acerca do “caboclo”, nada mais justo e coerente do que lhes “conceder” a voz. Reconhecendo a prepotência implícita nessa frase, quem somos nós para conceder voz a outrem? Mas, encarando a situação atual de baixa auto-estima dos povos como os “caboclos”, proporcionada pela própria ciência, cabe a ela a reversão deste quadro. Boaventura (Santos, 2007) propõe neste esteio a ecologia de saberes, uma

forma de se conceber a ciência a partir das diversas racionalidades, realidades e epistemes, que congrega com a proposta da descolonialidade do saber.

Em uma sociedade onde a tradição oral ainda é importante para alguns grupos, é necessário compreender como o uso constante de um termo pode interferir no processo de auto-identificação e na própria auto-estima de um povo. Quando se denomina um grupo, sem estar baseado em uma auto-denominação acarreta-se, invariavelmente, e em níveis diferenciados, uma entonação pejorativa. Por muitos séculos, vários povos, por todo o mundo, foram designados de forma pejorativa, considerados bárbaros pelo enunciador e taxados incapazes de articular uma fala coerente, porque simplesmente falavam um idioma diferente do deles (TODOROV, 2010). E, por essa incapacidade de ser sensível às diferenças e às nuances de outras culturas, criou-se estigmas sociais incuráveis, como é o caso estudado, fruto do papel exercido pela ciência no sistema-mundo moderno-colonial. Cabe aos pesquisadores de hoje decidirem se vão se prestar a reproduzir essas mesmas formas arcaicas de designação, ou se irão se abrir a um novo mundo que se demonstra diverso e inclusivo.

A questão de quem fala e quem escuta também deve ser frisada. Segundo Todorov (2010), quando um grupo se diferencia do outro e, neste processo há o surgimento de um “nome” para designá-lo, está embutido um sentimento de superioridade oriundo de um etnocentrismo. Então, quando se silencia um grupo em detrimento das suas próprias concepções sobre aquele grupo, há, aí, uma relação hierárquica que demonstra a necessidade de se afirmar superior de uma parte em relação a outra. Herança dos processos de conquista e invasão das grandes navegações. Felizmente já não se vive mais neste período e a ciência pode ser feita independente deste discurso de superioridade que surge naturalmente do pesquisador em relação ao sujeito do estudo. Quanto a isso, Todorov (2010), faz uma análise pertinente, mas, no contexto da invasão espanhola do atual território do México, antigo império Asteca

[...] na melhor das hipóteses, os autores espanhóis falam bem dos índios; mas, salvo exceção nunca falam aos índios. Ora, é falando ao outro [...], e somente então, que reconheço nele uma qualidade de sujeito, comparável ao que eu mesmo sou. [...] Se a compreensão não for acompanhada de um reconhecimento pleno do outro como sujeito, então essa compressão corre o risco de ser utilizada com vistas à

exploração, ao ‘tomar’; o saber será subordinado ao poder (TODOROV, 2010, p.190).

Tudo gira em torno do poder. Neste trecho Todorov faz menção indiretamente à colonialidade do saber implícita nas relações entre cientistas e sujeitos da pesquisa ao falar da relação entre índio e conquistador do séc. XVI. É possível estabelecer esse paralelo, porque foi justamente neste período que se consolidou essa colonialidade do saber, e, juntamente a ela, alguns paradigmas e o estigma “caboclo”. A forma de se fazer ciência deveria mudar neste sentido, para quem é produzido o conhecimento? Ele é acessível para aqueles de quem se falou? E se não o é, qual o motivo? Quais são as opacidades e encobrimentos produzidos pela ciência neste íterim? Reposicionar de forma conjunta (pesquisador e pesquisado), o sujeito à sua categoria de *sujeito* e não mais de objeto, em um processo empoderador para ambos os envolvidos. Devolvendo ao sujeito sua qualidade de indivíduo que lhe foi subtraída por todas essas teorias para manutenção de hierarquias sociais, como frisou Schwarcz (1993).

As ciências ambientais assumem um papel de legitimação da racionalidade científica na construção ideológica da modernidade/colonialidade quando reificam o uso do termo “caboclo”.

O “caboclo” é um termo utilizado para designar uma gama altamente diversa de populações que habitam a Amazônia. Por isso sempre incorrerá no erro da generalização, empobrecendo a real análise de grupos sociais diferentes e diversos. Porque parte-se de uma visão pré-formada, impossibilitando a real compreensão do outro.

A estigmatização de um povo por uma identidade externamente designada não é privilégio da ciência. No entanto, a ciência tem a capacidade de se reinventar, se autocriticar e mudar a realidade. David Harvey fala do Direito à Cidade, em seu livro *Rebel Cities* (2012) e em seu livro *The Right to the City* (2008), como uma forma de insurgência ao poder dos cidadãos comuns, indo de encontro a dominância dos padrões hegemônicos que regem as relações sociais nas cidades, fragilizando-as, cristalizando dogmas e retirando a individualidade do sujeito (SCHOR, 2015). No mesmo sentido poderíamos falar no “Direito à Ciência” como uma tomada de consciência, mudando a ciência para mudarmos a nós mesmo, parafraseando livremente Harvey que afirma “*the*

right to the city is the right to change ourselves by changing the city (SCHOR, 2015, p. 145)¹⁹”. Para Harvey esse é um ato político, de contra-ataque ao capitalismo-modernidade, ou, como viemos discutindo, sistema-mundo moderno-colonial. Portanto, também cabe à nossa proposta de tomada de consciência, pois é uma atitude política, isenta de imparcialidade.

A ciência é feita por pessoas, e, por isso, é dinâmica. Interrompendo a corrente de uso de termos estigmatizadores dentro da ciência, é uma forma de se incentivar que a sociedade em geral também siga esta tendência, pois, são os cientistas os formadores de opinião. Pensando para além da colonialidade do saber, a legitimidade do conhecimento científico está também relacionada à forma como a ciência se imbrica nas relações sociais, tornando-a uma “forma privilegiada de entendimento do mundo”. Por isso, considerar os cientistas como formadores de opinião não é incorreto (SCHOR, 2005).

O objetivo da ciência não é gerar verdades indiscutíveis, mas, sim, teorias passíveis de debate (LATOUR, 2017). Por isso reafirmamos o caráter dinâmico da ciência enquanto geradora de conhecimentos, a partir de debates e embates públicos de teorias e paradigmas. Entender o papel da ciência em gerar verdades que se tornam indiscutíveis, é entender a sua intencionalidade enquanto instituição, é compreender a ideologia que a motiva.

Ciência como ideologia

Habermas (2014) afirma que a ciência está a serviço de uma racionalidade que expressa a dominação das relações sociais pelo capitalismo, pois, atrela o aumento das forças produtivas ao desenvolvimento técnico-científico. É no processo de tomada de consciência, tanto do indivíduo na sociedade quanto do pesquisador na ciência, que essa ideologia é naturalizada no imaginário individual. Na sociedade moderna racionalizada a ideologia dominante transforma as forças produtivas, em uma “forma de organização

¹⁹ Tradução livre: “O direito à cidade é o direito de nos transformarmos mudando a cidade”.

tecnicamente necessária” e que necessitam estar sempre em crescimento, melhoramento.

A ‘racionalidade’ [...] mostra aqui sua dupla face: ela não é apenas um parâmetro crítico para o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, permitindo desmascarar a repressão objetivamente supérflua das relações de produção historicamente atrasadas, mas ao mesmo tempo o parâmetro apologético por meio do qual essas mesmas relações de produção podem ser justificadas como um quadro institucional funcionalmente sério (HABERMAS, 2014, p. 79).

Habermas nesta passagem deixa claro como a incessante busca por modernização das forças produtivas através de um desenvolvimento técnico-científico é puramente ideológico, baseado na naturalização da ideia de desenvolvimento econômico infinito dentro das instituições sociais. Essa tal racionalidade acusa a negatividade do que se considera atraso, e aponta a saída desse atraso por meio da ciência.

Na institucionalização dessa racionalidade, a ciência é vista como a sua concretização na sociedade, deslegitimando as outras formas de organização. “Na medida em que a técnica e a ciência penetram nos âmbitos institucionais da sociedade e, dessa forma, transformam as próprias instituições, as antigas formas de legitimação são decompostas (HABERMAS, 2014, p.76)”.

Exemplo dessa deslegitimação é o mito da indolência e preguiça do caboclo, recorrente em diversas narrativas que buscavam legitimar a intervenção europeia como forma de salvação da Amazônia (GONDIM, 2007); justificar o atraso das missões cristãs na colonização (LEONARDI, 1999); salvaguardar a intervenção estatal que garantisse a integração da nação (CUNHA, 2006) ou corroborar a atitude desenvolvimentista do Estado Militar em detrimento do atraso dos povos “nativos” (BATISTA, 2006). Foi por meio deste mito, disseminado fortemente no imaginário social até os dias presentes, e que encontra correspondências com o preconceito dissimulado sobre o povo baiano, é que se justificou a “substituição” do modo de vida nativo, “caboclo” pelo moderno-civilizado.

Estando a ciência absorvida no processo de racionalização e desenvolvimento infinito das forças de produção, haveria outra opção? Se ciência é ideologia, como

afirma Habermas (2014) e ideologia é a “ideia do grupo dominante (IASI, 2011)”, ciência estará sempre a favor do grupo hegemônico? Ou será que esse caráter pode ser subvertido e ressignificado, em um movimento de reexistir dentro da própria ciência, ensejado por um posicionamento crítico e inclusivo do pesquisador/cientista, um Direito à Ciência.

Apesar de inseridos no contexto da ciência como demonstrado, foi possível para nós percebermos essa relação e analisa-la de forma crítica, a partir do ponto de vista como cientistas e pesquisadores: prova de que há, sim, outras formas de se fazer ciência. Pois, se assim não fosse, a contradição não se mostraria conjuntamente com o ímpeto de mudança.

A filosofia da ciência trabalha com o intuito de compreender o âmago dos processos científicos, e, assim, desvendar as imbricações e suas consequências. Grande expoente da Filosofia da Ciência é Bruno Latour, que, no início de seu livro “A esperança de Pandora” chama atenção para o “fato de estudarmos um assunto não significa que o estejamos atacando. Acaso os biólogos se opõem à vida, os astrônomos às estrelas, os imunologistas aos anticorpos? (LATOURE, 2001, p. 14)”. Portanto a proposta crítica só tem a somar e não atacar, isso quando ela é bem estruturada e não reproduz os padrões que recrimina.

Latour segue afirmando a importância de a ciência estar mais próxima das pessoas, depondo o monopólio do conhecimento científico e, assim, garantindo maior confiabilidade ao conhecimento produzido, pois, “quanto mais ligada uma ciência estiver com o resto do coletivo, melhor será, mais precisa, mais verificável, mais sólida (LATOURE, 2001, p. 32)”. Mas, advertimos que essa proximidade não é o simples fato de se efetuar trabalhos de campo, por exemplo, aumentando a zona de contato entre pesquisador e “objeto” de pesquisa. Há que ser crítico, e descolonizar todo o aparato científico desse trabalho de campo: motivação da pesquisa, planejamento, questionários, reuniões com os sujeitos, análise de dados e publicação dos resultados finais.

Este ensaio nos permitiu perceber a importância do trabalho de campo como o contato essencial entre o pesquisado e o pesquisador. Sendo este o momento em que os dados viscerais de qualquer trabalho são coletados, a distância hierárquica, sistemicamente estabelecida, entre ambos, deve ser quebrada. Devemos entender os dois

como construtores em conjunto de um conhecimento. É uma mudança de postura. Talvez entender essa mudança seja um dos caminhos para a compreensão do outro, lhe conferindo individualidade e voz, e, assim, lhes possibilitando questionar conjuntamente as denominações pejorativas que estigmatizam o nosso sujeito de interesse: o “caboclo”.

A colonialidade do saber é uma das consequências e causas da imbricação ciência, capital e Estado, e a nosso ver, deve ser superada. Desvelando, portanto, uma possibilidade de subversão desse caráter racionalista/capitalizado da ciência. Discutimos sobre a retomada da ciência, ou, ao menos, a sua menor relação enquanto reprodutora de dogmas e estigmas. O Direito à Ciência, essa possibilidade a que nos referimos, pode ser caracterizada como a crítica frequente ao uso do termo caboclo, sua não utilização. Uma desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2007) que enseje o papel crítico do cientista e uma mudança social a partir dessa mudança de postura.

A maioria – transformada em minoria sem voz

A ciência reproduz em suas relações internas o par estudado: centro-periferia, sendo aqui o centro representado pelo cientista e a periferia os humanos e não-humanos (LATOURETTE, 2001) pesquisados. Essa relação não é excludente, mas, sim, só pode ser compreendida a partir do outro, por isso o hífen, que separa os termos e os une ao mesmo tempo. Essa relação dicotômica é expressa pela dominação do primeiro pelo segundo, onde as relações serão sempre desiguais, sendo que o fluxo de matéria prima bruta do segundo para o primeiro é enorme, e o contrário é representado por um fluxo de manufatura dessa matéria prima. Analogia que pode ser transferida para a relação científica da pesquisa, como Boaventura de Souza Santos (2007) pincela quando fala da

Capacidade do Norte em negar a validade ou mesmo a existência dos conhecimentos alternativos ao científico – conhecimento populares, indígenas, camponeses, etc. – para transformá-los em matéria prima para o desenvolvimento do conhecimento científico (SANTOS, 2007, p.22).

Essa “capacidade” pode ser vista, por exemplo, na prática que descrevemos onde países do centro/Norte possuem centros de pesquisas sobre, ou financiam pesquisas em países da periferia/Sul.

Vocês conhecem a divisão do trabalho: se forem aos Estados Unidos ou à Europa, verão os estudantes [...] fazendo pesquisas sobre a Argentina, Bolívia, Equador ou Moçambique. Em nossos países, quantos estudantes trabalham sobre a realidade de outros países? Nós trabalhamos sobre nossa realidade; eles fazem o trabalho global, e nós estamos de certa maneira localizados. É uma divisão de trabalho eficaz [...] porque depois as grandes organizações internacionais olham o mundo pelos olhos dos cientistas [...] do centro, do Norte. Por consequência, as teorias sociais reproduzem as desigualdades entre o Norte e o Sul (SANTOS, 2007, p. 21).

Nas Ciências Ambientais não seria diferente, por representar a parcela dos cientistas que se engajaram com o compromisso “ambiental”, está intimamente ligada ao discurso de *desenvolvimento sustentável*, *sustentabilidade*, *economia verde*, e seus derivantes. Tal discurso apresenta essa dicotomia centro-periferia, desenvolvimento-subdesenvolvimento, na medida em que não critica as bases da crise ambiental e econômica, e, em suas propostas, surge o mesmo desenvolvimento causador da crise de roupage verde (GODOY, 2012). Se a ciência vem ao encontro da ideologia dominante da sociedade moderna, que torna o desenvolvimento tecnológico essencial para a reprodução social, torna-se paradoxal a própria ciência questionar a necessidade de desenvolver a qualquer custo. Esse paradoxo gera uma ciência ambiental amparada em críticas brandas, em sua maioria, que sugerem uma mudança superficial, e não alcançam o cerne da questão, que estaria baseado em uma mudança estrutural e sistêmica.

Discutimos sobre o papel da ciência em estigmatizar um grupo social estando, portanto, a serviço de uma ideologia dominante e, como ainda hoje ocorre, a perpetuação e capilarização dessa estigmatização na sociedade. Sendo uma instituição científica, apoiada em uma racionalidade, conforme citado acima e após discussão dos capítulos anteriores, as Ciências Ambientais são responsáveis por essa perpetuação do estigma “caboclo”.

É urgente compreender (a exemplo do exercício deste ensaio), como esse processo contribuiu para transformar uma maioria da sociedade, em termos de número populacional, em uma minoria em questão de representatividade política. Essa compreensão pode ensejar a subversão dessa relação incongruente, ou, ao menos, a sua negação e não reprodução. Para além da discussão de modelos de governo, como é caso do Brasil e sua “democracia representativa”, devemos lançar nosso olhar para possibilidades de empoderamento e autonomia representativa desses povos pormenorizados. Nesse interim, a ciência pode deixar seu papel de algoz e conferir voz àqueles que foram silenciados por anos de dominação/exploração podados por uma colonialidade do poder e saber.

Em se pensando de dentro da ciência para “fora”, há metodologias e epistemes debatidas para este fim como, por exemplo, a proposta de Boaventura de Souza Santos (2007) da ecologia de saberes, ou a proposta de Brandão (SCHIMIDT, 2006) da pesquisa-ação/pesquisa participante, ou, ainda, a autodenominação proposta por Richard Pace (PACE, 2006). Neste esteio há discussões avançadas sobre a integração das minorias da América Latina, apoiadas por intelectuais que percebem nesse movimento uma r-existência ao modelo dominador/ante. Todas as propostas fazem referência a um momento subsequente à tomada de consciência do cientista/pesquisador, da sua importância enquanto produtor de conhecimento, e potencial detentor das sementes de mudança dentro das ciências. Estando, também, em um momento ulterior ou concomitante à ruptura do caráter positivista e hegemônico do conhecimento científico em relação aos outros saberes.

Alinhado a esta forma de (des)construção do conhecimento, podemos extrapolar para a forma como se produz a ciência dentro das universidades, ou como as universidades (de)formam os cientistas. Tal debate é exposto por Boaventura, em obras que se preocupam em como re-ocupar a universidade democraticamente, para que ela seja o palco de aglomeração e profusão dessas diversas racionalidades. Temos, também, a experiência da licenciatura indígena, que baseia seu projeto político-pedagógico em uma grade curricular, sem grade, sem disciplinas pré-organizadas, mas um currículo pós-feito, agregando aí, a riqueza dos estudantes em poder decidir o que para eles é importante saber, conferindo autonomia na construção do conhecimento dos futuros

graduados e licenciados²⁰. A pesquisa-participante também é uma forma de trazer um caráter mais crítico e político para o “fazer pesquisa”, transformando em protagonista o sujeito da pesquisa e não o pesquisador.

A pesquisa participante – pesquisa-ação

A pesquisa participante surge da necessidade de se conferir um caráter prático à pesquisa científica, sendo sempre uma proposta que emerge de um problema a ser superado. Tal metodologia faz alusão a uma realidade que deve ser transformada pelo coletivo. No entanto, a crítica já dispara nesse primeiro momento, pois, essa necessidade de mudança é percebida pelo cientista/pesquisador não como resultado de um diálogo inicial com a comunidade onde ela mesma elencaria os problemas de pesquisa. No entanto essa metodologia sugere uma abordagem coletiva do problema e uma discussão sobre as possibilidades de resolução do mesmo. O termo “participante” sugere a controversa inserção de um pesquisador num campo de investigação formado pela vida social e cultural de um outro, próximo ou distante, que, por sua vez, é convocado a participar da investigação na qualidade de informante, colaborador ou interlocutor (SCHIMIDT, 2006).

Essa metodologia de pesquisa vem sendo praticada por pesquisadores das ciências humanas há algum tempo, e está relacionada a uma quebra de paradigmas, portanto, a sua utilização ainda está rodeada por incertezas e opiniões que a negativam. É, também, um processo que demanda maior esforço por parte do pesquisador, principalmente no envolvimento e mobilização com a comunidade, o que pode afugentar os tentantes. Aqui cabe a crítica a ser feita sobre a produção científica baseada em prazos e padrões que inibem pesquisas mais aprofundadas.

Em uma analogia ao modo de produção capitalista, em série, otimizando tempo e recursos, podemos trazer o processo de produção do conhecimento científico, que

²⁰ Informações obtidas pela experiência da autora no seu estágio de docência junto à Licenciatura Indígena no Alto Rio Negro, e através de informações coletadas no site do programa: <http://www.ensinosuperiorindigena.ufam.edu.br/>.

também otimiza tempo, recursos financeiros e intelectuais. Devemos produzir nossos artigos, ensaios e textos em padrões publicáveis que obedecem número de páginas, caracteres, limitado número de figuras, a depender da revista ou jornal que se deseja publicar, conforme discussão anterior. Isso sem contar o tempo para se produzir esse conhecimento, tomando como exemplo o mestrado, que há não muito tempo era feito em 4 anos, e, atualmente, se resume a 2 anos de disciplinas, estudos, campo e dissertação.

Qual o motivo desse resumo? Não podemos negar que, hoje, o acesso a informação é muito mais fácil pelo desenvolvimento de mecanismos de buscas online, como a plataforma Scielo, Capes, WoS e diversas outras. No entanto, esse tempo “ganho” ao se evitar as idas às bibliotecas e as intermináveis pesquisas para se achar referências, poderia ser somado ao processo de estudo de campo e produção textual, o que não foi feito, pois foram subtraídos dois anos da formação de um mestre. Por qual motivo? Podemos citar alguns: financiamentos de bolsas e pesquisas – ficaria mais barata para o Estado e as instituições responsáveis por essa parte a diminuição do tempo; aumento do acesso aos cursos de pós-graduação – não sendo mais cursos tão exclusivos e a pressão das empresas que financiam as pesquisas, em obter resultados mais rapidamente – vide as grandes corporações multinacionais.

Tudo isso é fator que infertiliza a criatividade do cientista e o leva a reproduzir dogmas sem nem mesmo proceder a uma revisão sobre, no caso, o termo caboclo. Que acaba por se tornar inócuo para os pesquisadores, sem sentido, apenas um termo como qualquer outro, mas que possui grande poder para os grupos que afeta diretamente: os próprios designados e a comunidade que se beneficia em manter o caboclo do jeito que ele é.

Ressaltamos o traço político da pesquisa-participante, pois não há só a produção de conhecimento, mas uma produção de conhecimento voltada para transformação de uma realidade embasada no empoderamento e conferência de autonomia para o “outro”, sendo o pesquisador o que possibilita esse empoderamento. A produção do conhecimento ficando em segundo plano, ou como resultado, consequência do processo de transformação e superação do problema em questão.

Na pesquisa participante há o caráter prático e possibilitador de mudanças sociais sem deixar o método científico de lado, afinal, estamos ainda falando em fazer ciência. Interessante é repensar métodos adequados a cada realidade, que seja um instrumento que exprima realidades, e não as suprima. Atitude que pode ensejar esse caráter é consultar bibliografia local – conforme ressaltamos no item sobre os intelectuais amazônidas, e a produção cultural, ou mesmo trabalhar com o conceito de autodenominação que também favorece o protagonismo dos sujeitos.

Autodenominação

La identidad no es un atributo inmanente a los pueblos, grupos o individuos. Es siempre un modo y un momento de las relaciones entre esas categorías (QUIJANO, 1993, p.774).

Conferir voz a outrem pressupõe que ele não possui a capacidade de fazê-lo por si próprio, pois é necessário que haja uma permissão, ou que outro sujeito facilite ou possibilite que essa voz seja proferida ou escutada, conforme afirmamos sobre a prepotência em passagem anterior. Podemos entender que há: a dificuldade desse um falar, a dificuldade do outro escutar, ou ambos. A duas dificuldades estão relacionadas ao que viemos discutindo neste trabalho: a colonialidade do saber e poder.

O cenário ideal seria aquele em que não fosse necessário conferir voz a nenhum sujeito, pois ele tem o direito de falar e ser escutado, no entanto, a história nos mostra o contrário. Podemos partir deste ponto de vista para abrir espaço, no cenário dominado das Ciências Ambientais, pela racionalidade moderna para as outras racionalidades e epistemes.

Ao recordarmos sobre o que Gofman (2004) explica sobre o sentido de estigma para a “identidade cabocla”, fica-nos fácil compreender a necessidade dessa autodenominação à qual nos referimos. Ao estigmatizarmos um grupo a partir de identidades impostas, o consideramos “desprovidos de potencialidades” e, assim, o “anulamos do contexto da produção técnica, científica e humana” (GOFMAN, 2004). É assim que o silenciamento sistemático dos grupos minoritários ocorreu e ainda ocorre. Portanto, reconhecer que eles são capazes e produzem conhecimento é o primeiro passo

para recuperarmos o dano epistemológico monocultural da nossa ciência, e, assim, abrir espaço para outras vozes no seio das Ciências Ambientais e fortalecermos a autodenominação.

A identidade é construída a partir da alteridade, somente baseado em comparações que um ser, ou um grupo é capaz de “produzir” a ideia de si mesmo. Embora haja essa importância do outro na formação do “eu” o “eu” não é definido pelo outro, mas a partir do outro. Essa sutil diferença que parece ser apenas semântica, mas não, é ontológica e carrega em si o germe da autodenominação. Eu sou a partir do que o outro não é. O outro é a partir do que eu vejo nele, e se eu vejo é através do meu ponto de vista, que, também, já imbui o outro de julgamentos e juízos de valores. A autodenominação é você ter a “liberdade” de se descobrir e caracterizar a partir da sua compreensão de mundo e percepção de alteridades. O que vem de encontro ao que ocorreu com o “estigma” caboclo. Desde a sua primeira forma de utilização, o caboclo serviu para o eu designar o outro, e neste ponto de vista deturpado pelo contexto cultural e histórico em que se encontravam, o “outro” não teve a chance de se entender como esse “outro”. A falta de identificação da população a este termo pode ser vista em Pace (2006) e Lima (1999;1992).

Para Hall (2000), a crítica a uma identidade passa, primeiramente, por desconstruir a noção de uma identidade única, integral e originária. Visão com a qual concordamos, no momento em que há na identidade, a possibilidade de reapropriação, ensejando a ressignificação de um fator que foi imposto. O autor aprofunda e soma com o parágrafo anterior na medida em que afirma que nenhum homem é por si só (HALL, 2000). Compreender isso é crucial para a compreensão deste trabalho, pois

Nunca foi suficiente – em Marx, em Althusser, em Foucault – ter simplesmente uma teoria de como os indivíduos são convocados a ocupar seus lugares por meio de estruturas discursivas. Foi sempre necessário ter também uma teorização de como os sujeitos são constituídos (HALL, 2000, p.126).

Esse trecho reforça toda a discussão anterior acerca do estigma caboclo. Essas estruturas discursivas são o que podemos chamar de influência externa, o discurso dominante, que nos conduz a ocupar nossos papéis na sociedade (reconhecerno-nos, nos identificarmos, criarmos identidade), e esse discurso é permeado por intencionalidades e relações invisíveis de poder. Para ocupar nossos papéis na sociedade

é preeminente a identificação com um grupo social/cultural. E, sendo assim, temos como “ponto de partida a ideia de Foucault de que o poder regulatório produz os sujeitos que controla, que o poder não é simplesmente imposto externamente, mas que funciona como o meio regulatório e normativo pelo qual os sujeitos são formados” (BUTLER, 1993 apud HALL;128, 2000).

No campo (BOURDIEU, 1983; 1996; 2000; 2012 apud NASCIMENTO, 2012) da identidade há uma crescente discussão sobre o próprio conceito, uma desconstrução, que de uma forma geral criticam sua pretensão unificada, integral e originária (HALL, 2000). Para Hall (2000) a identidade é um daqueles termos que opera “sob rasura”, pois por mais que se critique e o desconstrua, não foi ainda possível construir um novo termo ou conceito que o substitua. Portanto, ainda o utilizamos, a partir de todas as ressalvas feitas, pois é “uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chaves não podem ser sequer pensadas”.

A identificação é um processo que não tem fim, é contínuo, será sempre incompleto, nunca uma totalidade, “uma articulação, uma suturação” que tenta ligar o sujeito à sociedade. E como tal, requer um esforço discursivo para definir fronteiras e diferenças, para assim se definir a partir do que é deixado de fora. Sendo assim, o conceito de identidade é estratégico, no que se refere a compreensão dos discursos que o delineiam no cotidiano, e por ser fruto de discursos, é pois, mutável e maleável e capaz de na “modernidade tardia” resultar em identidades múltiplas, fragmentadas e fraturadas (HALL, 2000). Ianni (1996) trás essa reflexão sob o ponto de vista da globalização e a consequente fragmentação das identidades a partir da racialização do mundo.

A partir da leitura de Hall (2000) e pela discussão anterior sobre a decolonialidade, é possível afirmar que a identidade pode ser vista em dois grandes blocos. O primeiro bloco considera a construção da identidade como um artifício político, em muitos casos alicerçados pela ciência, algo imposto e completamente artificial, e que pode ou não ser assimilado pelos “identificados” com o tempo, pela insistência, ou por alguma outra ferramenta de controle. O segundo bloco seria o do autor-reconhecimento, onde o próprio grupo em questão é capaz de se identificar a partir de elementos de seu próprio conjunto cognitivo e cosmológico, e também, é claro, a partir da criação de fronteiras.

Como já foi analisado na primeira parte deste ensaio, na América houve uma construção de identidade pautada em uma tríade de classificação social, que foi utilizada largamente na sociedade moderna: trabalho, raça e gênero, como um novo padrão mundial de poder (QUIJANO, 2005). Os traços fenóticos começaram a serem utilizados como definição de raça, como forma e cor dos cabelos, forma do nariz, e o mais importante, a cor da pele. Era a maneira mais visível de se diferenciar aqueles conquistados dos conquistadores.

Assim, são criadas identidades sociais até então não existentes, como índio, negro e mestiço. Designações que, como sabemos, homogeneizaram em um único termo, uma imensa diversidade de povos, como é o caso das culturas Inca, Maia, Asteca, Zapoteca, Guaraní, Quéchua, Aimara, Banto entre tantas outras que tiveram suas diferenças reduzidas a uma única categoria social (QUIJANO, 2005 apud PORTO-GONÇALVES, 2012).

Essa afirmação nos abre a possibilidade de pensar a identidade como algo fluido, que é passível de mudanças, pois é resultado de uma criação intencional. Assim como afirma Quijano (1993,) a identidade é algo momentâneo, representativo do conflito de forças em um dado contexto social. Ao se pensar em Amazônia pode-se ver claramente como esse processo não é linear, e, pelo contrário, é uma sobreposição de fenômenos e intervenções. Mesmo antes da chegada dos colonizadores portugueses e espanhóis, já havia uma sucessão de fatos que construíam a dinâmica das sociedades dos povos originários.

Entendendo que a construção de uma identidade é nada mais do que um processo contínuo e infinito, que sofre influência da resultante da confluência de diferenciados poderes em diversos âmbitos da existência social, infere-se que ela pode ser modificada a todo e qualquer tempo. Basta, para isso, a resultante do embate dos poderes ser favorável a um grupo. Neste ínterim, para fortalecer um grupo social que por séculos foi subjugado, há que se estruturar uma verdadeira aglutinação de diversos setores da sociedade para isso. É aí que entram as Ciências Ambientais, fortalecendo as minorias a partir da prática da decolonialidade do saber, no seu fazer pesquisa, favorecendo a sua r-existência. Como já explanado anteriormente, existem diversas estratégias para se garantir a possibilidade dessa r-existência, iremos nos debruçar sobre o papel da pesquisa nessa possibilidade.

A tradição oral

A r-existência, sobre a qual estamos trabalhando, pode ser percebida também na força da cultura popular amazônida, que tem preponderância da tradição oral. O uso do termo caboclo na cultura popular amazonense deve ser alvo de análises também, no entanto por temer muitas delongas, e por não ser o foco deste ensaio, citamos brevemente um expoente da cultura amazonense, que possui destaque no cenário nacional: o boi bumbá.

Muitas são as suposições sobre sua origem: influência do culto ao deus egípcio Ápis, que migrou junto com os nordestinos para a Amazônia ou surge junto com o início da criação de gado na região. Todas essas suposições podem ser consideradas possíveis, como afirma Braga (2002), que chama a atenção para a “diacronia” das manifestações culturais, e seu caráter histórico difuso. O importante de se ressaltar sobre o boi-bumbá é sua origem popular, tendo em sua alegoria original o diálogo entre os “caboclos”, indígenas e o dono de terra. Não entrando no mérito da origem e suas variações, o enredo do boi que mais se repete é a história da sua morte pela vontade de Mãe Catirina, grávida, comer sua língua. Assim sendo, seu marido Pai Francisco, mata o boi preferido de seu patrão, que enfurecido quer seu favorito de volta, entrando em cena o pajé para, com seus feitiços, ressuscitar o boi (SILVA, 2009; BRAGA, 2002).

A festa durante os anos foi ganhando diferentes proporções, tendo sua origem na cidade de Parintins, mas ocorrendo também na capital do estado do Amazonas, Manaus. Atualmente virou um espetáculo, bastante análogo ao desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro, tendo a festa lugar no bumbódromo, em alusão ao sambódromo da versão carioca. O que queremos ao citar a festa do boi, fugindo à análise mais contundente da espetacularização da cultura popular e sua conseqüente mercadorização, é chamar a atenção para o uso do termo “caboclo” nas toadas atualmente. As toadas são as canções que embalam o desfile do boi no bumbódromo e fazem parte da disputa para a escolha do melhor boi.

O uso do termo nas toadas pode ser analisado sob dois pontos, que são opostos. O primeiro diz respeito à questão da espetacularização e a mercantilização da cultura, que se apropria das manifestações para transformá-la em produto e lucrar a partir daí.

Nesse cenário transformar a cultura cabocla em algo misterioso, exótico, específico é o caminho para efetivar essa mercantilização, trabalhando, portanto, no sentido de aprofundar a exotização, favorecendo um conhecimento superficial da cultura como um todo. No segundo cenário podemos perceber o uso do termo como uma forma de reapropriação, ensejando uma ressignificação para uma r-existência, na medida em que exalta o modo de vida do “caboclo”, a relação com a floresta, suas particularidades, e sua força, e assim criar um mecanismo de autoidentificação a partir da ressignificação do termo. A base é a mesma, ressaltar a capacidade de viver na floresta, seus mistérios, a vida dura, mas completa, o diferencial é a forma de se apropriar desses signos. Tais pontos citados podem ser observados na canção a seguir:

Lamento Caboclo

Compositor: Nicolas Júnior

Olha seu moço,
Eu não tenho entendimento
Eu só pesco pro sustento
Dos meus cinco curumins
Não fui a escola
Nem tão pouco leio escrita
Minha fé em São José
É o que me faz caminhar
Mas me responda
O senhor que é da cidade
Freqüentou a faculdade
E hoje se chama doutor
Porque que o homem
Destrói tanto a natureza
Fonte de vida e beleza
Que Deus no mundo botou
De que, que vale
Ter um monte de dinheiro
Conhecer o mundo inteiro
E não conhecer a si
Como é que o homem
Com tanto conhecimento
Destrói sem ter argumento
O que a natureza fez
Sou canoeiro
Sou caboclo ribeirinho
Eu sou pobre no dinheiro
Rico em paz interior

Fonte: www.vagalume.com.br acesso em 19/05/2017.

3. *Ensaio a ilustração*

O ensaio fotográfico proposto para esta seção do texto foi preparado a partir da experiência da autora como pesquisadora e extensionista na Amazônia, foram recortes de momentos vividos em diversas viagens pela Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus, pelo Alto Rio Negro, por Novo Airão e por Manaus. Esses recortes remontam o processo de aprendizado e questionamentos que vivenciei que motivaram o presente ensaio.



A PESQUISA COMEÇA SEMPRE POR UMA **MOTIVAÇÃO**. NESTE CASO PARTIU DA ONG, QUE **MOBILIZOU** OS COMUNITÁRIOS PARA SE PREPARAREM PARA O QUE ESTAVA PRA CHEGAR.

UM GRANDE PROJETO TINHA SIDO APROVADO, TRAZENDO OS PESQUISADORES DO **SUDESTE**. **CAPACITADOS** EM FAZER PESQUISA.



CAUSANDO ESTRANHAMENTO E DESCONFIANÇA DE QUEM VIVE NESTE "INFERNO".



SE PROTEGIAM COMO PODIAM DO AMBIENTE AGRESSIVO QUE ENCONTRAVAM, CRIANDO UMA IMAGEM CÔMICA DE SI MESMO. AFINAL IRIAM ENCARAR O "INFERNO VERDE".



O PRIMEIRO CONTATO É DISTANTE, ROUPAS, APARELHOS, ATITUDE, QUESTIONÁRIOS, CÂMERAS, TUDO NOS SEPARA. E O QUE NOS UNIA?





AFINAL SOMOS TODOS HUMANOS. O QUE NOS DIFERE? CHEGUEI A CONCLUSÃO QUE DEVA DESPIR DAS ROUPAS DE “PESQUISADORA” E DOS PRECONCEITOS. E ME ENCONTRAR DEBAIXO DOS APOSTOS SOCIOLÓGICOS.

E ASSIM ENTENDER AS MINÚCIAS E DIVERSIDADES DE TEMPORALIDADES, ESPACIALIDADES, **SILÊNCIOS**, OLHARES, SABERES...



REVELAR O SENTIMENTO QUE A CIÊNCIA RACIONALIZA. TRAZER A ARTE DO ENCONTRO. ENCONTRAR A **ARTE DO DIVERSO**.



As imagens que compõem este terceiro item do ensaio e que não são de autoria de Tainah Godoy foram autorizadas a sua divulgação pelos autores. As figuras são produções artísticas de Wilma Dayse inspiradas em fotografias de Tainah Godoy.



Quadro 1. O Amazônia. Desenho em lápis aquarela. Wilma Reis, 2014.
Quadro 2. O Peixe. Pintura em aquarela. Wilma Reis, 2016.

Para (não) concluir

O “caboclo” é um termo largamente utilizado pelas Ciências Ambientais, e como foi demonstrado por este ensaio, cada autor se propõe a tratá-lo de uma forma particular, de acordo com o seu contexto e referências consultadas. Há autores que se esforçam em definir o “caboclo” no menor número de palavras possível: “habitantes de comunidades rurais (SANTOS, 2007)”, ou aqueles que se prestam a uma pesquisa mais elaborada e definem o caboclo como “*caboclo are genetically and culturally admixed rural peasant groups that live along the Amazon River and its tributaries in Brazil*”²¹(SILVA & PADEZ, 2010)” ou mesmo aqueles que se negam a definir uma categoria como esta. Os motivadores para cada grupo de autores é diferente, mas em se tratando de artigos fundamentados nas Ciências Ambientais, todos possuem um denominador em comum: a colonialidade do saber. Cada grupo demonstra o quão imerso estão nessa colonialidade. Quanto mais se atêm ao conceito, mais preso a essa visão distorcida de mundo, quanto mais se questionam a capacidade de um simples termo designar toda a gama de diversidade dos povos da Amazônia mais próximos da descolonialidade estão.

Nos propusemos a entender como esse gradiente de colonialidade do saber se estabelece no *fazer ciência*. Detectamos que, apesar de ser uma ciência relativamente nova, as Ciências Ambientais estão fundamentadas em ciências que se construíram sob a égide de uma racionalidade que imprimia um pensamento único a serviço de um poder hegemônico, influenciando, assim, a pesquisa atual nesta área do saber. Foi esta episteme racional moderna que moldou não somente uma identidade para os povos amazônidas, mas também o que entendemos como Amazônia. Investigamos essa relação desde os primeiros relatos dos invasores europeus em solos “brasileiros”.

Toda a relação entre sujeito da pesquisa e pesquisador também foi erigida sob estes pilares da colonialidade do saber, pois se fundamentam a pesquisa, assim o fazem durante o trabalho de campo – a zona de contato essencial entre ambos: pesquisador e sujeito. Este processo imprimiu uma relação desigual de poder entre essas duas

²¹ Tradução livre: “caboclos são grupos campestres rurais, geneticamente e culturalmente miscigenados que vivem ao longo do Rio Amazonas e seus tributários.”

entidades da ciência, onde a hierarquia determina que o pesquisador é o portador da voz e do conhecimento legítimo, o que oblitera os diversos saberes do povo, e inibe a voz do próprio sujeito, apesar de ser ele o “fornecedor” principal das informações de uma pesquisa de campo. Mas se tornou somente isso, um fornecedor, não é ativo na produção do conhecimento, foi transformado em um objeto passivo, que precisa da legitimação do pesquisador para ser compreendido no meio científico.

Diante de todas essas situações que foram evidenciadas a partir da pesquisa do presente ensaio, propusemos o Direito à Ciência. Uma analogia com a proposta de David Harvey: o Direito à Cidade, que pode proporcionar o fortalecimento da descolonialidade, da autodenominação, uma reapropriação consciente das manifestações populares, ensejando uma ciência inclusiva e diversificada. São possibilidades que fortalecem um projeto de resistência das populações interioranas da Amazônia (Informação Verbal)²². Fenômeno também descrito por Carlos Walter Porto-Gonçalves, sob uma grafia provocadora “r-existência” (PORTO-GONÇALVES, 2012), pois antevê uma mudança no seu próprio modo de existir no mundo a partir de uma resistência ao grupo hegemônico homogeneizador.

Finalizar um texto crítico e propositivo – que se fez esse ensaio é tarefa ingrata, pois, supõe-se que haja uma conclusão acerca do assunto tratado, mas, no presente caso, apresentamos as considerações finais em forma de proposições, a partir das críticas feitas à guisa do ponto de vista fornecido pela descolonialidade do saber. Conclusões que aparecem em formato de sugestões e propostas, não há como concluir uma ideia em gestação. Ideias são fluídas, se diluem e se alimentam a cada texto, artigo e livro lido. Sendo assim, o final deste texto tem por objetivo deixar a mensagem da busca pela dinâmica na ciência, pois nada é absoluto, tudo neste mundo científico é relativo, pois é relatado e analisado a partir de pontos de vista. A crítica só tem a somar, na medida em que aponta fraquezas e fortalezas das teses apresentadas.

Em resumo do que foi apresentado neste trabalho, pretendemos explicar o contexto da formação de uma identidade imposta durante o período colonial brasileiro, e

²² Análise feita por Marilene Corrêa durante aula de qualificação do presente projeto de dissertação em novembro de 2015.

sua replicação até os dias atuais no cenário das publicações das Ciências Ambientais. A partir da compreensão deste contexto, nos permitimos propor algumas sugestões que possam dirimir os problemas salientados, oriundos de uma ciência erigida na colonialidade do saber. Ciência que se apresenta como parte do problema, mas, também, como possibilidade de solução como a proposta do Direito à Ciência.

Referências Bibliográficas

ADAMS, C., MURRIETA, R., NEVES, W. (Orgs) **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

BATISTA, Djalma. **Amazônia – Cultura e Sociedade**. 3ª Edição. Organização de Tenório Telles – Manaus: Editora Valer, 2006.

BARTELMEBS, R. C., **Resenhando as estruturas das revoluções científicas de Thomas Khun**. Revista Ensaio. Belo Horizonte, v.14, n. 03, p.351-358, set-dez, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. - São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRAGA, S. I. G, **O boi é bom para pensar: estrutura e história nos boi-bumbás de Parintins**. Somanlu, v. 2, número especial, 2002.

BRONDIZIO, E. S., MORAN, E. F., MAUSEL, P., & YOU WU. **Land Use Change in the Amazon Estuary: Patterns of Caboclo Settlement and Landscape Management**. Human Ecology, Vol. 22, No. 3, 1994.

BRONDÍZIO, E. S., LIMA, A, C, B de., SCHRAMSKI, S., ADAMS, C. **Social and health dimensions of climate change in the Amazon**. Annals of Human Biology, 43:3, 405-414, 2016.

CAPES, **Documento de Área**. Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior – Diretoria de Avaliação. Avaliação Trienal 2013.

CARMENTA, R., VERMEYLEN, S., PARRY, L. BARLOW, J., **Shifting Cultivation and Fire Policy: Insights from the Brazilian Amazon**. Hum Ecol 41:603–614 .2013.

CUNHA, Euclides da., **À Margem da História**. São Paulo: Martin Claret, Coleção Obras Primas de cada autor, 2006.

CRUZ, C. H, de B., **A Universidade, a Empresa e a Pesquisa**. Revista Humanidades, 45 pp.15-29 UnB, 1999.

DAVIES, G., FRAUSIN, G., & PARRY, L., **Are There Food Deserts in Rainforest Cities?** *Annals of the American Association of Geographers*, DOI: 10.1080/24694452.2016.1271307. 2017.

DEAN, B. **Amazonian Caboclo Society: An essay on invisibility and Peasant Economy**. Stephen Nugent. Providence, RL, and Oxford: Berg,, 1993, xxiii, 277 pp., *American Ethnologist*, 1993.

DUMAS, F. S. D., **O povo das águas pretas: o caboclo amazônico do rio Negro**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14 – suplemento, dez 2007.

FOOD & WATER WATCH, **Public Research, Private Gain: Corporate influence over university agricultural research**. Report, 2012.

FRASER, J. A., **Caboclo Horticulture and Amazonian Dark Earths along the Middle Madeira River, Brazil**. *Human Ecology*, DOI 10.1007/s10745-010-9338-y. 2010.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2007.

GÖTSCH, E. **Break-through in agriculture**. Rio de Janeiro: AS-PTA. 1995.

HABERMAS, J., **Técnica e Ciência como “ideologia”**. 1ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014

IANNI, O. **A racialização do mundo**. *Tempo social, Ver. Sociol. USP*, S. Paulo 8(1): 1-23, maio de 1996.

IASI, M., L. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LANDER, Edgardo. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos**. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Edgardo Lander (Org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

LARIVIÈRE, V., HAUSTEIN, S., MONGEON, P. **The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era**. *PLoS ONE*10(6):e0127502.doi:10.1371/journal.pone.0127502. 2015.

LATOURE, B. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos.** Bauru, SP. EDUSC. 2001.

_____. Entrevista concedida ao site Correio Brasiliense, disponível em <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/dialogos/2017/03/1005/bruno-latour-o-objetivo-da-ciencia-nao-e-produzir-verdade-indiscutiveis-mas-discutiveisblb/> acesso em 26/04/2017.

_____. **Jamais fomos modernos: ensaios sobre antropologia simétrica.** Rio de Janeiro. Ed. 34. 1994.

_____. **When things strikes back – a possible contribution of ‘Science Studies’ to the social sciences.** British Journal of Sociology, Special Millenium Issue edited by John Urry, vol 51 n°1 pp 105-123, 1999.

LEONARDI, V. P de B. **Os Historiadores e os Rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira.** Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

LIMA, D. M. **The social category caboclo: history, social organization, identity and outsider's social classification of the rural population of an amazonian region (the middle Solimões).** A dissertation submitted to the University of Cambridge in partial fulfilment of the conditions of application for the Degree of Doctor of Philosophy, june of 1992.

LIMA, D. M. **A construção histórica do termo caboclo - sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico.** Novos Cadernos NAEA vol. 2, n° 2 - dezembro 1999.

LOWY, M., **O que é o ecossocialismo?** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GALEANO, E. **O livro dos abraços.** Nepomuceno. Porto Alegre – L&PM, 2016.

GODOY, T, R.R., **Agroecologia e Economia Verde: Fronteiras definidas ou espaços de mútua cooperação entre os territórios da diversidade e da monocultura.** Monografia - Universidade Federal de Viçosa. 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Mathias Lambert. Original 1981. Data da Digitalização 2004.

MACHADO, F. M., Resenha: Costa, Rogério h. da (Rogério Haesbaert da). **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: bertrand brasil, 2010. 208p. Revista de Geografia (UFPE) V. 30, No. 1, 2013.

MELO, Zélia Maria de. **Os estigmas: a deterioração da identidade social**. Disponível em: <<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/estigmas.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

MIGNOLO, W. D., **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Edgardo Lander (Org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

_____. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2007.

MOLAR, J. de O. **“Sou caipira pira pora...”: representações sobre o caboclo, do parasita da terra a paradigma da realidade nacional (1889-1945)**. Discursos Fotográficos, Londrina, v.5, n.7, p.125-141, jul./dez. 2009.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Edição revista e modificada pelo autor – 8° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 350p., 2005.

NARDOTO, G., et al. **Frozen Chicken for Wild Fish: Nutritional Transition in the Brazilian Amazon Region Determined by Carbon and Nitrogen Stable Isotope Ratios in Fingernails**. American Journal Of Human Biology 23:642–650 - 2011.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional**. In LENA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (orgs.). Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro, Garamond, 2012.

PACE, R. **Abuso científico do termo ‘caboclo’? Dúvidas de representação e autoridade**. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v.1, n3. P79-92, set-dez. 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W., Quental, P. de A., **Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina**. Polis [En línea], 31|2012, Diciembre, 2012.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012b.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 2 ed., 1a reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, R. F. **Viagem das Idéias**. 2ª Edição. Manaus: Editora Valer, 2008.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Edgardo Lander (Org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

_____. **Colonialidad del Poder y Clasificación Social**. Journal of World-Systems Research, VI, 2, Summer/Fall, Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part 1, 342-386, 2000.

_____. **Raza, etnia y nación en Mariátegui. Cuestiones abiertas**. En: Forgues, Roland (ed.) José Carlos Mariátegui y Europa. El outro aspecto del descubrimiento (Lima: Amauta) 1993.

RELXGroup, **Annual reports and financial statements**, 2015.

RIBEIRO, A. B., **A rede urbana Pan-Amazônica e a Copa do Mundo de 2014: os impactos nas cidades de Tabatinga (BR) e Leticia (COL)**.

RICHARDSON, J. <http://desacato.info/a-apropriacao-do-ensino-superior-por-monsanto-cia/>. Acesso em 30/04/2017.

RIZEK, M. B., & MORSELLO, C., **Impacts of Trade in Non-timber Forest Products on Cooperation among Caboclo Households of the Brazilian Amazon**. Human Ecology. DOI 10.1007/s10745-012-9506-3. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Org.) **Territórios, territórios**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SCHOR, T. **Ciência e Tecnologia: uma interpretação da pesquisa na Amazônia – o caso do experimento e grande escala da biosfera-atmosfera na Amazônia (LBA)**. São Paulo, 2005.

_____. **Reflexões sobre a imbricação entre ciência, tecnologia e sociedade**. *Scientiae studia*, São Paulo, v.5 n.3 p.337-67, 2007.

_____. **The insurgent architects' right to the city in the brazilian Amazon**. *R. Ra'e Ga*. Curitiba, v.33, p.142-170, Abr/2015.

SCHWARCZ, L., M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Alvatir Carolino da. **“Festa dá trabalho!”: as múltiplas dimensões do trabalho na organização e produção de grupos folclóricos da cidade de Manaus - Manaus: UFAM, 2009.**

SILVA, M. C. da. **O país do Amazonas**. Manaus: Editora Valer / Governo do. Estado do Amazonas / UniNorte, 2012.

SILVA, M. C. da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

FORSBERG, M. C. & FEARNSIDE, P. **Brazilian Amazonian caboclo agriculture: effect of fallow period on maize yield**. *Forest Ecology and Management* 97 283-291. 1997.

SILVA, H., & PADEZ, C., **Body size and obesity patterns in Caboclo populations from Pará, Amazonia, Brazil**. *Annals of Human Biology*, March–April; 37(2): 217–229. 2010

TODOROV, T., **A conquista da América: a questão do outro**. 4 ed. São Paulo.=: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

WALLERSTEIN, I., **World-systems analysis: an introduction**. A John Hope Franklin Center Book. 2007.

WITKOSKI, A. C. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2010.

Apêndices

Planilha de organização dos dados qualitativos.

PERGUNTAS							
Artigo	Pergunta 1	Pergunta 2	Pergunta 3	4	Trabalho de campo	6	Área do conhecimento do artigo
1	Traditional Amazonian Farmers	Shifting Agriculture	Caboclos or ribeirinhos, rural Amazon people of mixed Amerindian, Portuguese and Northeastern Brazilian ancestry (Parker, 1985), have also used this type of cultivation for many years (Moran, 1974; Wagley, 1976; Brabo, 1979)	Não	Altamira/PA	Sim	Agriculture
2	Traditional Amazonian people of heterogeneous origins	ADE (Amazonian Dark Earths) and caboclo horticulture	Today these areas (ADE) are mainly inhabited by the Amazonian peasantry known as Caboclos (see Lima 1992; Nugent 1993; Adams et al. 2009a; Saillant and Forline 2000). Caboclos are traditional inhabitants of the Amazon region with mixed ancestry and are the most common users of ADE.	Sim	Rio Madeira - Manicoré	Não	Agriculture
3	Caboclo are genetically and culturally admixed rural peasant groups that live along the Amazon River and its tributaries in Brazil	Obesity in the Caboclo populations	Although there is some controversy about the use of the term (Lima-Ayres 1992), Caboclo populations are known in the scientific literature as tri-hybrid, rural, Amazonian peasant groups originating from the admixture of Native South Amerindian populations, Africans brought as slaves to Brazil and European colonizers (Wagley 1974; Parker 1985; Lima-Ayres 1992; Nugent 1993). Even though they inhabit different ecosystems within the region, these groups share a common lifestyle, subsistence activities, religion, diet, and admixed ancestral background	Sim	Caxinauã – Ilha Ituqui / PA	Não	Saúde
4	Local inhabitants of Amazon	Trade of Non-timber Forest Products	The local inhabitants are “Caboclos”, descendants of mixed European, African and indigenous ancestor, who have spent most, if not all, of their lives in forested regions (Nugent 1993)	Não	Carauari/AM	Não	Economia
5	Pescadores e moradores de igapós, rios e lagos amazônicos	Linguajar próprio dos caboclos	Não	Não	Médio Solimões	Não	Linguística
6	Sem texto completo						

7	Habitantes de comunidades rurais	Construção histórica do termo caboclo - ênfase no Rio Negro	Estamos denominando os habitantes dessas comunidades como caboclos, um termo genérico e de múltiplos significados em toda a Amazônia, mas cujo sentido primordial tende a indicar a origem rural do indivíduo (Cascardo, 1972).	Sim	Rio Negro	Sim	História
8	Sem texto completo						
9	Indigenous peasantry which replaced de Ameridian populations	Food acquisition and consumption of households caboclos	The Amerindian populations that originally inhabited the floodplains have been largely replaced by an indigenous peasantry, called in Brazil, Caboclos. The Caboclos, the largest non-Indian population in the Amazon region, are the mainstream of the Amazonian peasantry. They have developed a diversified economy based on fishing, hunting, slash-and-burn and intensive agriculture, and the extraction and commercialization of forest products. Some scholars have claimed that this economic pattern is derived from a combination of Amerindian subsistence strategies and European social institutions, and that it appears to constitute a successful response to the sociopolitical and ecological postconquest environment (Moran, 1974; Parker, 1985; Ross, 1978).	Sim	Ilha do Marajó / PA	Sim	Nutrição
10	Não define	Formação de um dicionário caboclo a partir de obras literárias	Não	Sim	NÃO	Sim	Literatura

12	Habitante do meio rural	O caboclo nos rituais de possessão	Em uma região que concentra a mais alta porcentagem de populações indígenas, mas sobretudo onde os vestígios de práticas e crenças autóctones se encontram ainda vivos no meio rural, a palavra “caboclo” é associada, mais do que em outro lugar qualquer, a referências culturais intimamente ligadas à história das suas origens. Abandonando o sentido de índio ou de mestiço de índio e branco, caboclo, para a população atual da cidade, designa geralmente o habitante do meio rural qualquer que seja a sua origem, muitas vezes apresentando-o como crédulo e idiota. De fato, o uso do termo tem uma forte carga negativa. Denota a pouca consideração que se tem para com aquele que se qualifica dessa forma, quando não torna explícito o desejo de ofendê-lo. A definição do caboclo enquanto ser invisível vem, então, na sociedade amazônica, junto com outra: o caboclo como interiorano. A etimologia habitualmente aceita para caboclo é aquela dada por Luís da Câmara Cascudo no seu Dicionário: “Caboco vem [do tupi] caá, mato, monte, selva, e boc, retirado, saído, provindo, oriundo” (1972:193). Françoise e Pierre Grenand (1990:27), com base nos escritos da segunda parte do século XVII, acrescentam que o termo foi primeiramente usado pelos índios Tupi da costa para designar os seus inimigos morando no interior, isto é, “no mato”.	Sim	Belém / PA	Não	Antropologia
13	Inhabitants of Amazon forest	Etnopharmacology of toxicity of plants	Não	Não	Parque Nacional do Jaú	Sim	Etnofarmacologia
14	Caboclo are admixed rural, peasant groups that live along the Amazon river and its tributaries, and there are few previous studies about them	Nutrition and menarche age	Caboclo populations are rural, peasant groups originating from the admixture of the Native South Amerindian populations, the Africans brought as slaves to Brazil and the European colonizers (Parker, 1985; Wagley, 1974). They inhabit all major ecosystems of the Amazon and have lived in the area for almost two Centuries (Lima-Ayres, 1992; Nugent, 1993). These populations traditionally live along the Amazon River and its tributaries, and have limited access to health care, sanitary facilities, and other public health services. As a result of their geographic quasi-isolation and their pattern of settlement in the region, only a few studies about their health and developmental characteristics have been published (Murrieta et al., 1998; Silva, 2001, 2002).	Não	Caxiuanã – Ilha Ituqui / PA	Não	Nutrição
15	Sem texto completo						

16	Sem texto completo						
17	Trihybrid rural, peasant group	Blood pressure and related cardiovascular risk factors	Caboclo populations are trihybrid, rural, peasant groups who originated from the admixture of European colonizers, Native South Amerindians, and Africans brought as slaves to Brazil (Parker, 1985; Silva and Eckhardt, 1994; Wagley, 1963, 1974). They inhabit all major ecosystems of the Brazilian Amazon and have developed, populated, and resided in the region for almost 200 years (Benchimol, 1998; Lima-Ayres, 1992; Murrieta, 2001; Nugent, 1993). They have limited access to health care, sanitary facilities, and other public health services. Further, even though they compose the largest proportion of total Amazonian populations (IBGE, 1991, 1996; Murrieta, 1998a; Silva, 2001; Silva et al., 1995b), Caboclos have received little attention from the scientific community due to their characteristic admixed heritage (Chibnik, 1991; Neves, 1992; Nugent, 1980, 1993; Silva 2002).	Não	Caxiuaná / Aracompira / Santana / PA	Não	Saúde
18	Amerindian and non-Amerindian human populations such as the Amazonian Caboclos.	Management of cassava varieties, genetical resources	Não	Médio RIO negro	Sim	Genética	
19	Sem texto completo						
20	Sem texto completo						
21	Caboclos combinam conhecimento indígena adaptado ao sistema colonial europeu	Land Use patterns of caboclos settlements	Amazonian caboclos (similar in characteristics to Peruvian ribereños) which combines indigenous knowledge of land use with adaptations to the economic and cultural system imposed first by European colonists and then by the dominant national forces (Wagley, 1953; Moran, 1974; Parker, 1985; Hiraoka, 1985; Chibnick, 1994).	Não	Baixo Amazonas	Sim	Geoprocessamento
22	Riverine people	Illness treatment traditional practice	Amazon is part of the cultural tradition of people who self-identify as caboclos, as people of a rural setting with mixed Indian, European, and African ancestry.	Não	Baixo Amazonas	Sim	Saúde
23	Não define	O caboclo e suas representações na história, na literatura e na arte	O texto é basicamente uma revisão sobre o caboclo em diversos segmentos	Sim	NÃO	Não	Literatura e arte

24	O texto se refere ao caboclo da Bahia						
25	Não define	Extrativismo madeireiro	Não	Não	Ipixuna do Pará	Não	Economia
26	peessoas do interior ou de origem rural	Diversidade religiosa	Não	Não	Itapuá / PA	Não	Antropologia
27	Amazonia's historical peasantries	Homegardens and gender roles	The role of Amazonia's historical peasantries, the so-called Caboclos, ¹ in the academic and political discourse has shifted from extremes such as the degenerated outcomes of Amerindian detribalization to legitimate heirs of the vanished knowledge of Amazonian native societies (Murrieta 2000; Nugent 1993; Pace 1997; Parker 1985a, 1985b). The latter view has had increasing sympathy from academics and the general public, thus making Caboclos truly "people of the forest.	Sim	Lower Amazon	Sim	Antropologia
28	Propõe uma alternativa ao termo	O uso do termo "caboclo" pela antropologia e ciência em geral	O texto todo é uma análise crítica sobre o uso do termo na ciência e sua carga pejorativa	Sim	Não	Não	Antropologia
29	Descendents of a historical peasantry	Resenha do livro: Amazonian Caboclo Society. Nugent.	Resenha do livro que faz uma análise crítica do caboclo	Sim	Não	Não	Antropologia

30	Não define, pois defende o fim do uso do termo	Abuso científico do termo caboclo	Na literatura pertinente às ciências sociais, o termo 'caboclo' possui várias definições. Algumas delas caracterizam o grupo de acordo com as origens, afirmando que um 'caboclo' é uma mistura da população indígena com a europeia (DIÉGUES JUNIOR, 1960; WAGLEY, 1976; SIMONIAN, 1995; WOLFF, 1998; LIMA, 1999) ou das populações indígena, europeia e africana (MORAN, 1974; PARKER, 1985). Outras definições estão centralizadas na adaptação ecológica ou no sistema político-econômico dos 'caboclos', que seriam formados por camponeses indígenas com mais de trezentos anos de existência. Este campesinato histórico da Amazônica engajou-se em uma combinação de atividades econômicas ocorridas ao longo de uma série contínua, conforme observam Moran (1995), Cleary (1993) e Nugent (1993).	Sim	Não	Não	Antropologia
31	Creations from the remains of a colonial system forsaken following the demise of the rubber boom	Resenha do livro: Amazonian Caboclo Society. Nugent.	Resenha do livro que faz uma análise crítica do caboclo	Sim	Não	Não	Antropologia
32	Indigenous group	Nutrition transition and Bolsa Familia	Não	Não	Caxiuanã/PA	Sim	Nutrição e Economia
33	local people self-identified as Ribeirinhos (also referred to as Caboclos in the literature)	Body proportions among rural amazonians	They are a mixed ethnicity (Amerindian/Portuguese and to a lesser extent African) group formed during the colonization of the Amazon region by the Portuguese in the 16th century (Harris, 1998).	Não	Caxiuanã/PA	Sim	Nutrição

34	Não define	Resenha do Livro: The amazonian Caboclo and the açai Palm Tree	De acordo com a resenha o livro faz uma análise crítica referenciada	Sim	Não	Não	Antropologia
35	Não define	Ecogrographical associations between climate and human body	Não	Não	Não	Não	Antropologia
36	indigenous peasants of mixed ethnicity (Indigenous Amazonian/European/African)	Nutrition Transition	Amazon Basin are indigenous peasants of mixed ethnicity (Indigenous Amazonian/European/African) (Adams et al., 2009; Murrieta et al., 1999) referred to locally as Caboclos. This mixed ethnicity population is the outcome of the colonization of the Amazon and has largely replaced indigenous populations in the region (Adams et al., 2009; Nugent, 1993; Parker, 1985).	Não	Tabatinga, Tefé e Manaus / AM	Não	Nutrição
37	rural non-indigenous inhabitants of the Brazilian Amazon	Fire Policy and Shifting Cultivation	Caboclos (or ribeirinhos) are heterogeneous historical peasantries with indigenous and European forefathers and north-easterners of African origin (Filho 2009; Harris 1998). They emerged from the detribalization of native populations following European arrival in the Amazon (Parker 1989). Although often ignored by anthropologists and sociologists alike (Nugent 2005) caboclos are one of the most numerous rural inhabitants in the Brazilian Amazon, but are often on the periphery of Brazilian society (Adam et al. 2010). They draw heavily on indigenous modes of existence, living by swidden agriculture, fishing and forest extraction (Fraser 2010a; Harris 2000; Murrieta and Winkler Prins 2003) and increasingly state-sourced benefits and salaries (Lima et al. 2005)	Não	São Lourenço, São Bento / PA	Sim	Geografia
38	River dwelling populations descendants from the miscigenation from indigenous people to european and africans	Subsistence Hunting	Sim	Sim	São Salvador / AC	Sim	Antropologia

39	local people self-identified as Ribeirinhos (also referred to as Caboclos in the literature)	Nutrition Transition	Não		Caxiuanã/PA	Sim	Nutrição
40	Não define	Etnofarmacologia	Não	Não	PARNA JAU / AM	Sim	Etnofarmacologia
41	Não define	Land Use	Não	Não	Santarém/PA	Não	Geography
42	Não define	Intervenções estatais na cultura cabocla	O caboclo é um “doente”, um “subalimentado”, um “indolente”, um “analfabeto” que vive “ao deus-dará”, “mergulhado nas trevas da ignorância e superstição”, em “habitações infetas” etc. Fica-se indignado quando o caboclo prefere o curandeiro ao médico, a magia ao remédio e, se ele não liga para a escola, chamam-no “atrasado”. No caso do índio, o “pitoresco” e “selvagem” vêm associar-se aos tributos com que se qualifica a vida do caboclo. Não se compreende o caboclo e muito menos o índio. E eles não nos compreendem. As tentativas de modificar-lhes a vida acabaram geralmente em fracassos que muitas vezes se teve o cuidado de ocultar. A ultima ratio e a menos racional de todas é a acusação que se lança à “raça” ou à “mistura de raças”: o índio ou caboclo seria “biologicamente” incapaz de assimilar-se à nossa civilização...	Sim	Não	Não	Antropologia
43	Caboclo do Rio Grande do Sul						
44	historical Brazilian Amazon peasantry, an ethnically and culturally diverse collective that originated from the miscegenation of Portuguese colonists, Amerindians, and Africans	Resenha do livro: Amazon Peasant Societies	O livro resenhado faz sim			Sim	Geografia